

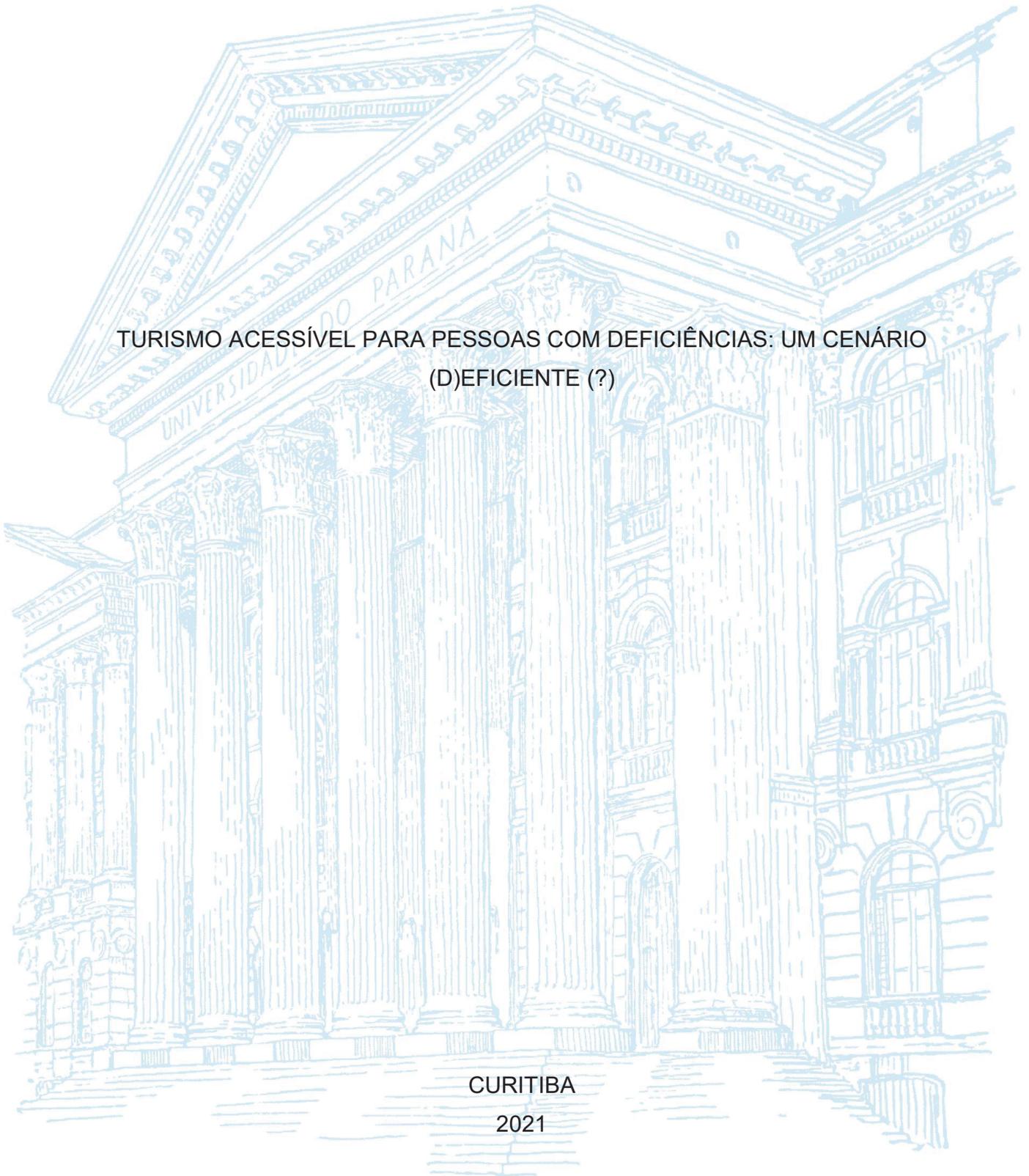
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IGOR MORAES RODRIGUES

TURISMO ACESSÍVEL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: UM CENÁRIO  
(D)EFICIENTE (?)

CURITIBA

2021



IGOR MORAES RODRIGUES

TURISMO ACESSÍVEL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: UM CENÁRIO  
(D)EFICIENTE (?)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Vander Valduga

CURITIBA

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de  
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças  
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Rodrigues, Igor Moraes.

Turismo acessível para pessoas com deficiências : um cenário  
(d)eficiente (?) / Igor Moraes Rodrigues – Curitiba, 2021.  
128 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de  
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Vander Valduga

1. Turismo – Brasil. 2. Lazer. 3. Pessoas com deficiência físicas. 4.  
Inclusão social. 5. Acessibilidade. I. Título. II. Universidade Federal do  
Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO TURISMO -  
40001016079P9

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação TURISMO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **IGOR MORAES RODRIGUES** intitulada: **TURISMO ACESSÍVEL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: UM CENÁRIO (D)EFICIENTE (?)**, sob orientação do Prof. Dr. VANDER VALDUGA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 17 de Dezembro de 2021.

Assinatura Eletrônica  
02/02/2022 12:47:16.0  
VANDER VALDUGA  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
02/02/2022 11:43:41.0  
PEDRO DE ALCANTARA BITTENCOURT CESAR  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL)

Assinatura Eletrônica  
02/02/2022 13:11:08.0  
SARAH MARRONI MINASI  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE)

Assinatura Eletrônica  
03/02/2022 07:29:25.0  
MARCIA SHIZUE MASSUKADO NAKATANI  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico essa dissertação ao meu autocontrole porque sem ele eu teria pirado com certeza!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me beneficiado com uma boa saúde nesse período caótico que estamos vivendo nos últimos anos. Também deixo aqui minha gratidão a todos que direta ou indiretamente contribuíram comigo durante minha trajetória no mestrado. Valeu!

Porque Deus disse: faça por onde que te ajudarei. Então bora fazendo!

(INÊS BRASIL, 2015)

## RESUMO

Considerando que o turismo envolve um deslocamento (que é preciso se movimentar), encontros (habilidade cognitiva para se comunicar), uma série de contemplações de paisagens e atrativos (que é necessário enxergar), e fornecimento e recebimento de informações (capacidade de falar e ouvir) uma parcela da população é lezada nessa participação, como pessoas com deficiências. A deficiência é uma questão pertinente e perene vivida por 1 bilhão de pessoas em todo o mundo. Pessoas com deficiências são um grupo heterogêneo e suas necessidades devem ser estudadas levando em conta essa pluralidade. Com isso, o turismo adentra essas questões de inclusão-exclusão da pluralidade por meio do turismo acessível. O turismo acessível, *a priori*, surgiu na relação entre turismo, acessibilidade e deficiência, isto é, para facilitar a participação de pessoas com deficiências no turismo. Entretanto, com o passar do tempo, essa área de estudo passou a englobar a mobilidade de outros grupos: idosos, pessoas em vulnerabilidade social, acompanhantes de pessoas com deficiências, pessoas com (carrinho de) crianças ou bebês. Com isso, o turismo acessível diz respeito a como as atividades turísticas atuam e se adaptam para que haja a participação de todas as pessoas. Tendo como questão de pesquisa “qual é o cenário da produção científica nacional e internacional sobre turismo acessível para pessoas com deficiências?”, objetivou-se sistematizar a produção científica nacional e internacional sobre turismo acessível para pessoas com deficiências. Partiu-se da hipótese inicial (H0) que as pesquisas sobre turismo acessível para pessoas com deficiências são homogêneas e não representam a heterogeneidade desse grupo social. Foram sugeridas duas hipóteses: H1: pesquisas sobre pessoas com deficiências específicas (física, cognitiva, sensoriais) são mais publicadas na literatura internacional; e H2: pesquisas sobre deficiência física/motora são mais publicadas que pesquisas sobre deficiências sensoriais e cognitivas. Metodologicamente, se caracteriza como descritiva e analítica realizada por meio de pesquisa bibliométrica e pesquisa sistemática integrativa com abordagem qualitativa no intuito de realizar uma pesquisa de estado da arte nacional e internacional sobre o tema. A coleta de dados nacionais se deu em 25 periódicos brasileiros de turismo que resultou um escopo de 54 artigos sobre o tema e a coleta de dados internacionais se deu a partir da busca pelo termo “*accessible tourism*” nas bases Web of Science, Scopus e Redalyc que resultou em um escopo de 108 artigos sobre o tema. A análise dos dados foi dividida em dois momentos: estudo bibliométrico (EB) e estudo de revisão integrativa da literatura (RIL). No Estudo Bibliométrico foram utilizadas as Leis de Lotka, Bradford e Zipf que tratam da produtividade dos autores, dispersão de artigos por periódicos e incidência de termos, respectivamente. Já o uso da Revisão Integrativa da Literatura foi realizado para categorizar os estudos, apontar lacunas e direcionamentos futuros de pesquisas. Com os principais resultados do Estudo Bibliométrico foi possível identificar como está disseminado o conhecimento científico publicado sobre turismo acessível para pessoas com deficiências. A aplicação da Lei de Lotka revelou que 67% a 72% dos autores publicaram apenas um artigo e que um grupo de 17 autores foi o mais produtivo, sendo responsáveis por 27,8% dos artigos publicados. Com a Lei de Bradford foram identificados 79 periódicos com artigos publicados sobre o tema, divididos em quatro Zonas de Produtividade, com um Multiplicador de Bradford (Bm) = 2. Os 13 periódicos que compõem as duas primeiras Zonas são responsáveis por

43,2% (70 artigos) do total de artigos publicados, comprovando que uma pequena quantidade de periódicos acumula uma grande quantidade de artigos publicados sobre o tema. Com a Lei de Zipf foi verificado que na literatura nacional os artigos utilizam palavras-chaves com temas dispersos enquanto na literatura internacional os estudos utilizam palavras-chave com um grupo de termos relacionados ao turismo acessível. Também foi identificado que os estudos sobre turismo acessível para pessoas com deficiências foram publicados em sua maioria a partir de 2016, com abordagens metodológicas qualitativas e expressivamente com autoria de mulheres. Com a Revisão Integrativa da Literatura foi identificado que os estudos passam de uma perspectiva de recuperação, cura e reabilitação para uma perspectiva de inclusão, adaptação e participação, superando o modelo médico pelo modelo social da deficiência. Os estudos também utilizam a terminologia correta para se referir a esse grupo: pessoas com deficiência e *people with disability*. Os artigos, em quase 70%, tratam as pessoas com deficiências como um grupo homogêneo, pois não especificam algum tipo de deficiência em suas análises. Na literatura nacional, 44,45% dos estudos fazem essa especificação e na literatura internacional apenas 30,57%. Entre as literaturas, 13,58% dos artigos tratam de deficiência física/motora enquanto que 21,60% tratam de deficiências sensoriais ou cognitivas. Tanto a H1 quanto a H2 foram refutadas. Algumas lacunas apontadas e que podem direcionar futuros estudos sobre o tema são: estudos sobre dois ou mais tipos de deficiências; sobre as experiências turísticas dos acompanhantes de pessoas com deficiências; crianças e idosos com deficiências; como a governança aborda esse tema; como a tecnologia auxilia na inclusão desse público no turismo; empregabilidades dessas pessoas no turismo; como as pessoas com deficiências participam do processo de informações turísticas. Essa dissertação contribui com o conhecimento científico em turismo tanto pela abrangência da pesquisa quanto pela inovação ao mostrar um mapeamento amplo, atualizado e detalhado sobre turismo acessível para pessoas com deficiências.

Palavras-chave: Turismo. Turismo acessível. Pessoas com deficiências. Estudo Bibliométrico. Revisão Integrativa da Literatura.

## ABSTRACT

Considering that tourism involves displacement (that one must move), encounters (cognitive ability to communicate), a series of contemplations of landscapes and attractions (that one must see), and providing and receiving information (ability to speak and listen) a portion of the population is leashed in this participation, as people with disabilities. Disability is a perennial and pertinent issue experienced by 1 billion people around the world. People with disabilities are a heterogeneous group and their needs must be studied taking this plurality into account. Thus, tourism addresses these issues of inclusion-exclusion of plurality through accessible tourism. Accessible tourism, a priori, arose in the relationship between tourism, accessibility, and disability, that is, to facilitate the participation of people with disabilities in tourism. However, as time went by, this area of study started to encompass the mobility of other groups: elderly people, people in social vulnerability, companions of people with disabilities, people with (stroller of) children or babies. Thus, accessible tourism is about how tourism activities operate and adapt themselves so that there is participation by all people. Having as a research question "what is the scenario of the national and international scientific production on accessible tourism for people with disabilities?", we aimed to systematize the national and international scientific production on accessible tourism for people with disabilities. We started from the initial hypothesis (H0) that research on accessible tourism for people with disabilities is homogeneous and does not represent the heterogeneity of this social group. Two hypotheses were suggested: H1: research on people with specific disabilities (physical, cognitive, sensory) is more published in the international literature; and H2: research on physical/motor disability is more published than research on sensory and cognitive disabilities. Methodologically, it is characterized as descriptive and analytical, carried out by means of bibliometric research and integrative systematic research with a qualitative approach in order to conduct a national and international state-of-the-art survey on the subject. The collection of national data took place in 25 Brazilian tourism journals that resulted in a scope of 54 articles on the subject and the collection of international data was based on the search for the term "accessible tourism" in the Web of Science, Scopus and Redalyc databases that resulted in a scope of 108 articles on the subject. Data analysis was divided into two parts: a bibliometric study (EB) and an integrative literature review (ILR). The Bibliometric Study used Lotka's, Bradford's, and Zipf's Laws, which deal with authors' productivity, dispersion of articles by journals, and incidence of terms, respectively. The Integrative Literature Review was used to categorize the studies, point out gaps and future research directions. With the main results of the Bibliometric Study it was possible to identify how the published scientific knowledge on accessible tourism for people with disabilities is disseminated. The application of Lotka's Law revealed that 67% to 72% of the authors published only one article, and that a group of 17 authors was the most productive, being responsible for 27.8% of the published articles. With Bradford's Law, 79 journals with published articles on the subject were identified, divided into four Productivity Zones, with a Bradford Multiplier ( $B_m$ ) = 2. The 13 journals that compose the first two Zones are responsible for 43.2% (70 articles) of the total number of published articles, proving that a small number of journals accumulate a large amount of published articles on the subject. With Zipf's Law it was verified that in the national literature the articles use keywords with scattered themes while in the

international literature the studies use keywords with a group of terms related to accessible tourism. It was also identified that the studies on accessible tourism for people with disabilities were mostly published from 2016 onwards, with qualitative methodological approaches and expressively with female authorship. With the Integrative Literature Review it was identified that the studies move from a perspective of recovery, cure and rehabilitation to a perspective of inclusion, adaptation and participation, overcoming the medical model by the social model of disability. The studies also use the correct terminology to refer to this group: people with disabilities. Almost 70% of the articles treat people with disabilities as a homogeneous group, since they do not specify any type of disability in their analyses. In the national literature, 44.45% of the studies make this specification and in the international literature only 30.57%. Among the literature, 13.58% of the articles deal with physical/motor disabilities while 21.60% deal with sensory or cognitive disabilities. Both H1 and H2 were refuted. Some gaps pointed out and that can direct future studies on the subject are: studies on two or more types of disabilities; on the tourist experiences of companions of people with disabilities; children and elderly people with disabilities; how governance approaches this issue; how technology helps the inclusion of this public in tourism; employability of these people in tourism; how people with disabilities participate in the tourist information process. This dissertation contributes to scientific knowledge in tourism both by the comprehensiveness of the research and by the innovation in showing a broad, updated and detailed mapping of accessible tourism for people with disabilities.

Keywords: Tourism. Accessible tourism. People with disabilities. Bibliometric Study.  
Integrative Literature Review.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ABRANGÊNCIA DO TURISMO ACESSÍVEL .....	28
FIGURA 2 - PROCESSOS DE SISTEMATIZAÇÃO DOS ARTIGOS INTERNACIONAIS.....	35
FIGURA 3 - QUANTIDADES FINAIS DE ARTIGOS SELECIONADOS EM CADA BASE E ESCOPO FINAL DO PRESENTE ESTUDO .....	36
FIGURA 4 - UNIDADES DE REGISTRO E SUAS CODIFICAÇÕES. ....	44
FIGURA 5 - FUSÃO ENTRE A RIL E O EB. ....	46
FIGURA 6 - GRÁFICO DE COMPARAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE ARTIGOS PUBLICADOS POR ANO EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL .....	48
FIGURA 7 - GRÁFICO COMPARATIVO ENTRE AS CONTAGENS DIRETA E COMPLETA NA APLICAÇÃO DA LEI DE LOTKA. ....	50
FIGURA 8 - COMPARATIVO ENTRE O GÊNERO DOS (AS) AUTORES (AS) DA LITERATURA NACIONAL E DA INTERNACIONAL. ....	52
FIGURA 9 – PESQUISADORES (AS) COM MAIS DE UMA PUBLICAÇÃO COMO AUTOR( A) PRINCIPAL SOBRE O TEMA DA PESQUISA.....	53
FIGURA 10 - DISPERSÃO DE ARTIGOS POR PERIÓDICOS.....	55
FIGURA 11 - QUANTIDADE DE ARTIGOS PUBLICADOS EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL POR ABORDAGEM METODOLÓGICA UTILIZADA. ....	56
FIGURA 12 – PALAVRAS-CHAVE COM MAIOR INCIDÊNCIA NOS ARTIGOS NACIONAIS.....	58
FIGURA 13 – PALAVRAS-CHAVE COM MAIOR INCIDÊNCIA NOS ARTIGOS INTERNACIONAIS.....	60
FIGURA 14 - VARIAÇÕES ENCONTRADAS NOS ARTIGOS ANALISADOS REFERENTE AO TERMO “PESSOA COM DEFICIÊNCIA” E “ <i>PEOPLE WITH DISABILITY</i> ” .....	70

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ESPECIFICIDADES CONCEITUAIS DE PESSOAS COM DISTINTOS TIPOS DE DEFICIÊNCIAS.....	22
QUADRO 2 - QUANTIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS EM ALGUNS PAÍSES .....	23
QUADRO 3 - DEFINIÇÕES DE TURISMO ACESSÍVEL .....	25
QUADRO 4 - LEGISLAÇÕES NACIONAIS DE ALGUNS PAÍSES SOBRE DISCRIMINAÇÃO POR DEFICIÊNCIA.....	26
QUADRO 5 - PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS DEDICADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	27
QUADRO 6 - PERIÓDICOS BRASILEIROS DE TURISMO SELECIONADOS PARA A PESQUISA.....	31
QUADRO 7 - BUSCA NAS BASES WEB OF SCIENCE E SCOPUS .....	32
QUADRO 8 - SISTEMATIZAÇÃO DA BUSCA POR ARTIGOS NA BASE REDALYC .....	33
QUADRO 9 - TOTAL DE ARTIGOS ENTRE AS TRÊS BASES PESQUISADAS .....	33
QUADRO 10 - ARTIGOS REPETIDOS ENTRE AS BASES .....	33
QUADRO 11 - ARTIGOS EXCLUÍDOS A PARTIR DAS BASES PESQUISADAS ...	34
QUADRO 12 - CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO DOS ARTIGOS A PARTIR DAS BASES .....	35
QUADRO 13 - MATRIZ UTILIZADA PARA SISTEMATIZAÇÃO DOS ARTIGOS. ....	45
QUADRO 14 - CATEGORIZAÇÃO DOS 162 ARTIGOS ANALISADOS.....	62
QUADRO 15 - ARTIGOS QUE SE APROXIMAM À VISÃO MÉDICA DA DEFICIÊNCIA.....	72

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PRIMEIRO PASSO NA ORGANIZAÇÃO DOS DADOS PARA APLICAÇÃO DA LEI DE LOTKA NAS CONTAGENS DIRETA E COMPLETA.....	38
TABELA 2 - SEGUNDO PASSO NA ORGANIZAÇÃO DOS DADOS PARA CONTAGEM DIRETA COM DADOS DA PRESENTE PESQUISA. ....	39
TABELA 3 - TERCEIRO PASSO NA ORGANIZAÇÃO DOS DADOS PARA DISCUSSÃO DOS ACHADOS COM A APLICAÇÃO DA LEI DE LOTKA.....	39
TABELA 4 - ORGANIZAÇÃO DOS PERIÓDICOS PARA APLICAÇÃO DA LEI DE BRADFORD. ....	40
TABELA 5 - INFORMAÇÕES TOTAIS PARA APLICAÇÃO DA LEI DE BRADFORD, COM DADOS DA PRESENTE PESQUISA.....	40
TABELA 6 - ORGANIZAÇÃO DAS PALAVRAS-CHAVE PARA APLICAÇÃO DA LEI DE ZIPF.....	41
TABELA 7 - PRODUTIVIDADE DE AUTORES PELA CONTAGEM DIRETA.....	51
TABELA 8 - ZONAS DE PRODUTIVIDADE.....	54
TABELA 9 - COPILADO DE INFORMAÇÕES DA CATEGORIZAÇÃO PROPOSTA. ....	74

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 TURISMO ACESSÍVEL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS.....</b>	<b>19</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>29</b>
3.1 COLETA DE DADOS EM PERIÓDICOS DE TURISMO NACIONAIS .....	29
3.2 COLETA DE DADOS NAS BASES INTERNACIONAIS.....	31
3.3 ANÁLISE DE DADOS.....	36
<b>4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>48</b>
4.1. ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE TURISMO ACESSÍVEL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS .....	48
4.2. REVISÃO SISTEMÁTICA INTEGRATIVA SOBRE TURISMO ACESSÍVEL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS.....	62
4.3 IMPLICAÇÕES, DISCUSSÕES E DIRECIONAMENTOS FUTUROS.....	86
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>98</b>
<b>APÊNDICE 1 – LISTAGEM PERIÓDICOS BRASILEIROS ANALISADOS.....</b>	<b>121</b>
<b>APÊNDICE 2 – LISTAGEM PERIÓDICOS COM ARTIGOS SOBRE O TEMA E SUAS RESPECTIVAS ZONAS DE PRODUTIVIDADE. ....</b>	<b>122</b>
<b>APÊNDICE 3 – LISTAGEM AUTORES PRINCIPAIS. ....</b>	<b>124</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde 2015 quando ingressei no Curso de Bacharelado em Turismo na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL comecei a ter um convívio diário com pessoas com deficiências<sup>1</sup> porque um de meus colegas, o Daniel (carinhosamente chamado por todos nós de Dani) é uma pessoa surda. Apesar de ter um familiar que possui Síndrome de *Down*, nossa convivência nunca foi tão próxima a ponto de conhecer “a fundo” sobre as dificuldades enfrentadas por ele. Já o convívio com o Dani no ambiente acadêmico, desde o primeiro semestre, me despertou um sentimento de incômodo por inúmeros motivos. Já de início comecei a perceber que a Universidade, sendo um reflexo da sociedade, é bastante excludente e não está preparada para atender e lidar com pessoas com deficiências.

A exclusão do Dani se dava, de principio, por nós (colegas e professores) não sabermos a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Lembro que no primeiro semestre procurei vídeos no *Youtube* de como me comunicar (bem basicamente) através da Libras, pois eu achava que não era legal um colega estar excluído por uma ignorância nossa (falta de conhecimento da Língua de Sinais). Nossa turma sempre foi extremamente receptiva e acolhedora com o Dani e tentávamos conversar com o ele (muitas vezes por mímica ou pelo uso do celular) sobre diversos assuntos da aula e de outros contextos para ele não se sentir tão excluído – mesmo que soubéssemos que a inclusão estava longe de ocorrer por completo. No decorrer da graduação foi ofertada a disciplina de Libras I para nossa turma para que aprendêssemos a nos comunicar com o Daniel e com as demais pessoas surdas da universidade e de outros lugares também. Mais para o final do curso de turismo me inscrevi em um curso de Libras de um projeto de extensão da UFPEL porque achei necessário ter um pouco mais de aprendizado.

Mesmo que eu tivesse todo o interesse em aprender a me comunicar com o Dani, minhas pesquisas sobre inclusão no turismo e meu tema de monografia (que tratou de hospitalidade para pessoas com deficiência visual) só nasceram a partir do

---

<sup>1</sup> Deixo claro que não utilizo a abreviatura PcDs para referir-me a pessoas com deficiências porque acredito que a linguagem é uma maneira de inclusão, por isso sempre utilizarei o termo por extenso. Durante essa dissertação aparecerá a abreviatura (PcDs), mas é porque o(s) referido(s) autor(es) utilizam-a. Tudo que for escrito, analisado e discutido por mim, autor desse estudo, será utilizado o termo por extenso.

momento que passei a ter contado direto e diário com uma pessoa com mobilidade reduzida.

Em março de 2018, minha mãe descobriu que estava com câncer na coluna, o que fez com que ela, por alguns meses, precisasse do auxílio de cadeiras de rodas em decorrência dos tratamentos pós-cirúrgicos. Parece egoísmo, às vezes, como só começamos a perceber determinado assunto de uma maneira mais intensa a partir do momento em que ele nos afeta diretamente. Entretanto creio que estamos em constante aprendizado, construção e evolução como seres humanos. Mesmo que minha mãe não seja uma pessoa com deficiência, ela estava (e ainda está) uma pessoa com mobilidade reduzida, foi a partir daí que comecei a perceber como a sociedade (em todas as esferas) não está preparada e, muitas vezes, sequer disposta, a lidar com pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida. Obviamente, que o turismo ou atividade turística faz parte dessa sociedade excludente.

Dentre inúmeras situações que ocorreram nesse período de mobilidade reduzida de minha mãe, a mais marcante foi quando fomos até o local de votação no fim de 2018 e ela não conseguiu votar (que é um exercício de todos os cidadãos) porque para acessar sua sala precisava passar por um portão de ferro que só abria um lado e não passava a cadeira de rodas. Enfim, revoltante! A partir desse momento comecei algumas pesquisas sobre pessoas com deficiências nas atividades turísticas.

É sempre bom refletir que a qualquer momento da vida qualquer um de nós pode se tornar uma pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida e começar a nos questionarmos se gostaríamos de sermos excluídos da convivência em sociedade por falta de inclusão, acessibilidade, respeito ou por própria ignorância. Darcy e Dickson (2009) corroboram com esse pensamento apontando que quase todas as pessoas, em algum momento da vida, terão necessidades específicas de acesso e explicam que (p.32) “embora a deficiência possa ter consequências graves a alguns indivíduos, não deve reduzir sua participação social em qualquer área de sua escolha”.

As pessoas são diferentes. Distintos corpos, mobilidades, desejos, necessidades, anseios, aspirações, demandas e visões de mundo. A deficiência, direta ou indiretamente, faz parte de nossas vidas e deve ser caracterizada como uma questão universal pertencente à diversidade humana. Com base nesse

pensamento, me considerando uma pessoa que sempre gostou de viajar e sabendo da possibilidade de me tornar uma pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, seria de meu agrado que as atividades turísticas fossem o mais acessível possível. Com isso, essa dissertação surge com o intuito de ser uma pequena e inicial contribuição teórica sobre turismo acessível para pessoas com deficiências a partir de uma sistematização da literatura sobre o assunto.

Dados sobre deficiência são comumente tratados e divulgados pela Organização Mundial da Saúde [OMS] (2011, 2014, 2019, 2020, 2021) por relacionar esse tema a aspectos de saúde e condições médicas dos indivíduos.

A deficiência é uma questão pertinente e perene vivida por 1 bilhão de pessoas em todo o mundo (OMS, 2011), sendo que há um informativo que aponta um aumento nesses dados devido ao envelhecimento da população e o aumento das doenças crônicas de saúde (OMS, 2020). O estudo realizado por Darcy e Dickson (2009) mostrou que os três países com a maior quantidade de pessoas com deficiências no mundo são: China (65 milhões ou em torno de 5%), Índia (54 milhões ou em torno de 5%) e Estados Unidos (52 milhões ou em torno de 18%), respectivamente. Já algumas estimativas mundiais apontam que em 2050 haverá 2,5 bilhões de pessoas apenas com deficiência auditiva (OMS, 2021).

Apesar da expressividade de pessoas com deficiências (OMS, 2011) os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODSs] (ONU, 2015), Agenda Mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015 e composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030, trazem apenas sete referências específicas quanto às pessoas com deficiência que visam a assegurar: a educação inclusiva e a oportunidade de aprendizagem; o emprego pleno, produtivo e de igual remuneração; o empoderamento e a inclusão social; o acesso aos transportes públicos e seguros; o acesso universal a espaços públicos seguros e inclusivos; a disponibilidade de dados confiáveis.

No Brasil, o órgão responsável por divulgar dados oficiais sobre pessoas com deficiências é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] que qualificou e quantificou a existência de 45,6 milhões de brasileiros convivendo com

alguma deficiência o que representa 23,9% da população do país (IBGE, 2010)<sup>2</sup>. O Instituto mostra ainda que a deficiência visual possui maior representação, afetando 29.211.482 milhões de brasileiros, seguido pela deficiência física/motora (8,8 milhões), auditiva (7,5 milhões) e intelectual (2,6 milhões)<sup>3</sup>. Além disso, a maior concentração de pessoas com deficiências está na Região Sudeste do país, seguida pela Região Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste, respectivamente (IBGE, 2010). Com isso, percebe-se que a maior concentração de pessoas com deficiências está, respectivamente, nas regiões mais densamente ocupadas no país.

Contudo, o conceito de deficiência não é homogêneo. Ele pode estar relacionado a adversidades na função ou nas estruturas corporais (OMS, 2014) ou impedimentos de natureza física, mental ou sensoriais que restringem à participação social (BRASIL, 2015), sendo este último o mais utilizado nas pesquisas em turismo no Brasil. Com isso, a deficiência deve ser entendida como um conceito heterogêneo, e as pesquisas e propostas relacionadas ao turismo acessível devem se ajustar a esta diversidade.

A sociedade é construída de um jeito que pressupõe que todos podem ver atrativos, ler textos, ouvir informações, alcançar objetos e com isso a deficiência surge como um processo que acontece quando um grupo de pessoas cria barreiras e desigualdades de acesso a outro grupo, projetando a sociedade para o seu modo de vida sem levar em consideração a pluralidade humana existente. Por consequência disso, o turismo adentra essas questões de inclusão-exclusão da pluralidade por meio do turismo acessível.

O turismo acessível, *a priori*, surgiu na relação de turismo, acessibilidade e deficiência, isto é, para facilitar a participação de pessoas com deficiências no turismo. Entretanto, com o passar do tempo, essa área de estudo passou a englobar a mobilidade de outros grupos: idosos, pessoas em vulnerabilidade social, acompanhantes de pessoas com deficiências, pessoas com (carrinho de) crianças ou bebês. Com isso, o turismo acessível diz respeito a como as atividades turísticas atuam e se adaptam para que haja a participação de todas as pessoas.

---

<sup>2</sup> É importante esclarecer que estou utilizando os dados do censo do IBGE de 2010 porque são os dados oficiais mais recentes. Dados do censo de 2020 ainda não estão disponíveis, justificando o uso do censo de 2010.

<sup>3</sup> A soma individual dos números ultrapassa os 45,6 milhões porque há pessoas com mais de um tipo de deficiência.

Conceitualmente, a OMT (2013) se refere ao turismo acessível como o processo colaborativo estabelecido entre os mais diversos atores do sistema turístico, com o objetivo de promover a adaptação da oferta turística a todos os turistas, de acordo com as suas necessidades de acesso, permanentes ou temporárias, visíveis ou invisíveis, mais ou menos severas, de forma a que possam dela usufruir em autonomia, igualdade e dignidade, sem barreiras físicas ou relacionadas aos serviços, produtos e ambientes.

Corroborando o conceito utilizado pela OMT (2013), Darcy e Dickson (2009) apontam que o turismo acessível diz respeito às atividades que as pessoas podem escolher participar e são capazes de desfrutar independentemente de qualquer demanda de acesso, tendo a ver com facilitar a todas as pessoas a possibilidade de desfrutar de experiências turísticas.

O Guia de Recuperação Inclusiva, referente aos Impactos Socioculturais da COVID-19, específico às Pessoas com Deficiências, mostrou que cada pessoa com deficiência tende a viajar com 2 a 3 acompanhantes, e que o impacto na economia por meio das viagens realizadas por pessoas com deficiências alcançou 58.7 bilhões de dólares nos Estados Unidos e 10.8 bilhões na Austrália (OMT, 2020). Se a questão social envolvendo pessoas com deficiências não for suficiente para sua participação no turismo, evidencia-se a questão de lucratividade envolvendo esse grupo. Com isso, é imprescindível que o turismo avance nas adaptações de suas atividades para participação das pessoas com deficiências, e o turismo acessível é parte crucial nesse processo.

Em decorrência de minhas experiências com o tema, percebo que enquanto a OMS reconhece o turismo acessível como uma questão de saúde pública global, a OMT o identifica como uma política pública, contudo ambas as organizações se referem ao turismo acessível como uma questão de direitos humanos.

Muitas questões exigem um exame mais aprofundado junto aos turistas com deficiências, e alguns autores (LYU, 2017; MCKERCHER, DARCY, 2018) sugerem que as pesquisas envolvendo turismo e pessoas com deficiências (turismo acessível) devem levar em conta os diferentes tipos específicos de deficiências ao explorar suas relações com o turismo.

Essa dissertação surge com o intuito apresentar um panorama das pesquisas sobre o tema no Brasil e em nível internacional. Diante disso, a questão

de pesquisa proposta é: Qual é o cenário da produção científica nacional e internacional sobre turismo acessível para pessoas com deficiências?

Diante da questão elucidada, o estudo parte das seguintes hipóteses:

H0: as pesquisas sobre turismo acessível para pessoas com deficiências são homogêneas e não representam a heterogeneidade desse grupo social.

H1: pesquisas sobre turismo acessível para pessoas com deficiências específicas (física, cognitiva, sensoriais) são mais publicadas na literatura internacional.

H2: pesquisas sobre turismo acessível para pessoas com deficiência física/motora são mais publicadas que pesquisas sobre deficiências sensoriais e cognitivas.

Para responder à questão de pesquisa e verificar as hipóteses levantadas, o objetivo geral dessa dissertação é sistematizar a produção científica nacional e internacional sobre turismo acessível para pessoas com deficiências. Se propõe, também, a elaborar uma pesquisa do tipo estado da arte sobre o turismo acessível para pessoas com deficiências. Metodologicamente, essa dissertação se caracteriza como descritiva e analítica realizada por meio de pesquisa bibliométrica e pesquisa sistemática integrativa com abordagem qualitativa.

A produção científica brasileira sobre turismo e acessibilidade foi pesquisada em teses e dissertações (NASCIMENTO, 2018; TRONCA, CÉSAR 2020), revistas de turismo (FRANZEN et al., 2019) e eventos de turismo (TRONCA, CÉSAR, 2017; 2020). O que esses estudos possuem em comum é o uso da acessibilidade na pesquisa, englobando pessoas idosas, mobilidade reduzida, grupos sociais minoritários, pessoas com deficiências, etc.

Em nível internacional há estudos sobre produção científica, voltados especificamente à relação entre turismo e pessoas com deficiências, tais como: custo benefício para o planejamento do turismo para pessoas com deficiências (MORAD, 2007); artigos sobre turismo e deficiência em revistas ibero-americanas de turismo (CORONEL, PANOSSO NETTO, 2016); turistas com demência e seus cuidadores (KLÍMOVÁ, 2018); linguagem sobre turismo acessível (GILLOVIC et al, 2018); atitudes em relação às pessoas com deficiências (LEAL, EUSÉBIO, ROSA, 2020).

Nesse contexto, o presente estudo tem como escopo as pessoas com deficiências, além de se utilizar de quatro distintas bases de dados como corpus da pesquisa, mostrando uma contribuição ainda não pesquisada e publicada na área de turismo no Brasil. A perspectiva abordada aqui evidencia o turismo acessível

enquanto uma atividade para pessoas com deficiências, o que se diferencia do turismo inclusivo que abrange outros grupos sociais (DUARTE, BORBA, 2013; OMT, 2016a; DARCY, MCKERCHER, SCHWEINSBERG, 2020).

A relevância e contribuição da pesquisa se dão, primeiramente, pela abrangência do estudo englobando pessoas com deficiências. A literatura nacional não trata especificamente sobre pessoas com deficiências e a literatura internacional trata desse grupo social apenas em temas específicos. Com isso, o presente estudo se propõe a inovar ao mostrar um mapeamento amplo, atualizado e detalhado sobre turismo acessível para pessoas com deficiências.

Contribui com uma discussão sobre a heterogeneidade do turismo acessível para pessoas com deficiências *versus* a homogeneização dos estudos sobre o tema. Além disso, a pesquisa, por meio da análise bibliométrica mostra a disseminação de conhecimento sobre o tema e através da análise integrativa aponta lacunas e novos direcionamentos sobre o tema, tais como: estudos sobre dois ou mais tipos de deficiências; sobre as experiências turísticas dos acompanhantes de pessoas com deficiências; crianças e idosos com deficiências; como a governança aborda esse tema; como a tecnologia auxilia na inclusão desse público no turismo; empregabilidades dessas pessoas no turismo; como as pessoas com deficiências participam do processo de informações turísticas.

Para além dessa seção introdutória com alguns dados em nível nacional e internacional, a seção dois apresentou uma discussão sobre turismo acessível para pessoas com deficiências por meio de características e conceituações sendo à base desse estudo. Na seção três mostrou-se a metodologia abordada e os procedimentos de coleta de dados nas bases escolhidas, assim como a maneira que os dados foram analisados. A seção quatro, de resultados, dividiu-se em: (i) estudo bibliométrico, que mostrou como o conhecimento sobre turismo acessível para pessoas com deficiências está disseminado; e (ii) estudo sistemático integrativo, que apresentou a categorização do escopo analisado, levantou lacunas sobre o tema e apontou direcionamentos de pesquisa. Na quinta seção foram apontadas as considerações finais sobre o tema em questão juntamente com sugestões para futuras pesquisas a partir da vasta análise realizada nesse estudo e, por fim, foram mostradas as referências utilizadas: tanto as dos artigos analisados como as de outros estudos que fundamentaram essa dissertação.

## 2 TURISMO ACESSÍVEL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

A deficiência é complexa, dinâmica, multidimensional, e questionada. Nas últimas décadas, o movimento das pessoas com deficiência (DRIEDGER, 1989; CHARLTON, 1998), juntamente com diversos pesquisadores das ciências sociais e da saúde (BARNES, 1991; MCCONACHIE, 2006) têm identificado o papel das barreiras físicas e sociais para a deficiência. A transição de uma perspectiva individual e médica para uma perspectiva estrutural e social foi descrita como a mudança de um “modelo médico” para um “modelo social”, no qual as pessoas são vistas como deficientes pela (falta de) estrutura da sociedade e não devido a seus corpos (OLIVER, 1990).

O modelo médico e o modelo social<sup>4</sup> costumam ser apresentados separadamente, mas a deficiência não deve ser vista como algo puramente médico nem como algo puramente social: pessoas com deficiência frequentemente podem apresentar problemas decorrentes de seu estado físico (THOMAS, 1999). É necessário fazer uma abordagem mais equilibrada que dê o devido peso aos diferentes aspectos da deficiência (SHAKESPEARE, 2006; FORSYTH et al., 2007).

A estrutura geral que sustenta o modelo médico predispõe os profissionais a pensarem em uma "condição" dentro de um corpo anormal, que precisa de um "tratamento" apropriado (BARNES, OLIVER, 1996a; FITZGERALD, 2005). O foco principal, portanto, é a normalização e adaptação à sociedade (LLEWELLYN, HOGAN, 2000). Como uma pessoa é considerada deficiente a partir do resultado de suas limitações corporais individuais (deficiências), pode-se argumentar que o modelo médico iguala deficiência (*disability*) com dano (*impairment*) (OLIVER, 1996a; SHELTON, TUCKER, 2005). O modelo médico tem sido fortemente criticado por negligenciar o papel da sociedade na criação da deficiência (UPIAS, 1976; OLIVER, 1996a; DARCY, 2002). Assim, o modelo médico também é criticado por sua ênfase no tratamento/cura da deficiência, e pela forma como as pessoas com deficiência são vistas como incapazes de participar "normalmente" na sociedade (OLIVER, 1996a).

---

<sup>4</sup> Para maiores detalhamentos sobre esses modelos sugere-se verificar Nicolaisen, Blichfeldta e Sonnenscheinb (2012) e Zajadacz (2015).

Indo de encontro ao modelo médico está o modelo social da deficiência, que enfatiza as restrições que a sociedade impõe às pessoas com deficiência sob a forma de barreiras físicas, sociais e psicológicas (BURCHARDT, 2004; AREHEART, 2008) e chamam a atenção para a distinção entre deficiência (*disability*) e dano (*impairment*) (UPIAS, 1976; DARCY, 2002). Eles argumentam que as pessoas com deficiência são transformadas em pessoas com deficiência e, excluídas pela forma como a sociedade está organizada (UPIAS, 1976; FINKELSTEIN, 1980; OLIVER, 1996b). Assim, o modelo social "des-medicaliza" a deficiência e se concentra em políticas e ações inclusivas em oposição à medicina e à reabilitação (OLIVER, 1996b).

Entende-se que são pessoas com deficiência indivíduos que apresentam adversidades na função ou nas estruturas corporais, como um desvio ou perdas significativas, associados aos estados de saúde, referenciando funcionalidades fisiológicas, anatômicas e/ou intelectual durante um intervalo ou em definitivo, com limitação de atividades e restrição à participação. Tal definição leva em conta os componentes corporais, atividades de participação, fatores ambientais e fatores pessoais (OMS, 2014).

Nos termos do artigo 2º da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, assegurando, ainda, em seu artigo 42, o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

No Brasil, o último censo do IBGE (2010) qualificou e quantificou a presença de quatro tipos de deficiências entre os brasileiros, sendo a deficiência visual a com maior representação na população, seguida pela deficiência física, auditiva e intelectual, respectivamente. Foi iniciado um novo censo no país (2021) e, após finalização da coleta de dados, será possível traçar um comparativo com a realidade atual, no entanto, os dados ainda não estão disponíveis.

Conforme Duarte, Pereira e Lima (2016, p. 2) “se enquadram na categoria de pessoas com deficiência visual tanto as que possuem baixa visão, quanto aquelas com cegueira total, congênita ou adquirida”. Já o Relatório Mundial sobre a Visão aponta que “a deficiência visual ocorre quando uma doença ocular afeta o

sistema visual e uma ou mais funções visuais” (OMS, 2019, p. 10). De acordo com Ribas (1985) a deficiência visual é considerada uma deficiência sensorial, assim como a auditiva.

A deficiência auditiva conforme Lopes (2017, p. 14) “incide na perda total ou parcial da audição, isto é, da incapacidade de ouvir os sons, quando se tem a capacidade de ouvir parcialmente, com ou sem a ajuda do aparelho o deficiente auditivo é considerado parcialmente surdo”. Corroborando, Mazzoli et al., (2003) explicam que uma pessoa é audiologicamente surda ou tem uma perda auditiva profunda se ela tem uma média de tom puro igual ou superior a 95 dB HL.

A deficiência de mobilidade/física é definida como “níveis variáveis de restrições de mobilidade física, afetando pernas, pés, costas, pescoço, braços ou mãos” (VILA et al., 2015, p. 262). De acordo com The Individuals with Disabilities Education Act [IDEA] (2004), as pessoas com deficiências de mobilidade têm deficiências ortopédicas resultantes principalmente da anomalia congênita, doenças e danos<sup>5</sup> (*impairments*) adquiridas. Pessoas com deficiência física (cadeirantes) são “as pessoas que apresentam grande perda ou perda total do movimento dos membros inferiores, necessitando, portanto, de equipamentos específicos para a sua locomoção” (CANTARELLI, 1998, p. 4).

A Política Nacional de Educação Especial (1994) coloca que a pessoa com deficiência intelectual apresenta certas limitações no funcionamento mental e no desempenho de tarefas, como as de comunicação, de cuidado pessoal e de relacionamento social (BRASIL, 1994). Conceitualmente cada tipo de deficiência possui especificidades distintas (QUADRO 1).

---

<sup>5</sup> Na literatura internacional os termos *impairment* e *disability* possuem significados diferentes para se referir a pessoas com deficiências, todavia quando traduzido para o português brasileiro ambos os termos se referem a “deficiência”. Notei que *impairment* é mais no sentido de “dano, falta de algo” (questões de saúde/médicas) enquanto *disability* é no sentido de “deficiência” (questões sociais).

QUADRO 1 - ESPECIFICIDADES CONCEITUAIS DE PESSOAS COM DISTINTOS TIPOS DE DEFICIÊNCIAS

Deficiências	Definição
Pessoas com deficiências	Pessoas com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais que podem restringir suas participações na sociedade.
Pessoas com deficiência visual	Pessoas com baixa visão ou cegueira total.
Pessoas com deficiência auditiva	Pessoas com perda total ou parcial da audição.
Pessoas com deficiência física (cadeirantes)	Pessoas com grandes perdas ou perdas totais dos movimentos dos membros inferiores.
Pessoas com deficiência intelectual	Pessoas com limitações no funcionamento mental e desempenho de tarefas.

FONTE: Rodrigues e Valduga, 2021.

Enquanto isso, "pessoas com necessidades de acesso" são consideradas além daquelas com deficiências, mas também inclui a população idosa, aquelas com limitações temporárias, mulheres grávidas e famílias com crianças pequenas (DARCY, DICKSON, 2009; DICKSON, MISENERI, DARCY, 2017).

Provavelmente, a deficiência será uma preocupação ainda maior devido ao envelhecimento geográfico que é uma das principais causas da deficiência (OMS, 2011) e o Instituto sobre Deficiência (2016) estimou que cerca de 35% das pessoas com mais de 65 anos têm uma deficiência associada.

O termo deficiência tem sido criticado, uma vez que é regularmente utilizado em excesso e pode ter conotações negativas que tendem a homogeneizar e generalizar as pessoas com necessidades de acesso (GILLOVIC, et al., 2018). O termo deficiência realça dois problemas e mitos: i) o rótulo pode ser restritivo, pois o público em geral tende a pensar que o termo só se aplica a uma pessoa em cadeira de rodas e depois considerar as barreiras físicas como o principal problema, sendo que muitas deficiências e necessidades de acesso são mais amplas e nem sempre são visíveis (deficiência intelectual, dor, audição e visão); e ii) o rótulo pode ser visto como ofensivo, pois coloca a responsabilidade ou déficit sobre o indivíduo em vez de considerar a forma como a sociedade mais ampla estrutura políticas, espaços físicos, linguagem, comunicação e instituições. O rótulo de deficiência enfatiza a condição e coloca a responsabilidade sobre a pessoa antes de considerar inferências mais amplas (DARCY, DICKSON, 2009; GILLOVIC, et al., 2018).

Aumentar o nível de qualidade de vida de uma pessoa com deficiência depende da inclusão da sociedade e a comunidade em que vivem. Pessoas com necessidades de acesso tendem a ser segregadas e ignoradas dentro da sociedade (MCINTOSH, 2020; SMITH, et al., 2005) e enfrentam o estigma social (GILLOVIC, et

al., 2018; COCKBURN-WOOTTEN, 2018; MCINTOSH, 2020). As pessoas com deficiências não recebem as mesmas oportunidades que as pessoas sem deficiências, e suas vozes estão sendo desconsideradas das comunidades (GILLOVIC, MCINTOSH, 2015; AHMAD, 2015). Entretanto, Darcy e Dickson (2009) argumentaram que é hora da sociedade mudar sua atitude e comportamento em relação às pessoas com deficiência e acolhê-las nas comunidades e provocar interação e participação. Tanto as pessoas com necessidades de acesso, como as sem essas necessidades, querem encontrar novos amigos, ter oportunidades de interação social, ser incluídas e participar de uma atividade recreativa para melhorar suas vidas (JENKINS, 2002; GILLOVIC, MCINTOSH, 2020). Pessoas com deficiências representam parcelas significativas da população e o QUADRO 2 mostra a quantidade dessas pessoas em alguns países, escolhidos de maneira aleatória conforme apareciam nos estudos do escopo analisado.

QUADRO 2 - QUANTIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS EM ALGUNS PAÍSES

País	Quantidade de pessoas com deficiências	Fonte
Argentina	2,1 milhões	Instituto Nacional de Estadística y Censos [INDEC] (2002-2003)
Brasil	45,6 milhões	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2010)
China	85 milhões	<i>China Disable Person's Federation</i> (2012)
Itália	3,2 milhões	<i>Italian Institute of Statistics</i> [ISTAT] (2017)
Malásia	0,5 milhões	<i>Department of PwDs, Malaysia</i> (2014)
Portugal	1,9 milhões	Instituto Nacional de Estatística [INE] (2011)

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

O turismo foi reconhecido como um direito humano fundamental que pode "melhorar a qualidade de vida e criar melhores condições de vida para todas as pessoas" (DECLARAÇÃO DE MANILA, OMT, 1980). A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências [CDPD] que assegura que essas pessoas tenham participação social, acesso a edifícios, transporte, cultural, lazer, **turismo** [grifo do autor], esporte (ONU, 2006) endossou a Declaração de Manila sobre Turismo Mundial de 27 de setembro de 1980, pela qual a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1980) reconheceu o turismo como um direito fundamental e um veículo chave para o desenvolvimento humano, e recomendou que os Estados membros incorporassem a acessibilidade em seus regulamentos.

As pessoas com deficiência não são um grupo homogêneo com necessidade de segmentação, cada uma delas deve ser considerada levando em conta o tipo de deficiência (física, sensorial, intelectual) e o nível das necessidades de apoio de um indivíduo (DARCY, 2010; OMS, 2011).

O termo "acessível" se refere a conceitos mais amplos e inclusivos do que as palavras deficiência (*disability*) ou dano (*impairments*) (GILLOVIC et al., 2018). A acessibilidade inclui idosos, necessidades visuais, deficiências intelectuais, pais com carrinhos de bebê e necessidades temporárias. A acessibilidade é, portanto, uma alavanca para a plena inclusão social de pessoas com deficiência ou outras necessidades especiais, bem como uma fonte de benefícios econômicos significativos. Para Agovino et al. (2017, p. 58)

O desenvolvimento de medidas universais de acessibilidade para turistas rastreia suas origens nos anos 70 na Grã-Bretanha, onde um grupo de trabalho do Conselho de Turismo Inglês procurou identificar ferramentas para a criação de uma oferta turística aberta a todos. Os resultados do estudo deram lugar a uma série de serviços nacionais para enfrentar os problemas e as críticas emitidas. Em 1989, foi criado um grupo de trabalho inglês: O Turismo para Todos, que se espalhou por todo o mundo. O Turismo para Todos indicou o conjunto de organizações e instituições engajadas no desenvolvimento de um turismo acessível para essas pessoas. Nos últimos anos, muitas iniciativas foram tomadas pela União Européia para o desenvolvimento de produtos e serviços de turismo sem barreiras no destino das viagens. Entre elas, houve o estabelecimento de um centro operacional, com o objetivo de identificar e certificar as condições de acessibilidade turística de várias estruturas. Em 2006 foi lançada a Rede Européia para o Turismo Acessível (ENAT).

Como um conceito alternativo, a acessibilidade está sendo cada vez mais utilizada em um afastamento proposital de um único foco sobre a deficiência. Isto pode ser evidenciado nos estudos de turismo onde nota-se uma progressão dos conceitos de "turismo sem barreiras" (*barrier-free tourism*), "turismo com deficiência" (*disabled tourism*), "turismo de fácil acesso" (*easy access tourism*), "turismo inclusivo" (*inclusive tourism*) e "turismo para todos" (*tourism for all*) para o conceito mais recente de "turismo acessível" (*accessible tourism*)<sup>6</sup> (DARCY, BUHALIS, 2011). Muitas questões de deficiência e turismo são agora discutidas sob o termo turismo acessível, que vem sendo abordado por diversos autores (QUADRO 3).

---

<sup>6</sup> Devido essa progressão de expressões, "accessible tourism" foi o termo utilizado na busca de artigos para compor o corpus internacional desse estudo que é mostrado na seção três: metodologia.

QUADRO 3 - DEFINIÇÕES DE TURISMO ACESSÍVEL

Autor/ano	Definição de turismo acessível
Darcy e Dickson (2009)	O termo turismo acessível diz respeito a atividades que as pessoas podem escolher livremente para participar e são capazes de desfrutar independentemente de qualquer dano, problema de saúde, deficiência, habilidades funcionais ou imperativos fisiológicos.
Fontes e Monteiro (2009, p. 61)	“a associação entre os conceitos de acessibilidade e de turismo dá lugar ao turismo acessível, uma definição complexa que não se limita apenas às pessoas com deficiência”.
Pita (2009, p. 159)	“o turismo acessível existe quando as formas de transporte, destinos e serviços que são oferecidos estão disponíveis e podem ser utilizados por todos os visitantes”.
Luiza (2010)	O conceito de turismo acessível, ou turismo sem barreiras, concentra-se em proporcionar independência, igualdade e dignidade aos viajantes com deficiências ou que necessitam de acesso através da entrega de produtos, serviços e ambientes universalmente projetados.
OMT (2013)	O conceito de turismo acessível diz respeito ao processo colaborativo estabelecido entre os mais diversos atores do sistema turístico, com o objetivo de promover a adaptação da oferta turística a todos os turistas, de acordo com as suas necessidades de acesso, permanentes ou temporárias, visíveis ou invisíveis, mais ou menos severas, de forma a que possam dela usufruir em autonomia, igualdade e dignidade, sem barreiras físicas ou relacionadas aos serviços, produtos e ambientes.
Alvarado (2013)	Compreende que o turismo acessível é a eliminação de dificuldades ou barreiras externas, o que é essencial para garantir que as pessoas com deficiência aumentem sua frequência de viagem.
Michopoulou et al., (2015, p. 179)	“o turismo acessível, como em qualquer área de estudo acadêmico, é um campo em evolução de pesquisa acadêmica e prática industrial, enquadrado em um contexto social dinâmico”.
Duarte et al. (2015, p. 539)	“o turismo acessível, mais especificamente, surge como potencial motivador da inclusão social, visando à ampliação da participação de todos em tal atividade, com a finalidade de proporcionar às pessoas a oportunidade de acesso a atividades comuns e não em grupos isolados e estigmatizados”.
OMT (2016a)	Com o decorrer do tempo os conceitos de turismo acessível foram ampliados para abordar não somente a deficiência das pessoas, mas passa a observar o ambiente turístico como um elemento incapacitante, propondo desta forma, dispor de um ambiente físico mais acessível, com a eliminação de barreiras e oportunizando com isso a possibilidade de turismo para todos.
OMT (2016a)	É uma política recente que vem tomando forma na atividade turística nos últimos anos e tem em sua concepção inicial propostas de turismo para a participação de pessoas com deficiências.
OMT (2016b)	O turismo acessível faz parte de uma realidade recente e por isso há um extenso caminho a ser percorrido, no que concerne à oferta de turismo de inclusão com base nos parâmetros de Desenho Universal, isto é, acessível a todos.
Agovino et al. 2017	O turismo acessível é chamado de <i>modus operandi</i> para a remoção de barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais, através de um conjunto de instalações e serviços diretamente adaptados.
Deville e Kastenholz (2018)	Explicam que o turismo acessível é percebido enquanto um veículo para promoção do bem-estar individual e social e que não beneficia apenas as pessoas com deficiências, mas a sociedade em geral.
Cockburn-Wooten et al., (2018)	O turismo acessível só pode operar efetivamente quando os interessados dentro da organização, e dentro do sistema de turismo mais amplo, colaborarem para permitir que as pessoas com requisitos de acesso possam viajar, garantindo que toda a viagem de, para e dentro do destino seja acessível, juntamente com suas experiências.

FONTE: Elaborado pelo autor (2021).

Alguns autores (QUADRO 3) relacionam o turismo acessível à participação de todas as pessoas no turismo. Outros direcionam apenas as pessoas com deficiências, e o presente estudo utiliza dessa perspectiva.

Da perspectiva da vontade política dos governos, o turismo acessível se tornou um campo em evolução no qual alguns governos concentraram políticas e esforços de marketing. Por exemplo, a União Européia tem investido no turismo acessível nas últimas três décadas (AMBROSE, 2012); a Austrália tem algumas das primeiras iniciativas de turismo acessível (DARCY, CAMERON, SCHWEINSBERG, 2012); e a Argentina tem uma lei específica sobre turismo acessível desde 2002 (Lei Nº 25.643). Alguns países adotaram legislações sobre discriminação por deficiência (QUADRO 4).

QUADRO 4 - LEGISLAÇÕES NACIONAIS DE ALGUNS PAÍSES SOBRE DISCRIMINAÇÃO POR DEFICIÊNCIA.

Ano	País	Legislação
1990	Estados Unidos	Lei dos americanos com deficiência
1990	China	A Lei da República Popular da China sobre a Proteção das Pessoas com Deficiência
1992	Austrália	Lei sobre a Discriminação da Deficiência
1995	Reino Unido	Lei sobre a Discriminação da Deficiência
1995	Índia	Lei sobre Pessoas com Deficiência (igualdade de oportunidades, proteção dos direitos e plena participação)
1996	Costa Rica	Lei nº 7600 sobre Igualdade para Pessoas Portadoras de Deficiência
1996	Hong Kong	Portaria sobre Discriminação da deficiência

FONTE: Small, Darcy e Packer (2012).

O Brasil implementou algumas iniciativas no campo do turismo acessível, sendo o primeiro país sul-americano a realizar um Jogo Olímpico e Paraolímpico no Estado do Rio de Janeiro em 2016, além disso, há um conjunto legal brasileiro dedicado às pessoas com deficiências (QUADRO 5).

QUADRO 5 - PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS DEDICADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Legislação	Ano	Principais benefícios à pessoa com deficiência
Lei Nº 4.169	1962	Braille nas escritas para cegos.
Lei Nº 7.070	1982	Direito a pensão.
Lei Nº 7.405	1985	Obrigatoriedade da utilização do símbolo internacional de acesso aos locais.
Constituição Federal	1988	Direito a igualdade a proteção, educação, assistência e inserção ao trabalho e a renda, a adequação de espaços e vias coibindo a discriminação de Pessoas com deficiência. Confere e ir e vir das pessoas, construção e adequação de vias de forma acessível, criando alusão à acessibilidade.
Lei Nº 7.853	1989	Integração social, definição de crimes contra pessoas com deficiências.
Lei Nº 8.160	1991	Obrigaçao do símbolo surdez nos estabelecimentos com acesso a este público.
Lei Nº 8.213	1991	Cotas para pessoas com deficiências no mercado de trabalho.
Lei Nº 8.899	1994	Concessão de gratuidade no transporte público interestadual
Lei Nº 8.989	1995	Isonção de impostos para pessoas com deficiências na compra de transporte adaptado.
Lei Nº 10.048	2000	Prioridade de atendimento.
Lei Nº 10.050	2000	Estende o recebimento de benefício pelos filhos PcD.
Lei Nº 10.098 Decreto lei 5296	2000	- Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. - Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.
Lei Nº 11.126	2005	Direito de ingressar e permanecer em locais de uso coletivo com cão guia.
Lei Nº 11.133	2005	Institui do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.
Decreto Nº 6.949	2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
Lei Nº 11.982	2009	Adaptação de equipamentos em parques de diversão.
Lei Nº 12.319	2010	Regulamenta a Lei de Tradutor e Intérprete de LIBRAS.
Decreto Nº 7.612	2011	Ações de fomento ao crédito para adaptação das estruturas e transporte para acessibilidade. Plano de ofertas de serviços e produtos as pessoas com deficiências. Incentivo a educação.
Lei Nº 12.587	2012	Cria diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
Lei Nº 12.613	2012	Crédito para adquirir bens e serviços de Tecnologia Assistiva.
Lei Nº 12.715	2012	Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência.
Lei Nº 12.933	2013	Benefício de meia-entrada.
Lei Nº 13.146	2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

FONTE: Nascimento, 2018.

Diante da discussão proposta, mesmo que o foco do presente estudo seja as pessoas com deficiências, é possível notar que o turismo acessível e seus estudos abrangem e beneficiam diversas parcelas da população (FIGURA 1).

FIGURA 1 - ABRANGÊNCIA DO TURISMO ACESSÍVEL



FONTE: Elaborado pelo autor (2021).

Caso o escopo do estudo sobre turismo acessível fosse ampliado para atender, além das pessoas com deficiências, idosos e pessoas indígenas, só no Brasil atingiria 35% da população. De acordo com dados do IBGE (2010) há 20,6 milhões de idosos (10,8%) e 555 mil pessoas indígenas (0,30%) no país. Então, de um percentual de 23,9% (pessoas com deficiências) passaria para 35% (pessoas com deficiências + idosos + pessoas indígenas). Ressalta-se que o Censo (IBGE, 2010) não mensura dados sobre pessoas muito altas ou muito baixas; acompanhantes de pessoas com deficiências e pessoas com restrições temporárias.

O panorama teórico apresentado mostra a complexidade do tema no contexto social e nas relações entre as abordagens das pessoas com deficiências e do turismo em uma perspectiva do turismo acessível. Nesse contexto, e para avançar na proposta do estudo, na próxima seção foram mostrados os procedimentos metodológicos utilizados para realização da dissertação.

### 3 METODOLOGIA

Metodologicamente, essa dissertação se caracteriza como descritiva e analítica realizada por meio de Estudo Bibliométrico (EB) e Revisão Integrativa da Literatura (RIL). Com abordagem qualitativa, teve o intuito de empreender uma pesquisa de estado da arte nacional e internacional sobre turismo acessível para pessoas com deficiências.

O propósito de realizar essa pesquisa com os procedimentos e técnicas mencionados, é de se ter um mapeamento sobre a produção científica para contribuir por meio dos resultados obtidos com o EB e com a RIL.

Tais análises foram detalhadas na seção 3.3, entretanto destaca-se a contribuição por meio dos achados sobre a produtividade de autores; periódicos mais relevantes sobre o tema para a área de turismo; categorização, descrição, interpretação e apontamento de lacunas sobre o turismo acessível para pessoas com deficiências. Desse modo, esse trabalho serve como arcabouço teórico-conceitual para estudos (aplicados) na área de turismo.

#### 3.1 COLETA DE DADOS EM PERIÓDICOS DE TURISMO NACIONAIS

A Plataforma Sucupira foi utilizada para a busca dos periódicos brasileiros de turismo classificados pela CAPES no quadriênio 2013-2016 em que foi aplicado o filtro da área de avaliação de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. No documento em formato de Excel disponibilizado pela Plataforma com todos os periódicos da área requerida foi aplicada, primeiramente, a busca por periódicos utilizando as palavras turismo/*tourism*.

A busca com a palavra turismo revelou um total de 42 periódicos. Depois de feita uma análise dos periódicos, verificou-se que 17 deles apareciam de maneira repetida o que reduziu o número para 25 periódicos. Desta totalidade foi feita uma pesquisa para averiguar se todos eram brasileiros. Com essa pesquisa descobriu-se que quatro periódicos não eram brasileiros (três espanhóis e um argentino) e após isso o número de periódicos foi para 21. Deste total, quatro periódicos não entraram para análise, quais sejam: Arquiteturismo - apesar de indicar em seu *website* que “é um periódico online mensal sobre as múltiplas relações entre arquitetura e turismo” (ARQUITETURISMO, N.D), os trabalhos que publicam apenas tangenciam turismo,

dedicando-se mais a questões de patrimônio arquitetônico; Destarte: Revista de Administração, Comunicação Social e Turismo da Estácio de Sá de Vitória, Revista Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas e Revista Turismo em Pauta encontram-se descontinuadas. Com isso, chegou-se ao número de 17 periódicos.

Já a busca com a palavra *tourism* revelou um total de 27 periódicos. Verificou-se que três periódicos apareciam de maneira repetida, o que reduziu o número para 24 periódicos. Posteriormente foi feita uma pesquisa para verificar se havia algum periódico brasileiro e foram encontrados três: *Applied Tourism; Marketing & Tourism Review; Poduim Sport, Leisure and Tourism Review*.

Segundamente, identificou-se que outros três periódicos que não foram encontrados utilizando as palavras turismo/*tourism* apareciam no documento disponível pela Plataforma Sucupira e foram acrescentados à análise dos dados: Revista Hospitalidade; Revista Rosa dos Ventos e Revista Cenário. Terceiramente foram acrescentados dois periódicos que não constavam no documento gerado pela Plataforma Sucupira por terem sua criação posterior a 2016, sendo eles: Revista Ateliê do Turismo e Revista Turismo & Cidades, ambas criadas em 2019.

Com este levantamento chegou-se ao número final de 25 periódicos brasileiros de turismo selecionados para análise deste estudo (QUADRO 6).

Uma vez selecionados os periódicos, para a coleta dos dados, foi feito um levantamento nos *websites* oficiais de cada periódico a fim de averiguar o número total de publicações – em formato de artigos –, número de edições e de artigos encontrados sobre turismo acessível para pessoas com deficiências.

Nos *websites* oficiais dos periódicos foram verificados – por meio da leitura do título, resumo e palavras-chave de todos os artigos – todos os volumes e todas as edições disponíveis para consulta até 31 de dezembro de 2020. Foram verificados todos os artigos de todas as edições dos 25 periódicos sendo a edição mais antiga em 1990 (Revista Turismo em Análise).

O próximo passo foi verificar os artigos que tratavam de pessoas com deficiências em suas diversas variações de termos<sup>7</sup> por meio da leitura do título, resumo e palavras-chave de todos os artigos disponíveis para consulta. A partir

---

<sup>7</sup> Alguns exemplos de termos que se referem a pessoas com deficiências: cego, surdo, mudo, cadeirante, deficiente, pessoa com necessidade especial, portador de deficiência, portador de necessidade especial, pessoa usuária de cadeira de rodas, pessoa com deficiência física, pessoa com deficiência auditiva, pessoa com deficiência visual, pessoa com deficiência intelectual, pessoa deficiente, público especial, entre outros.

disto, de um total de 6105 artigos publicados nos 25 periódicos (APÊNDICE 1), foram encontrados 54 artigos sobre o tema (escopo nacional).

QUADRO 6 - PERIÓDICOS BRASILEIROS DE TURISMO SELECIONADOS PARA A PESQUISA

Número	ISSN	Periódico
1	2448-3524	Applied Tourism
2	2594-8407	Ateliê do Turismo
3	2316-5952	Caderno de Estudos e Pesquisas do Turismo
4	1677-6976	Caderno Virtual de Turismo
5	2525-8176	Marketing & Tourism Review
6	2316-932X	Podium Sport, Leisure and Tourism Review
7	1980-6965	Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo
8	1983-9391	Revista Brasileira de Ecoturismo
9	1982-6125	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo - RBTur
10	1982-5838	Revista de Cultura e Turismo - Cultur
11	2448-0126	Revista Eletrônica Ciências da Administração e Turismo - Recat
12	2316-5812	Revista Eletrônica de Administração e Turismo - Reat
13	2179-8834	Revista de Economia, Administração e Turismo
14	1807-975X	Revista Hospitalidade
15	2236-6040	Revista Iberoamericana de Turismo
16	2318-8561	Revista Interdisciplinar de Turismo e Território - Cenário
17	2448-198X	Revista Latino-americana de Turismologia
18	2178-9061	Revista Rosa dos Ventos
19	2357-8211	Revista Turismo Contemporâneo - RTC
20	2674-6972	Revista Turismo & Cidades
21	1519-4744	Revista Turismo e Desenvolvimento
22	1984-4867	Revista Turismo em Análise - RTA
23	1983-5442	Revista Turismo e Sociedade - RTS
24	2316-1493	Revista Turismo Estudos e Práticas
25	1415-6393	Revista Turismo Visão e Ação - RTVA

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

### 3.2 COLETA DE DADOS NAS BASES INTERNACIONAIS

Para a busca de artigos internacionais foram selecionadas as bases *Web Of Science*, *Scopus* e *Redalyc*. As buscas nas duas primeiras bases se deram a partir de acesso via CAFE Capes com informações institucionais da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

A busca nas bases *Web of Science* - Coleção Principal (*Clarivate Analytics*) e *SCOPUS* (*Elsevier*) ocorreram no dia 28 de junho de 2021 e se deram nos títulos, resumos e palavras-chave (*title*, *abstract*, *keywords*) com o termo *accessible*

*tourism*<sup>8</sup> em três distintos filtros: uso de aspas, tempo: até 2020, e tipo de documento: artigos (QUADRO 7).

QUADRO 7 - BUSCA NAS BASES WEB OF SCIENCE E SCOPUS

	Web Of Science	Scopus
accessible tourism	682	1010
“accessible tourism”	182	209
até 2020	170	191
artigos	115	119
<b>Total entre as bases</b>	<b>234</b>	

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

As buscas na Base *Redalyc* se deram a partir do site oficial<sup>9</sup> da plataforma onde se utilizou a área “Ciencias Sociales” para a busca de revistas sobre “Estudios de Turismo”.

A área de “Estudios de Turismo” é composta por oito revistas de cinco distintos países: Revista Turismo y Sociedad (Colômbia); Revista Estudios y Perspectivas em Turismo (Argentina); Revista de Turismo y Patrimonio Cultural PASOS (Espanha); Revista El Periplo Sustentable (México); Revista Turismo Visão e Ação, Caderno Virtual de Turismo, Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo e Revista Rosa dos Ventos, todas brasileiras. Cabe informar que as quatro revistas brasileiras aqui citadas entraram na análise dos periódicos brasileiros de turismo (QUADRO 6), sendo assim, para essa base utilizou-se apenas das revistas internacionais<sup>10</sup>.

A busca por artigos nas quatro revistas internacionais citadas se deu a partir do termo turismo acessível nos idiomas: espanhol, português e inglês, respectivamente<sup>11</sup>. Cabe mencionar que nessa base não há a opção de filtro por ano, porém artigos que fossem posteriores a 2020 não foram considerados<sup>12</sup>. A sistematização da busca com a variação do termo revelou um total de 45 artigos (QUADRO 8).

<sup>8</sup> Nomenclatura em inglês para o termo turismo acessível.

<sup>9</sup> Redalyc.org

<sup>10</sup> Sabe-se que o ideal seria que para as análises dos resultados essas quatro revistas brasileiras entrassem tanto na coleta nacional quanto internacional. Entretanto, optou-se por analisa-las apenas na coleta nacional.

<sup>11</sup> A ordem de busca pelos idiomas foi de maneira proposital uma vez que a Base *Redalyc* é composta predominantemente por pesquisas publicadas em Língua Espanhola.

<sup>12</sup> Apenas um artigo apareceu posterior a 2020 durante a busca.

QUADRO 8 - SISTEMATIZAÇÃO DA BUSCA POR ARTIGOS NA BASE REDALYC

	Turismo y Sociedad	Estudios y Perspectivas en Turismo	PASOS	El Periplo Sustentable
“turismo accesible”	6	12	18	2
“turismo acessível”	0	2	3	0
“accessible tourism”	2	2	11	2
Subtotal	8	16	32	4
Repetidos	2	3	9	1
<b>Total por revista</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>23</b>	<b>3</b>
<b>Total da base</b>	<b>45</b>			

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Após a coleta dos dados chegou-se a um número total de 279 artigos entre as três bases pesquisadas (QUADRO 9).

QUADRO 9 - TOTAL DE ARTIGOS ENTRE AS TRÊS BASES PESQUISADAS

	Web of Science	Scopus	Redalyc
Total da base	115	119	45
<b>Total geral</b>	<b>279</b>		

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Os 279 artigos (QUADRO 9) foram analisados a fim de verificar a quantidade de artigos repetidos entre as bases. A base *Web of Science* foi escolhida como a principal base para esse estudo, sendo assim, foram verificados quais artigos da *Scopus* e *Redalyc* se repetiam na *Web of Science*, constando 89 artigos (QUADRO 10).

QUADRO 10 - ARTIGOS REPETIDOS ENTRE AS BASES

	Web Of Science	Scopus	Redalyc
Artigos coletados	115	119	45
Artigos repetidos na Web Of Science	-	83	6
<b>Total de artigos excluídos</b>	<b>89</b>		
Novo total de cada base	115	36	39
<b>Total entre as bases</b>	<b>190</b>		

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

A seguir são apresentados como foram aplicados os critérios de exclusão e inclusão dos artigos para o escopo do estudo. Importante frisar que os seis artigos da *Redalyc* que se repetiam na *Web of Science* estavam em idiomas distintos (inglês e espanhol) sendo identificados através dos títulos com o auxílio de planilhas no

Excel para organização e identificação desses documentos. Com isso foi necessária atenção redobrada na hora da verificação entre essas duas bases.

Posteriormente a verificação dos artigos repetidos (QUADRO 10) foi feita a análise individual dos documentos a fim de verificar se, de fato, tratavam do tema. A análise se deu no título, resumo e palavras-chave. Nessa verificação foram excluídos 82 artigos (QUADRO 11).

QUADRO 11 - ARTIGOS EXCLUÍDOS A PARTIR DAS BASES PESQUISADAS

	Web Of Science	Scopus	Redalyc
Selecionados	115	36	39
Excluídos	39	12	31
<b>Total de excluídos</b>	<b>82</b>		
Novo total de cada base	76	24	8
<b>Total geral</b>	<b>108</b>		

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Os critérios de exclusão dos artigos foram definidos pelo autor a partir de três pontos: documentos que não constavam em formato de artigos (10 documentos), documentos que não abordavam pessoas com deficiências em suas análises (66 documentos) e documentos em idiomas distintos do inglês e espanhol<sup>13</sup> (6 documentos).

Destaca-se que mesmo sendo aplicado o filtro “artigos” na coleta de dados (QUADRO 7) alguns documentos ainda assim constaram como, por exemplo, *viewpoint* (CALHEIROS, 2020; MACHADO, 2020; ARAÚJO, 2020; COSTA, 2020; COSTA, MONTENEGRO, GOMES, 2020;), *perspectives* (DARCY, MCKERCHER, SCHWEINSBERG, 2020), *proceeding papers* (PUEHRETMAIR, 2006; PUEHRETMAIR, MIESENBERGER, 2006) e editorial (ALVAREZ, 2012), sendo esses excluídos das análises do presente estudo.

Também foram excluídos documentos que não abordavam pessoas com deficiências no título, resumo e palavras-chave. Alguns dos exemplos de exclusão nesse critério são: artigos que tratam de pessoas idosas (MARY, KONG, WAN, 2020; RACCANELLO, GARCIA, 2019; PINTO, ASSUNÇÃO, ROSA, 2020), acessibilidade de uma maneira geral (CHAVARRIA, 2017; GILLOVIC, MCINTOSH, 2015; DA SILVA, BORGES, 2019), pessoas indígenas (CHAVAN, BHOLA, 2014),

---

<sup>13</sup> Alemão (2), russo (1), húngaro (1), polonês (1) e português (1) [que entrou nas análises brasileiras].

inclusão social de outros grupos sociais (GIUSTI, VIVIANI, 2013; MONROY, LECHUGA-BESNÉ, 2017; TAPIA, 2019), pessoas com restrições alimentares (MARTINEZ et al., 2015). Nesses casos o turismo acessível aparecia em uma das categorias de análises (título, resumo ou palavras-chave), geralmente nas palavras-chave, entretanto foram excluídos por não terem as pessoas com deficiências como sujeitos.

Aponta-se que mesmo utilizando o termo de busca em inglês (QUADRO 7) apareceram artigos em outros idiomas (alemão, russo, húngaro, polonês e português) porque as informações de título, resumo e palavras-chave constavam em inglês na base. A exclusão dos artigos em outros idiomas senão inglês, espanhol e português foi feita pela dificuldade (mesmo com auxílio de softwares) de leitura nesses outros idiomas. O QUADRO 12 mostra um panorama da exclusão dos artigos de acordo com os critérios utilizados pelo autor.

QUADRO 12 - CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO DOS ARTIGOS A PARTIR DAS BASES

Critério	Web of Science	Scopus	Redalyc
Não é artigo	9	0	1
Não aborda pessoas com deficiências	25	11	30
Em idiomas distintos do inglês/espanhol	5	1	0
<b>Total de excluídos em cada base</b>	<b>39</b>	<b>12</b>	<b>31</b>
<b>Total de excluídos</b>	<b>82</b>		

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

A FIGURA 2 mostra a trajetória da sistematização dos artigos internacionais até chegar ao escopo internacional final deste estudo.

FIGURA 2 - PROCESSOS DE SISTEMATIZAÇÃO DOS ARTIGOS INTERNACIONAIS.



FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Já a FIGURA 3 mostra a quantidade total de artigos selecionados em cada base após todo o processo de coleta, mostrando o escopo total da presente dissertação.

FIGURA 3 - QUANTIDADES FINAIS DE ARTIGOS SELECIONADOS EM CADA BASE E ESCOPO FINAL DO PRESENTE ESTUDO



FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Após definido o escopo, a seguir é explicitada a maneira pela qual foi realizada a análise dos dados.

### 3.3 ANÁLISE DE DADOS

Após definido o escopo do estudo, os documentos foram organizados em uma biblioteca virtual pessoal por meio do Software de Gerenciamento de Referências Mendeley e os dados foram organizados em tabelas com o auxílio do Programa Microsoft Excel a fim de aplicar análise bibliométrica e sistemática integrativa. A partir disso, foram feitas três análises, quais sejam: análise bibliométrica, análise do conteúdo dos artigos e análise sistemática integrativa.

No presente estudo, a construção da revisão bibliométrica baseia-se principalmente nos estudos de Araújo (2006) e Quevedo-Silva et al, (2016). A revisão bibliométrica pode ser entendida como uma metodologia de análise quantitativa que tangencia aspectos qualitativos, sendo capaz de identificar *gaps* no conhecimento científico, permitindo a apreensão desses conhecimentos relativos a determinado tema dentro de uma revisão de literatura (OTLET, 1986). Corroborando, Araújo (2006) descreve a bibliometria ou estudo bibliométrico (EB), como uma técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico.

De acordo com Vanti (2002) os principais objetivos da bibliometria são: (1) identificar as tendências e o crescimento do conhecimento em uma área; (2) identificar as revistas do núcleo de uma disciplina; (3) mensurar a cobertura das revistas secundárias; (4) identificar os usuários de uma disciplina; (5) prever as tendências de publicação; (6) estudar a dispersão e a obsolescência da literatura

científica; (7) prever a produtividade de autores individuais, organizações e países; (8) medir o grau e padrões de colaboração entre autores; (9) analisar os processos de citação e co-citação; (10) determinar o desempenho dos sistemas de recuperação da informação; (11) avaliar os aspectos estatísticos da linguagem, das palavras e das frases; (12) avaliar a circulação e uso de documentos em um centro de documentação; por fim, (13) medir o crescimento de determinadas áreas e o surgimento de novos temas.

Com base nos objetivos da bibliometria (VANTI, 2002), o presente estudo utilizou os seguintes: (2) identificar as revistas do núcleo de uma disciplina; (3) mensurar a cobertura das revistas secundárias; (6) estudar a dispersão e a obsolescência da literatura científica; (7) prever a produtividade de autores individuais; (11) avaliar os aspectos estatísticos da linguagem, das palavras e das frases. Destaca-se que tais objetivos foram selecionados porque são os que compõem as análises das três principais leis da bibliometria, quais sejam: Lei de Lotka, Lei de Bradford e Lei de Zipf (ARAUJO, 2006; SANTOS & KOBASHI, 2012; QUEVEDO-SILVA et al, 2016). Com isso, o objetivo de realizar a análise bibliométrica se deu para ter um mapeamento da produção científica sobre turismo acessível para pessoas com deficiências e disseminar o conhecimento científico sobre esse tema.

A base do EB proposto foi uma amostra de 162 produções distribuídas por 79 periódicos em que foram aplicadas as Leis de Lotka, de Bradford e de Zipf (conforme sugerido por ARAUJO, 2006; SANTOS & KOBASHI, 2012; QUEVEDO-SILVA et al, 2016).

A Lei de Lotka permite reconhecer os expoentes da pesquisa sobre um assunto (turismo acessível para pessoas com deficiências). Essa Lei demonstra a existência de uma “relação quantitativa entre a frequência de autores produzindo um número  $x$  de trabalhos” (QUEVEDO-SILVA et al, 2016, p. 248), ou seja, uma pequena quantidade de autores possui uma grande produção de literatura científica, e um grande número de autores se iguala em produção ao pequeno número de autores (THOMPSON, WALKER, 2015).

Alvarado (2002) acrescenta que a Lei de Lotka relaciona a distribuição dos trabalhos pelo número de autores nas contagens direta e completa. A contagem

direta credita apenas as contribuições dos autores principais<sup>14</sup>, enquanto que na contagem completa é creditada uma contribuição para cada autor. Com intuito de futuras replicações, a TABELA 1 mostra o primeiro passo de organização dos dados para aplicação da Lei de Lotka nas contagens direta e completa e a TABELA 2 mostra o segundo passo para organização mostrando o exemplo da contagem direta com dados da presente pesquisa.

TABELA 1 - PRIMEIRO PASSO NA ORGANIZAÇÃO DOS DADOS PARA APLICAÇÃO DA LEI DE LOTKA NAS CONTAGENS DIRETA E COMPLETA

CONTAGEM DIRETA	
<b>Autor(a) principal</b>	<b>Nº de contribuições</b>
Autor(a) a	n contribuições
Autor(a) b	n contribuições
CONTAGEM COMPLETA	
<b>Autor(a) principal + coautores(as)</b>	<b>Nº de contribuições</b>
Autor(a) c	n contribuições
Autor(a) d	n contribuições

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Nessa dissertação foi utilizado o Programa Microsoft Excel para organização dos autores em ordem decrescente pelo “Nº de contribuições” e quando autores possuem a mesma quantidade de contribuições foram organizados em ordem alfabética. É importante frisar que para contagem completa deve-se considerar tanto o autor principal quanto seus respectivos coautores, contabilizando uma contribuição a cada um.

<sup>14</sup> Considerando-se que, nas publicações em Língua Portuguesa, o primeiro autor é considerado o principal.

TABELA 2 - SEGUNDO PASSO NA ORGANIZAÇÃO DOS DADOS PARA CONTAGEM DIRETA COM DADOS DA PRESENTE PESQUISA.

Número de artigos	Quantidade de autores
1	117
2	12
3	2
4	1
5	1
6	1
<b>Total</b>	<b>134</b>

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Após essa organização elabora-se uma terceira tabela para discussão dos resultados (TABELA 3). Aqui apresenta-se as colunas com os aspectos analisados e na seção de resultados e discussões mostra-se os dados obtidos referentes a cada aspecto analisado.

TABELA 3 - TERCEIRO PASSO NA ORGANIZAÇÃO DOS DADOS PARA DISCUSSÃO DOS ACHADOS COM A APLICAÇÃO DA LEI DE LOTKA.

Nº contribuições por autor	Nº autores	% autores	Nº artigos	% artigos
----------------------------	------------	-----------	------------	-----------

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

A Lei de Bradford permite identificar os periódicos mais relevantes sobre a temática, auxiliando na revisão de literatura e na escolha de revistas para publicação de artigos. Essa Lei trata da dispersão de artigos pelos periódicos, comprovando que um número menor de periódicos possuem muitas produções sobre o tema, enquanto um número maior possuirá poucos artigos. Os periódicos dividem-se em núcleo e zonas produtivas, nas quais a razão do número de revistas em qualquer zona pelo número de revistas na zona precedente é chamada de “multiplicador de Bradford” ( $B_m$ ) (THOMPSON, WALKER, 2015; QUEVEDO-SILVA et al., 2016). A fim de futuras replicações, a TABELA 4 mostra a estruturação utilizada no Excel para aplicação da Lei de BradFord.

TABELA 4 - ORGANIZAÇÃO DOS PERIÓDICOS PARA APLICAÇÃO DA LEI DE BRADFORD.

Periódico/Journal	Número de artigos sobre o tema da pesquisa
Periódico 1	
Periódico 2	
Periódico 79	
Total	162

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Os periódicos foram organizados em ordem decrescente com base no “Número de artigos sobre o tema da pesquisa” e quando os periódicos possuem o mesmo número de artigos foram organizados em ordem alfabética. Em seguida é necessário organizar outra tabela com informações totais sobre os periódicos e artigos sobre o tema da pesquisa. A TABELA 5 mostra o exemplo de organização com dados da presente pesquisa.

TABELA 5 - INFORMAÇÕES TOTAIS PARA APLICAÇÃO DA LEI DE BRADFORD, COM DADOS DA PRESENTE PESQUISA.

Número de artigos sobre o tema da pesquisa	Quantidade de periódicos
9	1
8	1
6	2
5	5
4	4
3	8
2	10
1	48
<b>Total</b>	<b>162</b>

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

A partir da TABELA 5 foi aplicada a Lei de Bradford e identificado o Núcleo e suas respectivas Zonas, assim como calculado o Multiplicador de Bradford ( $B_m$ ), conforme princípio da Lei. A tabela com as informações completas é mostrada na seção de resultados e discussões e o quadro com todos os periódicos em que é possível verificar quais pertencem ao Núcleo e quais pertencem às Zonas é mostrado no APÊNDICE 2, ao final desse documento.

A Lei de Zipf demonstra que num conjunto de texto existirão palavras com alta frequência de ocorrência, aparecendo mais vezes que outras, assim, haverá

uma pequena quantidade de palavras com muitas repetições e uma grande quantidade de palavras com poucas repetições (QUEVEDO-SILVA et al., 2016). Comumente utilizada na linguística, essa Lei permite mapear e criar um ranking de frequência de palavras, detectando palavras e/ou termos unânimes num campo de estudo. As mais frequentes são de alta e média relevância e as menos frequentes são consideradas ruídos.

Para análise da Lei de Zipf foi feita uma adaptação. A base da Lei é analisar o conteúdo completo dos documentos, entretanto nessa dissertação foi analisado apenas uma parte do conteúdo dos artigos: as palavras-chaves. Por se tratar de um estudo com um grande escopo (162 artigos) seria necessário o uso de algum software de análise de conteúdo para realizar a análise completa e por isso optou-se pela análise das palavras-chave. As palavras-chave foram organizadas em uma tabela no Excel, conforme mostra a TABELA 6, e posteriormente foi feita uma exportação desses dados para o site Infogram para criar uma nuvem de palavras com esses termos.

Como essa Lei busca analisar o corpus textual dos documentos, optou-se por apresentar as análises nacionais e internacionais separadamente no intuito de discutir se as palavras-chave utilizadas possuem um grupo de termos em comum ou se há discrepância entre as literaturas.

TABELA 6 - ORGANIZAÇÃO DAS PALAVRAS-CHAVE PARA APLICAÇÃO DA LEI DE ZIPF.

ARTIGOS NACIONAIS	
Palavra-chave	Incidência
Palavra 1	
Palavra 2	
Palavra 92	
Total	215
ARTIGOS INTERNACIONAIS	
Palavra-chave	Incidência
Palavra 1	
Palavra 2	
Palavra 308	
Total	555

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Importante informar que a utilização das três Leis citadas foi complementada com outras análises referentes aos artigos, quais sejam: distribuição temporal, abordagem metodológica e gênero dos (as) autores (as).

As revisões sistemáticas da literatura são indicadas “[...] para identificar eventuais lacunas de investigação na pesquisa existente, a fim de sugerir uma investigação mais aprofundada, e para fornecer uma compreensão profunda de novo fenômeno.” (BUSALIM, HUSSIM, 2016, p.1077). Segundo Galvão e Pereira (2014), uma das principais características deste tipo de revisão é a abrangência na coleta de dados e a divulgação dos critérios de pesquisa adotados, a fim de permitir sua replicação.

No presente estudo a revisão integrativa da literatura é utilizada como método para o desenvolvimento da revisão da literatura. Esse procedimento foi escolhido por possibilitar a síntese e análise do conhecimento científico já produzido sobre turismo acessível para pessoas com deficiências. A construção da presente revisão integrativa baseia-se principalmente nos estudos de Whitemore e Knafl (2005), Botelho, Cunha e Macedo (2011), Manual de Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa (2014).

A revisão integrativa da literatura (RIL) é um tipo de revisão sistemática (WHITEMORE, KNAFL, 2005; BOTELHO, CUNHA, MACEDO, 2011) e de acordo com Botelho, Cunha e Macedo (2011) possui seis etapas:

- (i) **Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa:** O tema da pesquisa se refere ao turismo acessível para pessoas com deficiências e a questão de pesquisa proposta é: qual é o cenário da produção científica nacional e internacional sobre turismo acessível para pessoas com deficiências?
- (ii) **Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão:** Os critérios de inclusão e exclusão são mostrados na seção 3.2. Resumidamente, houve dois momentos: busca de artigos em 25 periódicos nacionais de turismo; e busca de artigos em três bases internacionais, “*Web of Science*, Scopus e Redalyc”. Os critérios de inclusão se deram a partir das buscas nos títulos, resumos e palavras-chaves; o tipo de documento escolhido foi apenas artigos; e a data estipulada foi até 2020. Na literatura nacional foi feita a leitura de todos os artigos disponíveis nos 25 periódicos de turismo analisados buscando por

artigos que mencionassem pessoas com deficiências (nas mais diversas variações terminológicas). Na literatura internacional utilizou-se o termo buscador “*accessible tourism*”. Os critérios de exclusão foram: documentos que não estavam no formato de artigos; artigos com conteúdo em idiomas distintos de inglês, português e espanhol; e artigos que não tratassem de pessoas com deficiências.

- (iii) **Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados:** A partir dos critérios de inclusão foram pré-selecionados 54 artigos na literatura nacional e 279 artigos na literatura internacional. Por meio dos critérios de exclusão chegou-se a 54 artigos selecionados na literatura nacional e 108 artigos selecionados na literatura internacional.
- (iv) **Categorização dos estudos selecionados:** Os estudos selecionados foram categorizados com base em uma análise do conteúdo, seguindo a proposta de Coronel e Panosso Netto (2016)<sup>15</sup>.

A análise do conteúdo nos artigos dividiu-se em dois momentos:

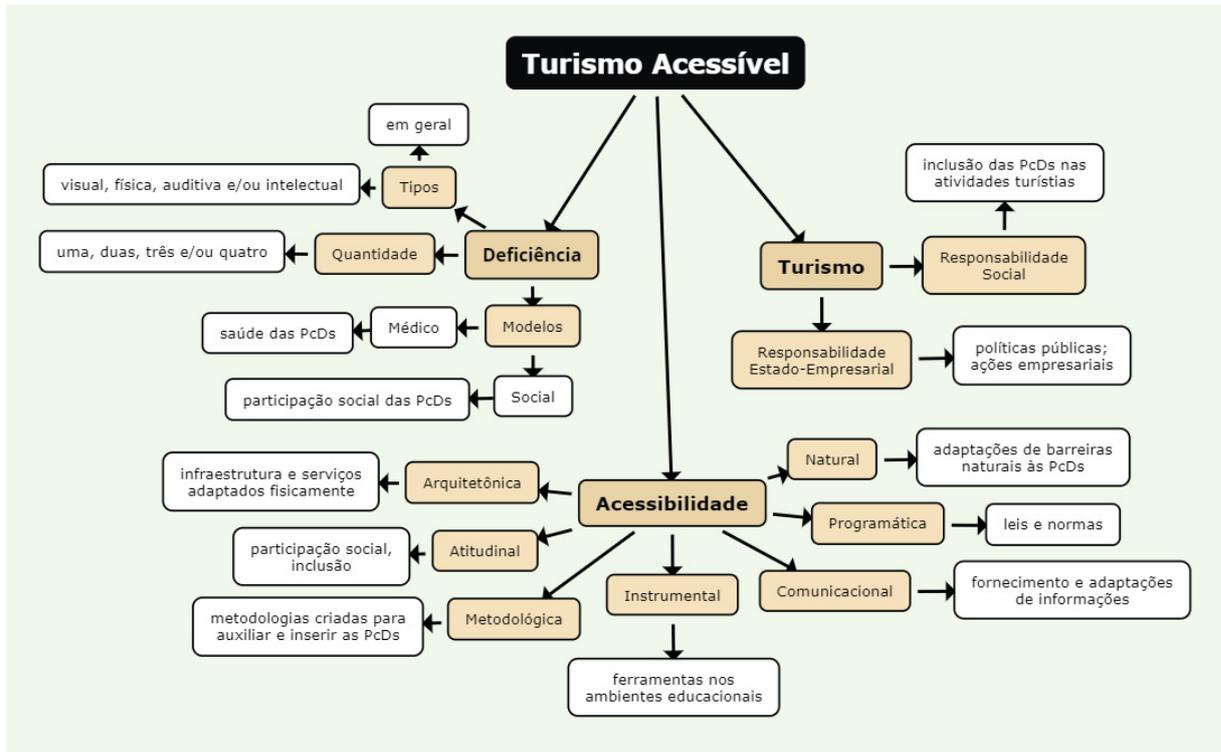
- a) **Pré-análise:** Os artigos selecionados foram delimitados por três princípios: 1) homogeneidade - os artigos selecionados tinham o turismo acessível para pessoas com deficiência como tema principal; 2) exaustividade - todos os artigos sobre o assunto foram recolhidos, com a limitação de pesquisar apenas o que estava disponível eletronicamente; 3) representatividade – dado o número de artigos encontrados foi tomada a totalidade da população (162 artigos). Para as análises e interpretações foram definidas unidades de registro, ou seja, termos chave que nos permitem descobrir o significado que os autores dão a uma determinada mensagem. Nesse estudo foram selecionados os termos “deficiência, acessibilidade e turismo”.
- b) **Análise do material:** Uma vez definida a base de análise (unidades de registro), a técnica utilizada envolveu a compressão de textos através dessas unidades representativas, a fim de proceder à sua codificação e categorização. Nesse processo a informação dos 162 artigos foi

---

<sup>15</sup> Coronel e Panosso Netto (2016) categorizaram artigos sobre turismo e deficiência publicados em revistas ibero-americanas de turismo. Os autores codificaram os estudos em “turismo, acessibilidade e deficiências” a partir de uma análise do conteúdo dos documentos.

sistematicamente transformada em códigos de acordo com os termos (deficiência, acessibilidade e turismo). A codificação é mostrada na FIGURA 4, que mostra os campos temáticos nos quais as unidades de registro foram subdivididas e nos quais cada um dos textos foi subsequentemente incluído.

FIGURA 4 - UNIDADES DE REGISTRO E SUAS CODIFICAÇÕES.



FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

- (v) **Análise e interpretação dos resultados:** Os resultados foram discutidos com base na categorização proposta. As análises foram feitas a partir da redução nas categorias “deficiência, acessibilidade, turismo” que integram e generalizam os temas mais importantes dos artigos. Para análise, os artigos foram agrupados pelo “tipo de deficiência”, e assim discutidos dentro desse aspecto.
- (vi) **Apresentação da revisão/síntese do conhecimento:** Foi criado uma matriz mostrando a revisão aplicada em cada estudo (QUADRO 13) que é um procedimento sugerido por Botelho, Cunha e Macedo (2011). Cada componente da matriz foi elaborada com base em: Coronel e Panosso Netto (2016) [**turismo**]; Sasaki (2005) [**acessibilidade**]; Nicolaisen, Blichfeldta e Sonnenscheinb (2012)

[deficiência: modelo médico e social], IBGE (2010) [deficiência: tipos e quantidades], ressalta-se que o tipo “em geral” foi adicionado pelo autor para se referir a estudos que não especificam o tipo de deficiência estudado. Posteriormente, a partir das discussões e interpretações realizadas levantou-se lacunas no conhecimento científico sobre turismo acessível para pessoas com deficiências.

QUADRO 13 - MATRIZ UTILIZADA PARA SISTEMATIZAÇÃO DOS ARTIGOS.

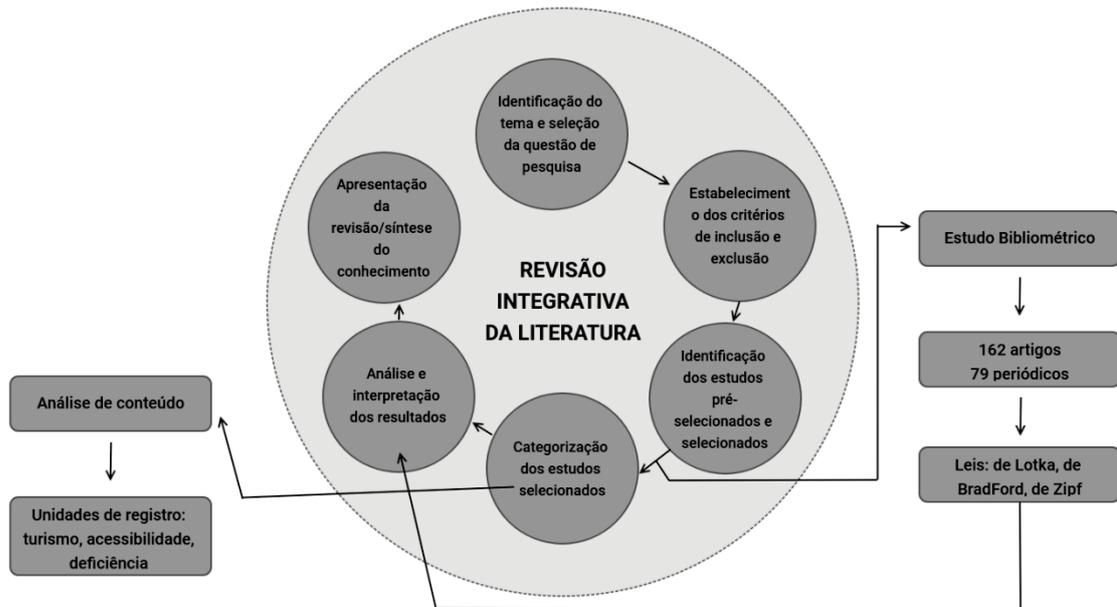
Artigos <sup>16</sup>		Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3	Artigo 162
Autores					
Ano					
Periódico					
Palavras-chave					
Metodologia					
Resultados					
Turismo	Político-Empresarial				
	Social				
Acessibilidade	Natural				
	Instrumental				
	Programática				
	Metodológica				
	Comunicacional				
	Atitudinal				
Deficiência	Modelo	Social			
		Médico			
	Quantidade	4			
		3			
		2			
		1			
	Tipo	Em geral			
		Intelectual			
		Auditiva			
		Visual			
Física					

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

<sup>16</sup> Sugere-se, ao aplicar esse quadro no Excel, inverter a ordem das linhas e colunas. Nessa dissertação o quadro se encontra assim por uma questão estética em decorrência do pequeno espaço.

A fim de ilustrar como se deu as análises do escopo, mostra-se na FIGURA 5 como ocorreu à fusão entre a Revisão Integrativa da Literatura e o Estudo Bibliométrico.

FIGURA 5 - FUSÃO ENTRE A RIL E O EB.



FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Para auxiliar na análise dos dados foi utilizado o Programa Microsoft Excel por meio da organização dos dados em tabelas para auxílio nas análises. O site Infogram foi utilizado para criação das nuvens de palavras<sup>17</sup>. O site ZoteroBib foi utilizado para organização e formatação das referências por meio do DOI (Digital Object Identifier) de cada artigo.

A verificação do gênero dos autores e coautores nacionais e dos autores internacionais foi realizada por meio de pesquisa no currículo Lattes e Google Scholar. Já a para verificação dos coautores internacionais, por ser uma quantidade muito grande, foi utilizado como auxílio a Linguagem de Programação Python. A imputação do sexo a partir da análise dos nomes próprios dos indivíduos registrados nos bancos de dados foi realizada por meio da ferramenta desenvolvida pelo API Genderize.io em linguagem de programação Python, Gender.py no ambiente Visual

<sup>17</sup> Nuvem de palavras consiste em agrupar hierarquicamente termos de acordo com a frequência que aparecem nas análises ou nas respostas.

Studio Code (VSCode). O banco de dados do Genderize.io contém uma lista de 114.541.298 nomes coletados de diferentes nacionalidades. Com base em cada nome próprio é fornecida uma previsão de sexo (masculino/feminino), bem como uma estimativa de probabilidade de acerto da previsão. Primeiramente foi realizada a organização para que em cada lista constasse somente o primeiro nome dos indivíduos, sendo aceitas as previsões com probabilidades de acerto acima de 0,99. Para casos de resultado desconhecido foi replicada a análise do conjunto de resultados desconhecidos e, em último caso, foi realizada a conferência e atribuição manual da informação de sexo.

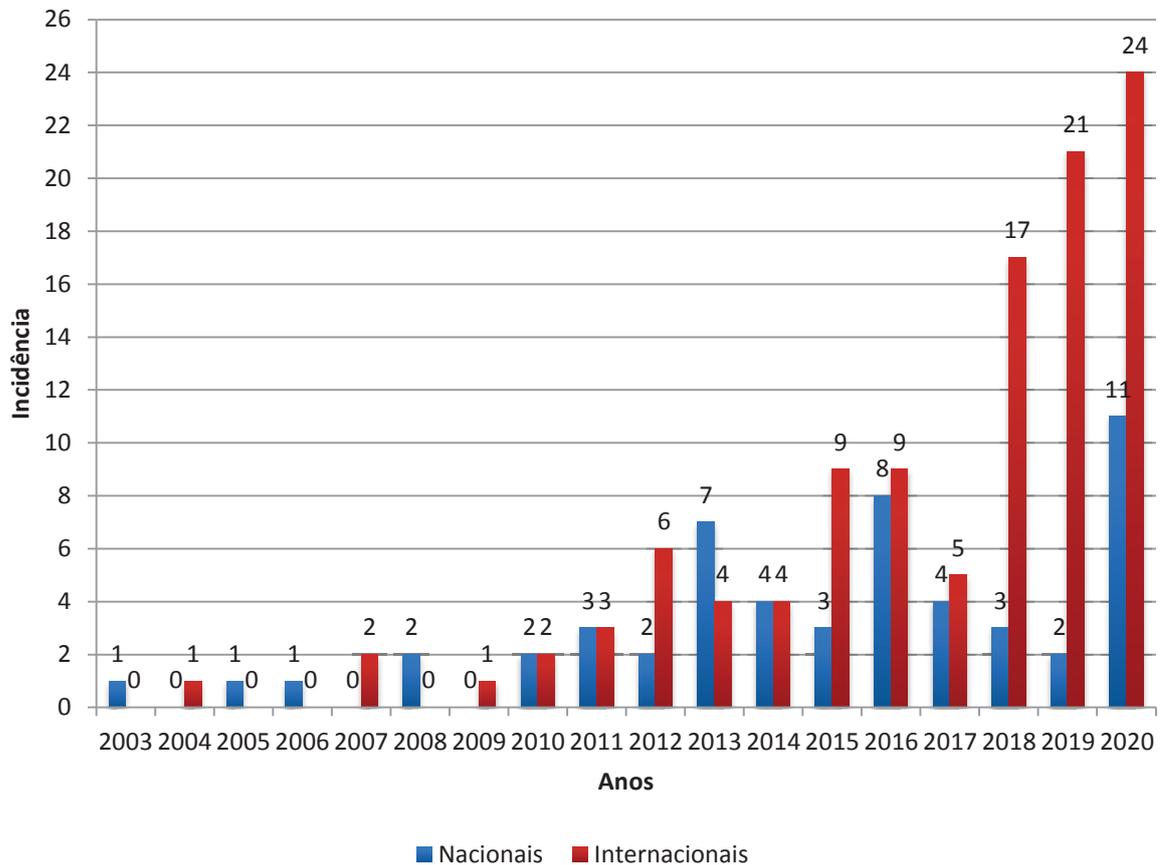
A seguir são apresentados os resultados obtidos por meio dos processos de coleta e análise dos dados.

## 4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

### 4.1. ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE TURISMO ACESSÍVEL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Inicialmente, analisou-se a distribuição temporal dos 162 artigos, identificando os picos de artigos na literatura brasileira, que ocorreram nos anos de 2013, 2016 e 2020, enquanto que na literatura internacional houve destaque para os anos de 2018, 2019 e 2020 (FIGURA 6).

FIGURA 6 - GRÁFICO DE COMPARAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE ARTIGOS PUBLICADOS POR ANO EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL



FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Quanto à literatura nacional, destaca-se que mesmo que a edição mais antiga dos periódicos de turismo analisados (APÊNDICE 1) seja em 1990, a primeira

publicação sobre o tema ocorreu apenas em 2003 na Revista Turismo, Visão e Ação, no trabalho de Silva e Boia (2003).

Identificou-se que nos anos de 2004, 2007 e 2009 não houve publicações sobre o tema. Notou-se também que não há uma constância na quantidade de publicações e que 51,85% (28 artigos) foram publicados a partir de 2016, ano em que o Dia Mundial do Turismo promovido pela Organização Mundial do Turismo – OMT teve como temática o “turismo para todos – promover a acessibilidade universal”. É possível que esta divulgação da OMT (2016c) tenha propiciado um maior interesse na pesquisa e publicações nacionais sobre o tema envolvendo as pessoas com deficiências.

Também se aponta que os anos de maior pico de publicações (2013, 2016, 2020) podem estar relacionados aos anos finais de avaliação da CAPES, levantando a possibilidade de uma maior produção científica em decorrência disso.

Referente à literatura internacional, o primeiro artigo publicado sobre o tema foi no ano de 2004 no *Journal Public Works Management & Policy*, no trabalho de Sen e Mayfield (2004).

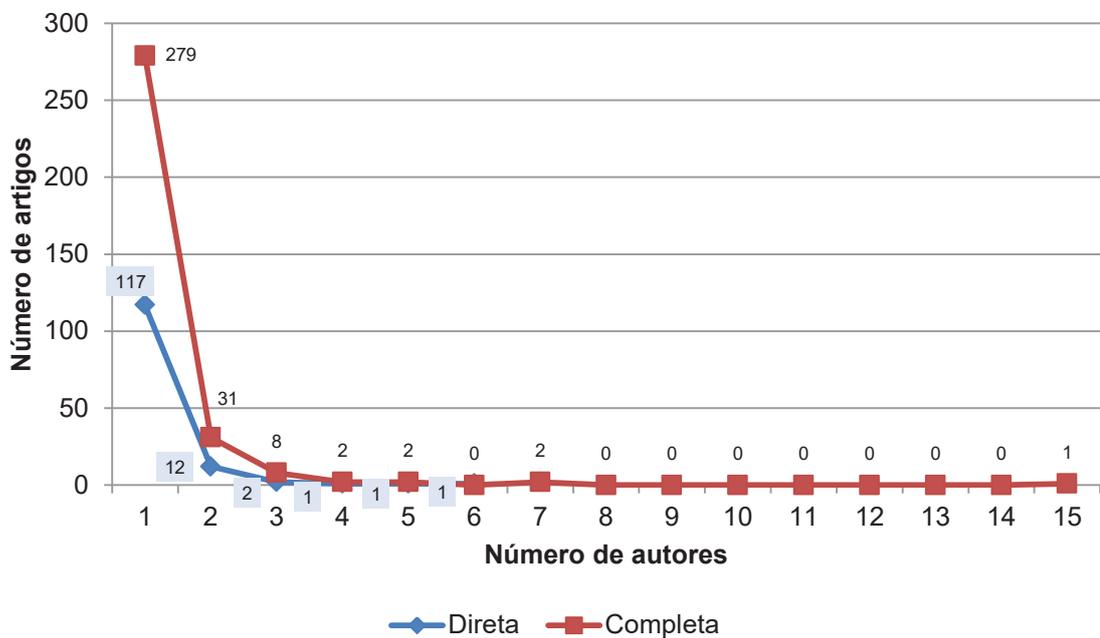
Identificou-se que nos anos de 2005, 2006 e 2008 não houve publicações sobre o tema. Notou-se também uma baixa quantidade de publicações entre 2004 e 2014 (23 artigos: 21,3%); identificou-se que a maior quantidade de artigos encontra-se pós 2016 (67 artigos: 62%) em que é possível que tenha influência do Dia Mundial do Turismo (OMT, 2016c); e uma crescente na quantidade de artigos a partir de 2017.

Mesmo que a quantidade de artigos nacionais (54) represente metade da quantidade de artigos internacionais (108), nota-se que nos anos de 2003, 2005, 2008 e 2013 houve mais publicações nacionais. Além disso, nota-se que nos anos de 2010, 2011 e 2014 houve a mesma quantidade de artigos publicados em ambas as literaturas. Também se identificou que enquanto a literatura internacional está em uma crescente de publicações a partir de 2017, a literatura nacional possui variações constantes. Também cabe elucidar e destacar que a primeira publicação sobre turismo acessível para pessoas com deficiências, dos artigos que estão disponíveis nas plataformas indexadas e digital, foi publicada em um periódico de turismo brasileiro.

Por mais que a primeira publicação tenha ocorrido em 2003, constatou-se nessa pesquisa que o tema é de interesse acadêmico recente uma vez que apenas nos últimos cinco anos estão concentrados 64,2% das publicações (104 artigos).

Observou-se que há 412 autores, sendo 325 distintos, entre o total de 162 artigos analisados. A aplicação da Lei de Lotka revelou os padrões de produtividade dos autores e relacionou a distribuição dos trabalhos pelo número de autores nas contagens direta e completa (FIGURA 7).

FIGURA 7 - GRÁFICO COMPARATIVO ENTRE AS CONTAGENS DIRETA E COMPLETA NA APLICAÇÃO DA LEI DE LOTKA.



FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Observou-se uma grande concentração de autores produzindo apenas um artigo e esse quantitativo caiu drasticamente ao avaliar os autores com duas ou mais produções, sendo a diferença mais perceptível na contagem direta. Na contagem completa, 67,70% dos autores publicaram apenas uma vez e 7,5% dos autores publicaram duas vezes, enquanto que na contagem direta 72,20% dos autores publicaram apenas uma vez e 7,40% publicaram duas vezes.

Analisando a produtividade dos autores principais (contagem direta), obteve-se um conjunto de 134 autores, dos quais 87% fizeram somente uma contribuição, sendo este grupo responsável por 72% dos artigos produzidos. A produtividade

média total de autores é de 1,20 com variância de 0,48 e desvio padrão de 0,69 (TABELA 7).

TABELA 7 - PRODUTIVIDADE DE AUTORES PELA CONTAGEM DIRETA.

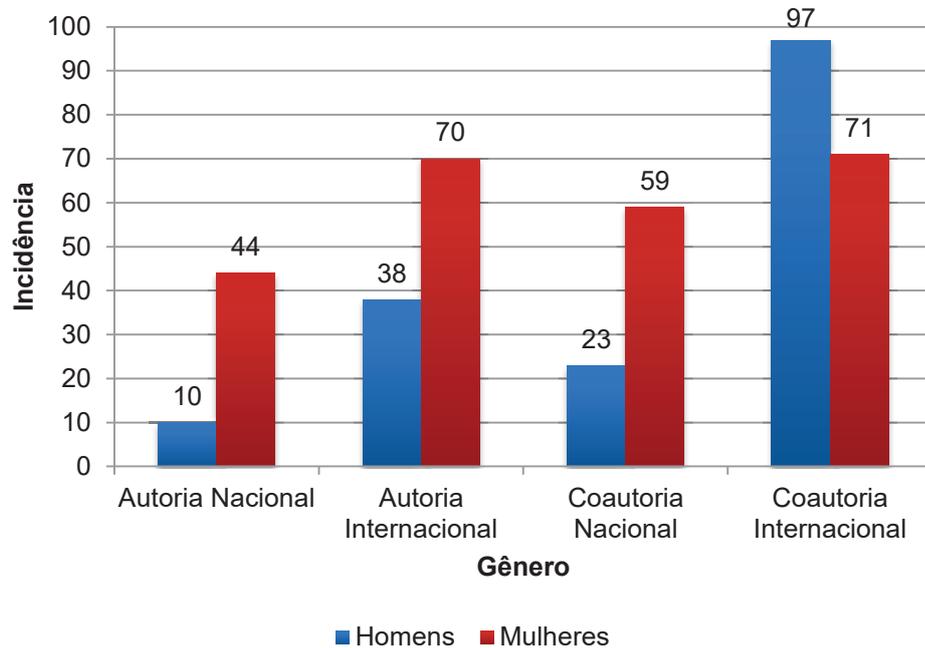
Nº contribuições por autor	Nº autores	% autores	Nº artigos	% artigos
1	117	0,8731	117	0,7222
2	12	0,0895	24	0,1481
3	2	0,0149	6	0,0370
4	1	0,0075	4	0,0247
5	1	0,0075	5	0,0309
6	1	0,0075	6	0,0370
Total	134	1	162	1

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Observou-se que um grupo de 17 autores foi o mais produtivo, sendo responsáveis por 27,8% (45) dos artigos publicados. Esse grupo é composto por pesquisadores da Espanha, Austrália, Grécia, Polônia, Nova Zelândia, Inglaterra, Itália, República Tcheca, Argentina, com 23,5% (4) de pesquisadores brasileiros. Por fim, detectou-se um elevado número de pequenos produtores (117), caracterizando uma disciplina em expansão como explica Urbizagastegui (2008).

Complementando as análises sobre autoria, verificou-se o gênero dos (as) autores (as) e identificou-se uma expressiva predominância de mulheres em relação a homens publicando sobre turismo acessível para pessoas com deficiências em ambas as literaturas (FIGURA 8).

FIGURA 8 - COMPARATIVO ENTRE O GÊNERO DOS (AS) AUTORES (AS) DA LITERATURA NACIONAL E DA INTERNACIONAL.



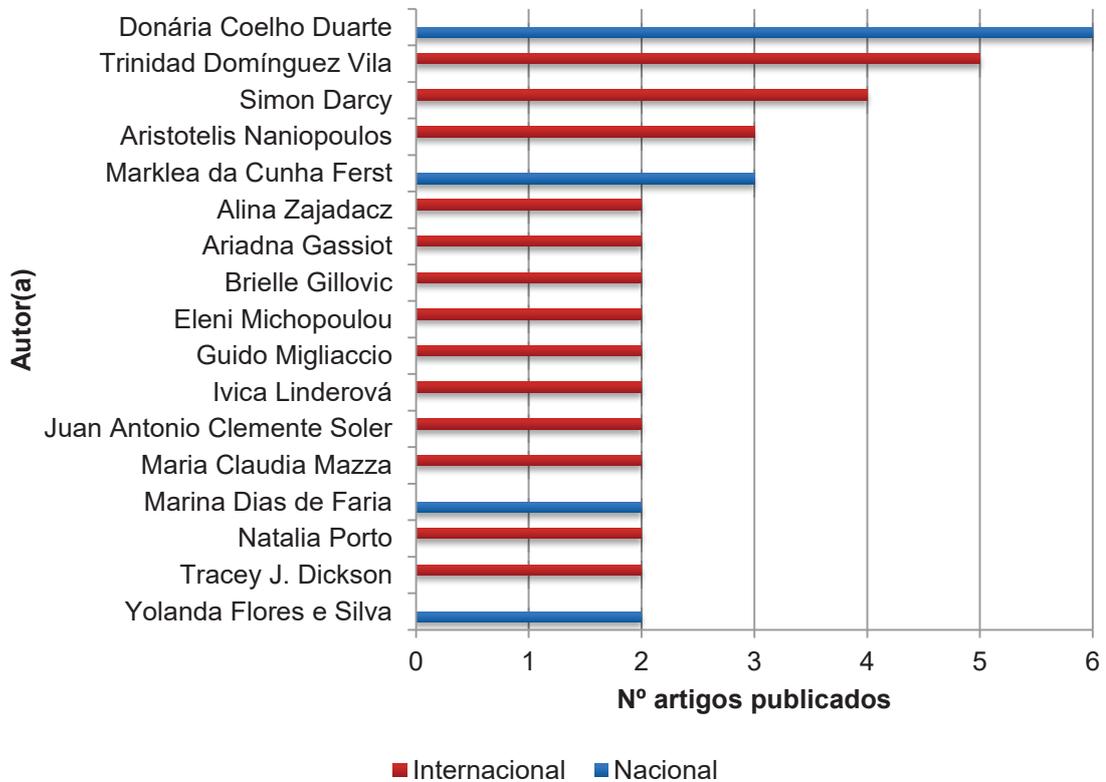
FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

No que tange a autoria dos artigos, em ambas as literaturas, esse quesito é predominantemente feminino. Na coautoria nacional o mesmo acontece enquanto que na internacional há a prevalência masculina.

Do escopo de 54 artigos nacionais, há 45 distintos autores principais e apenas quatro publicaram mais de uma vez, sendo todas mulheres. Da mesma maneira percebe-se uma maior expressividade de autoras (44 / 81,5%) em relação a autores (10 / 18,5%). Já no escopo de 108 artigos internacionais há 89 distintos autores principais e apenas 13 pessoas com mais de uma publicação, sendo nove mulheres e quatro homens. Da mesma maneira identificou-se uma maior expressividade de autoras (70 / 64,8%) em relação a autores (38 / 35,2%).

A FIGURA 9 mostra o gráfico com os 17 pesquisadores que publicaram, como autores principais, mais de uma vez entre a literatura nacional e internacional sobre turismo acessível para pessoas com deficiências.

FIGURA 9 – PESQUISADORES (AS) COM MAIS DE UMA PUBLICAÇÃO COMO AUTOR( A) PRINCIPAL SOBRE O TEMA DA PESQUISA.



FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Há uma nítida predominância feminina em relação à masculina na autoria dos artigos sobre o tema em questão. No boletim informativo sobre mulheres na academia de turismo do Brasil, os dados apontaram que a primeira autoria dos artigos em periódicos na base de dados Publicações em Turismo é predominado por homens (MINASI, CENSON, 2020; MINASI, SANTOS, 2020). Esse dado evidencia que, no tema de turismo acessível para pessoas com deficiências, acontece o inverso.

Há 11 anos, Tribe (2010) realizou uma pesquisa sobre tribos, territórios e redes na academia de turismo e identificou quatro áreas subpesquisadas no turismo, sendo a terceira área chamada de “grupos subpotenciados” que abrange as ditas minorias. Nesse grupo de minorias, além das mulheres e empoderamento feminino; raça e etnia e países menos desenvolvidos, estão as pessoas com deficiências (TRIBE, 2010). O mais instigante nesse estudo de Tribe (2010) é que o autor questionava a seus participantes sobre diversos aspectos do turismo e apenas

mulheres mencionaram que o grupo de pessoas com deficiências deveria ser mais pesquisado no campo de turismo.

É possível perceber que esse tema, já há algum tempo, vem sendo discutido, instigado e pensado mais por mulheres. Assim como na autoria, a coautoria dos artigos nacionais também possui uma predominância feminina, na qual 72% dos 82 coautores são mulheres, entretanto a coautoria dos artigos internacionais possui uma predominância masculina, na qual 57,7% dos 168 coautores são homens.

Essa questão de gênero torna-se instigante e o presente estudo não tem a pretensão de elucidar o porquê, no entanto, pode ser um tema de pesquisa futuro a fim de se compreender as motivações.

Com a aplicação da Lei de Bradford identificou-se os periódicos mais relevantes para o tema. Na pesquisa detectou-se um universo de 79 revistas científicas (APÊNDICE 2), publicando sobre turismo acessível para pessoas com deficiências, que foram divididas em quatro zonas de produtividade: Núcleo, Zona 2, Zona 3 e Zona 4 (TABELA 8) com Multiplicador de Bradford ( $B_m$ ) = 2.

TABELA 8 - ZONAS DE PRODUTIVIDADE.

Periódicos (P)	Artigos (A)	P+ (acumulado)	A+ (acumulado)	P*A	Zona de produtividade
1	9	1	9	9	Núcleo
1	8	2	17	8	
2	6	4	29	12	
5	5	9	54	25	
4	4	13	70	16	Zona 2
8	3	21	94	24	Zona 3
10	2	31	114	20	
48	1	79	162	48	Zona 4

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

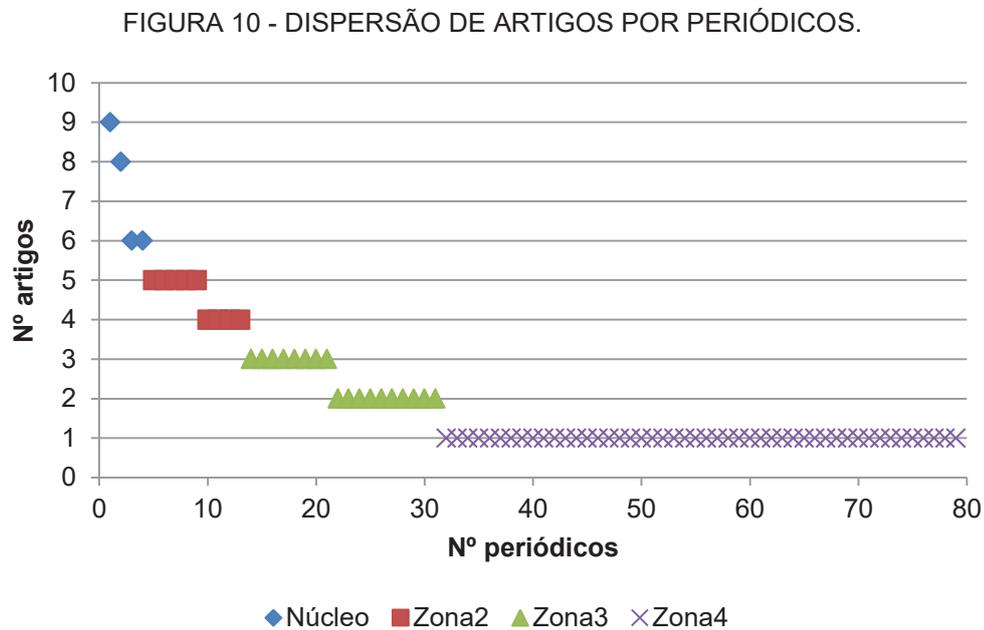
O núcleo composto por quatro periódicos contém 17,9% (29 artigos) dos artigos produzidos. Os periódicos que compõe o núcleo são respectivamente: Revista Turismo, Visão e Ação (9), Journal of Tourism Futures (8), PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural (6), Revista Turismo e Sociedade (6). Destaca-se a maior incidência de artigos sobre o tema em um periódico brasileiro e aponta-se que 50% dos periódicos do núcleo são brasileiros.

A Zona 2 abrange um acumulado (A+) de 31 artigos que representam 19,1% do total publicado e é composta por nove periódicos dos quais cinco são brasileiros:

Tourism Management (5), Revista Cenário (5), Revista Hospitalidade (5), Revista Turismo em Análise (5), Sustainability (5), African Journal os Hospitality, Tourism and Leisure (4), Gran Tour (4), Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (4), e Podium Sport, Leisure and Tourism Review (4). Os artigos acumulados nos periódicos brasileiros da Zona 2 representam 74% do total de artigos dessa Zona.

Os 13 periódicos que compõem o Núcleo e a Zona 2 são responsáveis por 43,2% (70 artigos) do total de artigos publicados (A+), comprovando que uma pequena quantidade de periódicos acumula uma grande quantidade de artigos publicados sobre um tema, princípio da Lei de Bradford. Os periódicos que compõem as Zonas 3 e 4 são mostrados no APÊNDICE 2 porque são considerados periódicos secundários (VANTI, 2002).

A fim de complementar as análises é apresentado de maneira mais visual a dispersão de artigos por periódicos (FIGURA 10) em que nota-se em que à medida que o número de artigos vai diminuindo, a quantidade de periódicos vai aumentando e isso é a base da lei de Bradford que, no caso do turismo acessível para pessoas com deficiências, foi comprovada.



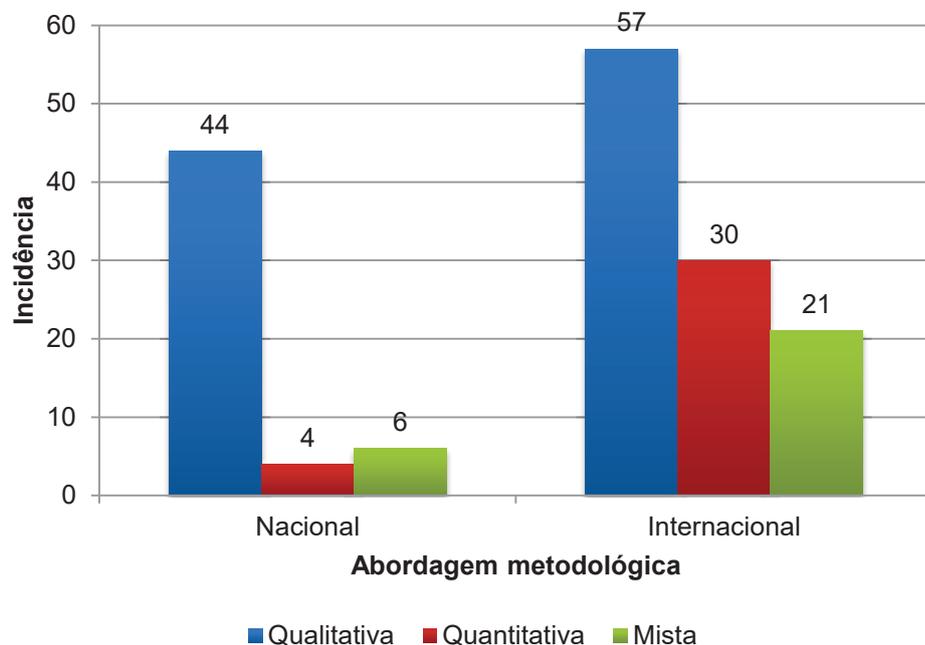
FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

O Brasil possui o periódico mais produtivo (Revista Turismo, Visão e Ação) o segundo é oriundo do Reino Unido (*Journal of Tourism Futures*), o terceiro da

Espanha (PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural) e o quarto brasileiro (Revista Turismo e Sociedade). Mesmo o Brasil sendo um país subglobal, nota-se que o tema de turismo acessível para pessoas com deficiências vem sendo pesquisado e publicado tanto quanto nos países desenvolvidos. Isso pode indicar que o tema de diversidade e inclusão no turismo está ganhando destaque e se tornando uma tendência de interesse para acadêmicos de países subglobais.

Santos et al (2021, p. 112) citam que “nas ciências sociais em geral, e o turismo não é exceção, os métodos de análise utilizados na pesquisa científica são frequentemente classificados como qualitativos ou quantitativos”. A partir disso, complementando as análises referentes às publicações de artigos por periódicos, realizou-se uma sistematização e agrupamento quanto às abordagens metodológicas, em que se identificou uma expressiva predominância metodológica de pesquisas qualitativas (62,3%) em relação a pesquisas quantitativas (21%) e mistas (16,7%) (FIGURA 11).

FIGURA 11 - QUANTIDADE DE ARTIGOS PUBLICADOS EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL POR ABORDAGEM METODOLÓGICA UTILIZADA.



FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Na literatura nacional há uma expressividade de abordagem metodológica qualitativa nas pesquisas (81,5%) em relação às abordagens quantitativas (7,4%) e mistas (11,1%). Os únicos artigos de abordagem quantitativa são: Carvalho e Faria

(2010); Faria e Motta (2012); Ferst et al., (2020); e Ferst, Souza e Coutinho (2020). Destaca-se que os dois primeiros estudos são da pesquisadora Marina Dias de Faria e os outros dois estudos, mais recentes, são da pesquisadora Marklea da Cunha Ferst.

Há 11 anos, Rejowski (2010) por meio de uma breve análise dos periódicos de turismo percebeu que os métodos quantitativos nas pesquisas publicadas não são predominantes no Brasil. Corroborando, Santos et al, (2021) por meio de uma busca por publicações que utilizem métodos estatísticos inferenciais ou multivariados, em três periódicos brasileiros de turismo, identificaram apenas 16% de pesquisas quantitativas. Os autores (p. 113) explicam que “a tradição acadêmica em turismo no Brasil está fortemente associada aos métodos qualitativos”. Com isso, identificou-se que as publicações sobre turismo acessível para pessoas com deficiências, na literatura nacional, são um reflexo da área de turismo quanto à predominância de abordagens metodológicas qualitativas frente à escassez de pesquisas quantitativas.

Diversos estudos têm apontado que, ainda que o número de pesquisas qualitativas nos periódicos científicos internacionais de turismo esteja crescendo, as pesquisas quantitativas são claramente predominantes, além de também apresentarem tendência de crescimento em termos absolutos (NUNKOO, 2018; RILEY, LOVE, 2000; WALLE, 1997). O presente estudo contribui com o conhecimento mostrando que nas publicações sobre o tema do turismo acessível para pessoas com deficiências acontece o inverso. Há um equilíbrio maior entre as abordagens metodológicas utilizadas, porém com maior incidência de pesquisas qualitativas (52,8%) em relação a pesquisas quantitativas (27,8%) e mistas (19,4%).

A presente pesquisa mostrou que as publicações em nível nacional sobre o tema do turismo acessível para pessoas com deficiências, no que tange as abordagens metodológicas, são um reflexo da área, enquanto que na literatura internacional não seguem o padrão.

A Lei de Zipf foi aplicada com auxílio do Microsoft Excel para contar a frequência das palavras-chave. Analisou-se 770 palavras, elencadas do maior número de ocorrência para o menor e a partir das palavras de maior frequência elaborou-se, por meio do site Infogram, a nuvem de palavras da literatura nacional (FIGURA 12) e da literatura internacional (FIGURA 13).



Acredita-se que a utilização das palavras-chave “pessoas com deficiências” e “turismo acessível” deveriam estar presente em todos os artigos, todavia isso não acontece.

Para verificar a incidência das palavras-chave utilizadas no escopo internacional se adotou a Língua Inglesa como base. Com isso, dos artigos em Língua Espanhola utilizou-se as palavras-chave em inglês (FIGURA 13).



Os 108 artigos somam, juntos, 555 palavras-chave utilizadas. Desse total há 308 palavras distintas, sendo as mais citadas: *accessible tourism* (74); *disability* (44); *accessibility* (23); *people with disabilities* (17); *tourism* (14); *disabled people* (5); *web accessibility* (5); *accommodation* (4); *barriers* (4); *constraints* (4); *cultural tourism* (4); *hospitality* (4); *mobility* (4); *universal design* (4); *audiodescription* (3); *inclusion* (3); *inclusive tourism* (3); *persons with disabilities* (3); *qualitative research* (3); *social tourism* (3); *sustainability* (3); *tourism for all* (3); *tourists with disabilities* (3); *travel constrains* (3); *universal accessibility* (3); *accessibility of monuments* (2); *ageing* (2); *benchmarking* (2); *cluster analysis* (2); *competitiveness* (2); *destination management* (2); *disability studies* (2); *family tourism* (2); *information* (2); *interpersonal constraint* (2); *market segmentation* (2); *medical model of disability* (2); *perceptions* (2); *physical disability* (2); *prospelasis* (2); *sensory* (2); *social model of disability* (2); *social sustainability* (2); *Spain* (2); *structural constraint* (2); *tourism in Italy* (2); *tourism industry* (2); *tourist experience* (2); *travel agencies* (2); *travel behavior* (2); *universal tourism* (2); *urban planning* (2); *visual impairment* (2); *WCAG 2.0* (2). O restante das palavras apareceu apenas uma vez.

Evidencia-se que a busca nas bases de dados se deu a partir do termo *accessible tourism* e que ele aparece em 68,5% dos artigos (74), assim como nota-se que esse termo aparece mais associado às palavras *disability* (44), *accessibility* (23), *people with disabilities* (17) e *tourism* (14).

A bibliometria revelou que o turismo acessível para pessoas com deficiências é uma área de conhecimento ainda em fase inicial de crescimento, pois a produção encontra-se pulverizada em um grande número de periódicos com diversos autores responsáveis por poucos artigos. O estudo também revela um número pequeno de especialistas sobre o tema, responsáveis por grande parte da produção sobre o assunto, concentrada em poucos periódicos.

Também é possível identificar que, enquanto a literatura internacional possui um grupo de temas associados ao turismo acessível (*disability*, *accessibility*, *people with disabilities*, *tourism*) a literatura nacional possui um grupo de temas que, a priori, não possuem muita relação (acessibilidade, hospitalidade, turismo, inclusão social). Além disso, o EB apontou possíveis lacunas teóricas a serem exploradas, as quais serão apontados na próxima seção, por meio da análise sistemática integrativa.

#### 4.2. REVISÃO SISTEMÁTICA INTEGRATIVA SOBRE TURISMO ACESSÍVEL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

O escopo do estudo foi categorizado com bases em três unidades de registro, quais sejam: turismo, acessibilidade e deficiência. Conforme mostrado na seção de metodologia, especificamente na Figura 4, a unidade “turismo” é composta por: Responsabilidade Social ou Responsabilidade Estado-Empresarial. A unidade “acessibilidade” abrange seis tipos: Atitudinal, Arquitetônica, Comunicacional, Instrumental, Metodológica, Natural ou Programática. Já a unidade “deficiência” é dividida em: (i) modelo – Médico ou Social; (ii) Tipo – Em geral<sup>18</sup>, Auditiva, Física, Intelectual e/ou Visual. Também se acrescentou a análise pelo “termo” utilizado pelos autores para se referir as pessoas com deficiências.

Com base na análise do conteúdo dos artigos analisados, chegou-se a categorização dos documentos (QUADRO 14).

QUADRO 14 - CATEGORIZAÇÃO DOS 162 ARTIGOS ANALISADOS.

Nº.	Artigo	Deficiência			Turismo	Acessibilidade
		Termo	Tipo	Modelo		
1	Flores e Silva e Boia (2003)	Pessoa com necessidade especial	Em geral	Social	R. Social	Atitudinal
2	Sansiviero e Dias (2005)	Deficiente	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
3	Flores e Silva e Gonçalves (2006)	Portador de necessidade especial	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
4	Mendes e Paula (2008)	Cadeirante	Física	Social	R. Social	Arquitetônica
5	Kushano e Almeida (2008)	Pessoa com necessidade especial	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
6	Carvalho e Faria (2010)	Pessoa com deficiência	Física	Social	R. Social	Não especificado.
7	Faria, Ferreira e Carvalho (2010)	Portador de deficiência	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
8	Pereira (2011)	Portador de necessidade física e visual	Física e Visual	Social	R. Social	Arquitetônica
9	Faria, Souto e Rocha	Pessoa com deficiência	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.

<sup>18</sup> O tipo “Em geral” foi criado pelo autor da dissertação para se referir a artigos que não especificam alguma deficiência em suas análises.

	(2011)					
10	Silva e Leal (2011)	Pessoa com deficiência	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica e atitudinal
11	Carvalho (2012)	Deficiente	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
12	Faria e Motta (2012)	Pessoa com deficiência	Visual	Social	R. Social	Não especificado.
13	Silva (2013)	Surdo	Auditiva	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
14	Duarte e Sousa (2013)	Deficiente visual	Visual	Social	R. Social	Arquitetônica
15	Franzen e Reis (2013)	Turista deficiente	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
16	Melo e Silveira (2013)	Pessoa cega	Visual	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
17	Duarte e Borda (2013)	Pessoa com deficiência	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
18	Araújo e Castro (2013)	Profissional com deficiência	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
19	Borda, Duarte e Serpa (2013)	Pessoa com deficiência	Em geral	Discute o turismo acessível utilizando a cidade de Socorro/SP como exemplo de tal prática.		
20	Bizinelli et al (2014)	Pessoa com deficiência visual	Visual	Social	R. Social	Não especificado.?
21	Mota et al (2014)	Portador de necessidade especial	Em geral	Social	R. Social	Arquitetônica
22	Guizi, Santos e Santos (2014)	Portador de necessidade especial	Em geral	Social	R. Social	Arquitetônica
23	Silva e Teles (2014)	Público especial	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Programática
24	Duarte e Cunha (2015)	Mulher deficiente	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
25	Duarte et al (2015)	Pessoa com deficiência	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Programática
26	Sellarés, Criado e Sánchez-Fernández (2015)	Pessoa com deficiência	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
27	Lacerda et al (2016)	Consumidor com deficiência	Física	Social	R. Estado-Empresarial	Atitudinal e Programática
28	Oliveira, Franzen e Varella (2016)	Pessoa com deficiência	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Programática
29	Sakiyama e Souza (2016)	Deficiente visual	Visual	Social	R. Social	Arquitetônica
30	Augusti e Junqueira (2016)	Pessoa com Síndrome de Down	Intelectual	Social	R. Social	Arquitetônica e Comunicacional
31	Oliveira e Boaria (2016)	Pessoa com deficiência	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
32	Soares e Luiz (2016)	Pessoa com deficiência intelectual	Intelectual	Social	R. Social	Não especificado.
33	Cardoso,	Profissional com	Em	Social	R. Estado-	Não especificado.

	Castro e Carvalho (2016)	deficiência	geral		Empresarial	
34	Santos et al (2016)	Pessoa deficiente	Em geral	Social	R. Social	Arquitetônica
35	Soares, Gabriel e Sánchez-Fernández (2017)	Necessidade especial	Em geral	Social	R. Social	Comunicacional
36	Nascimento e Costa (2017)	Deficiente visual	Visual	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
37	Duarte e Pereira (2017)	Pessoa com deficiência	Visual	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
38	Oliveira e Oppliger (2017)	Pessoa com deficiência	Em geral	Social	R. Social	Arquitetônica
39	Lélis, Barros e Costa (2018)	Pessoa com deficiência	Em geral	Social	R. Social	Arquitetônica
40	Lessa et al (2018)	Pessoa com deficiência	Em geral	Social	R. Social	Instrumental
41	Duarte e Oliveira (2018)	Pessoa com deficiência	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
42	Limas, Melo e Gimenes-Minasse (2019)	Pessoa com deficiência	Física, Visual e Auditiva	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
43	Medeiros, Santana e Silva (2019)	Pessoa portadora de necessidade especial	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Programática
44	Rodrigues e Cheibub (2020)	Pessoa com deficiência	Física	Social	R. Social	Arquitetônica
45	Lima, Curado e Araújo (2020)	Pessoa com deficiência	Visual	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
46	Tronca e César (2020)	Pessoa com deficiência	Em geral	Faz um estudo bibliométrico sobre turismo e acessibilidade em teses e dissertações, ANPTUR e SEMINTUR.		
47	Magalhães e Schueler (2020)	Pessoa com deficiência	Física	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
48	Correia e Santos (2020)	Pessoa com deficiência	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
49	Leite, Câmara e Silva (2020)	Pessoa com deficiência	Física	Social	R. Social	Arquitetônica
50	Ferst, Souza e Coutinho (2020)	Turista com deficiência	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
51	Meira et al (2020)	Pessoa com deficiência	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
52	Ferst et al (2020)	Pessoa com deficiência	Em geral	Social	R. Social	Comunicacional

53	Oliveira e Lima (2020)	Pessoa com deficiência auditiva	Auditiva	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
54	Duarte e Honorato (2020)	Usuário de cadeira de rodas	Física	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
55	Sen e Mayfield (2004)	People with disability	Em geral	Social	R. Social	Arquitetônica
56	Morad (2007)	People with disability	Em geral	Faz uma revisão de literatura sobre custo-benefício para o planejamento do turismo para pessoas com deficiências.		
57	Packer, McKercher e Yau (2007)	People with disability	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
58	Darcy e Dickson (2009)	Access requirements	Em geral	Estudo teórico sobre turismo acessível.		
59	Darcy, Cameron e Pegg (2010)	Disability	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
60	Darcy (2010)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
61	Buhalis e Michopoulou (2011)	Accessibility market	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
62	Darcy (2011)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
63	Nadal e Mayol (2011)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
64	Nicolaisen, Blichfeldt e Sonnenschein (2012)	People with disability	Em geral	Estudo teórico que discute sobre o modelo social e o modelo médico da deficiência.		
65	Patterson, Darcy e Mönninghoff (2012)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Atitudinal
66	Figueiredo, Eusébio e Kastenholz (2012)	Tourists with disability	Auditiva, intelectual, física e visual	Social	R. Social	Não especificado.
67	Correa (2012)	Condition of visual impairment	Visual	Social	R. Social	Metodológica
68	Leite e Aragão (2012)	Visually impaired	Visual	Social	R. Social	Comunicacional
69	Small, Darcy e Packer (2012)	People with vision impairment	Visual	Social	R. Social	Não especificado.
70	Alles (2013)	Disabled tourists	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Programática e Arquitetônica
71	Pinto e Sonaglio (2013)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
72	Domínguez, Fraiz e Alén	Tourists with disability	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.

	(2013)					
73	Michopoulou e Buhalis (2013)	Users with disability	Em geral	Social	R. Social	Comunicacional
74	Almonte (2014)	People with disability	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
75	Wu, Chang e Hsieh (2014)	The Disabled	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
76	Martínez e Alba (2014)	Persons with disability	Física	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
77	Zajadacz (2014)	Deaf people	Auditiva	Social	R. Social	Comunicacional
78	Allan (2015)	Tourists with disability	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
79	Wan (2015)	People with disability	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
80	Vila, Darcy e González (2015)	Disability	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
81	Zajadacz (2015)	Disability	Em geral	Estudo teórico que discute sobre a evolução dos modelos da deficiência.		
82	Vila, Brea e González (2015)	Tourists with disability	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
83	Michopoulou et al (2015)	Disability	Em geral	Produção científica sobre turismo acessível propondo uma discussão teórica sobre o tema.		
84	Naniopoulos e Tsalis (2015)	People with disability	Em geral	Social	R. Social	Metodológica
85	Naniopoulos et al (2015)	People with disability	Em geral	Social	R. Social	Arquitetônica
86	Bowtell (2015)	Disabled tourists	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
87	Özogul e Baran (2016)	Disabled people	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
88	Naniopoulos, Tsalis e Nalmpantis (2016)	Tourists with disability	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
89	Gassiot, Prats e Coromina (2016)	Disabled travellers	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
90	Coronel e Panosso Netto (2016)	Persons with disability	Em geral	Produção científica sobre turismo para pessoas com deficiências em revistas Iberoamericanas de turismo.		
91	Altinay et al (2016)	Disabled citizens	Em geral	Social	R. Social	Comunicacional
92	García, Plaza e Jiménez (2016)	People with disability	Em geral	Social	R. Social	Comunicacional
93	Capitaine (2016)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
94	Dickson et al (2016)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
95	Mesquita e Carneiro (2016)	Visitors with visual impairments	Visual	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
96	Agovino et al	Disability	Em	Discussão teórica sobre turismo e deficiência		

	(2017)		geral	na Itália.		
97	Dickson, Misener e Darcy (2017)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
98	Baronio et al (2017)	Disabled people	Física	Social	R. Social	Instrumental
99	Linderová e Janeček (2017)	People with disability	Física	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
100	Caldeira, Silva e Nunes (2017)	Tourists with disability	Física	Social	R. Social	Arquitetônica
101	Mercado (2018)	Users with visual disability	Visual	Social	R. Social	Comunicacional
102	Vila, González e Darcy (2018)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
103	Klímová (2018)	Tourists with dementia	Intelectual	Propõe uma discussão teórica sobre pessoas com demência no turismo.		
104	Nyman, Westin e Carson (2018)	Disabled children	Física	Social	R. Social	Arquitetônica
105	Boxall, Nyanjom e Slaven (2018)	Disabled guests	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
106	Deville e Kastenzholz (2018)	People with visual disability	Visual	Social	R. Social	Não especificado.
107	Cloquet et al (2018)	Persons with a disability	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
108	Moura, Kastenzholz e Pereira (2018)	Individuals with disability	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
109	Ribeiro et al (2018)	Disabled tourists	Em geral	Social	R. Social	Comunicacional
110	Mazza (2018)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Programática
111	Soler, Díaz e Vera (2018)	Disabled people	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Programática
112	Mahmoudzadeh e Sarjaz (2018)	People with disability	Física	Social	R. Social	Arquitetônica
113	Gassiot, Prats e Coromina (2018)	Tourists with disability	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
114	McKercher e Darcy (2018)	People with disability	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
115	Migliaccio (2018)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
116	Gillovic et al (2018)	Disability	Em geral	Apresenta uma discussão teórica sobre a linguagem referente ao turismo acessível		
117	Meskele, Woreta e Weldesenbet (2018)	People with limited ability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica

118	Soler et al (2019)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
119	Macedo e Sousa (2019)	People with specific needs	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
120	Linderová e Scholz (2019)	Disabled people	Física	Social	R. Social	Não especificado.
121	Adam (2019)	Guests with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Atitudinal
122	Henriques et al (2019)	Disabled user	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
123	Porto e Rucci (2019)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Metodológica e Programática
124	Mayordomo-Martínez et al (2019)	People with disability	Física	Social	R. Social	Comunicacional
125	Migliaccio (2019)	People with disability	Em geral	Discute teoricamente o panorama do turismo para pessoas com deficiências na Itália.		
126	Mangani e Bassi (2019)	Persons with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
127	Mazza (2019)	Disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
128	Sy e Chang (2019)	Tourists with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Atitudinal
129	Piramanayagam, Seal e More (2019)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
130	Connell e Page (2019)	People with dementia	Intelectual	Social	R. Social	Comunicacional e Atitudinal
131	Freund et al (2019)	Children on the autism spectrum disorder	Intelectual	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
132	Hernández et al (2019)	People with disability	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
133	Chung e Lee (2019)	People with disability	Em geral	Social	R. Social	Não especificado.
134	Hooi e Yaacob (2019)	Persons with disability	Física	Social	R. Social	Arquitetônica
135	Porto et al (2019)	Persons with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
136	Vila, González e Darcy (2019)	Disabled tourists	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
137	kołodziejczak (2019)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
138	Tao et al (2019)	People with mobility disability	Física	Social	R. Social	Arquitetônica
139	Singh et al (2020)	Disabled people	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
140	Leal, Eusébio e Rosa (2020)	People with disability	Em geral	Apresenta uma revisão sistemática sobre atitudes em relação às pessoas com deficiências.		
141	Rosa, Pinto e Assunção (2020)	People with disability	Em geral	Social	R. Social	Arquitetônica
142	Lim (2020)	Customer with disability	Em geral	Social	R. Social	Atitudinal
143	Alves et al	People with	Em	Social	R. Social	Não especificado.

	(2020)	special needs	geral			
144	Santana-Santana, Peña-Alonso e Espino (2020)	People with physical disability	Física	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
145	Swanepoel, Spencer e Draper (2020)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Atitudinal
146	Cockburn-Wooten, e McIntosh (2020)	People with access requirements	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
147	Sakalauskaitė, Šaparnienė e Reinholde (2020)	People with access needs	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica
148	Casais e Castro (2020)	Disabled tourists	Física	Social	R. Estado-Empresarial	Arquitetônica e Comunicacional
149	Somnuxpong e Wiwatwongwana (2020)	Disabled people	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
150	Eusébio, Silveiro e Teixeira (2020)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
151	Silveiro, Eusébio e Teixeira (2020)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
152	Bianchi et al (2020)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
153	Lam, Chan e Peters (2020)	Visual impairment	Visual	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
154	Gillovic, McIntosh (2020)	People with disability	Em geral	Apresenta uma discussão teórica sobre acessibilidade e desenvolvimento turístico inclusivo por meio de uma situação atual e uma Agenda futura.		
155	Huang e Lau (2020)	Visual impairment	Visual	Social	R. Social	Comunicacional
156	Semenova, ChiStobaev e DiDina (2020)	People with dementia	Intelectual	Social	R. Social	Arquitetônica
157	Dinis, Eusébio e Breda (2020)	People with disability	Auditiva e Visual	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
158	Fryer (2020)	People with sight loss	Visual	Social	R. Social	Comunicacional
159	Caldas et al (2020)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Comunicacional
160	McIntosh (2020)	Invisible disability	Intelectual	Social	R. Social	Não especificado.
161	Saraiva e Eusébio (2020)	People with disability	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.

162	Gondos e Wirth (2020)	Disabled people	Em geral	Social	R. Estado-Empresarial	Não especificado.
-----	-----------------------	-----------------	----------	--------	-----------------------	-------------------

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Ao analisar as terminologias<sup>19</sup> utilizadas nos artigos nacionais, encontrou-se: pessoas com deficiências (24); deficiente visual (3), portador de necessidade especial (3) e deficiente (2). Já nos artigos internacionais destacaram-se: *people with disability* (41), *tourists with disability* (8), *disabled people* (7), *persons with disability* (6) e *disabled tourists* (5) (FIGURA 14).

FIGURA 14 - VARIAÇÕES ENCONTRADAS NOS ARTIGOS ANALISADOS REFERENTE AO TERMO “PESSOA COM DEFICIÊNCIA” E “PEOPLE WITH DISABILITY”.



FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Foram identificadas 26 variações de termos na literatura nacional. Foi identificado que o termo “pessoa com deficiência” só foi utilizado em pesquisas na área de turismo no Brasil a partir do ano de 2010 e, talvez, isso se justifique porque foi somente com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências

<sup>19</sup> As terminologias foram retiradas do título, resumo ou das palavras-chave porque esses foram os primeiros tópicos analisados para a seleção dos artigos.

(ONU, 2006) que o termo “pessoa com deficiência” foi oficialmente adotado para referir-se a esse grupo de indivíduos.

Apesar disso, há pesquisas recentes que se referem a pessoas com deficiências como: “portadores de necessidades especiais” (GUIZI, SANTOS, SANTOS, 2014; MOTA et al. 2014), “público especial” (SILVA, TELES, 2014). Também destaca-se o exemplo das variações “usuário de cadeira de rodas” (DUARTE, HONORATO, 2020) e “necessidade especial” (SOARES, GABRIEL, FERNÁNDEZ, 2017) como forma de se referir a pessoas com deficiências nos estudos.

Já com a análise dos artigos internacionais foram identificadas 37 variações. Diferente da literatura nacional, na internacional o termo “*people with disability*” (equivalente ao termo pessoa com deficiência) foi utilizado a partir de 2004, a exemplo do estudo de Sen e Mayfield (2004). É curioso e pertinente destacar as variações “*access requirement*” (DARCY, DICKSON, 2009) e “*accessibility market*” (BUHALIS, MICHPOULOU 2011) porque não fazem, necessariamente, referência a pessoa com deficiência, entretanto são utilizadas para referir-se a esse grupo.

É fundamental evidenciar que a pessoa vem antes da deficiência, o que enfatiza o uso da terminologia correta que é “pessoa com deficiência”. Questões de semântica são também importantes para inclusão de pessoas com deficiências (GILLOVIC et al., 2018) e se fazem necessárias frente as questões de estigmas sociais ainda vivenciadas por esse grupo de indivíduos.

A análise da deficiência como unidade de registro mostrou que o modelo médico foi superado na pesquisa sobre turismo para pessoas com deficiência, já que não se fala em curar, sanar ou reabilitar, mas sim em modificar estruturas tangíveis ou intangíveis nas esferas política, econômica ou social. É provável que isso seja pela característica da área de turismo, talvez na área da Saúde tais constatações sejam diferentes. Apesar de todos os artigos serem classificados no modelo social da deficiência, alguns estudos estão próximos à visão médica, pois fazem menção ao corpo da pessoa com deficiência assim como percebem o turismo como um mecanismo que melhora a saúde (QUADRO 15).

QUADRO 15 - ARTIGOS QUE SE APROXIMAM À VISÃO MÉDICA DA DEFICIÊNCIA.

<b>Título</b>	<b>Autor (ano)</b>	<b>Journal</b>	<b>Aproximação à visão médica</b>
<i>Understanding the complex interplay between tourism, disability and environmental contexts</i>	Packer, McKercher e Yau (2007)	<i>Disability and Rehabilitation</i>	Atuação conjunta da área da saúde ao turismo
<i>The embodied tourist experiences of people with vision impairment: Management implications beyond the visual gaze</i>	Small, Darcy e Packer (2012)	<i>Tourism Management</i>	Experiências corpóreas e socialmente contruídas no turismo
<i>Accessible tourism and its benefits for coping with stress</i>	Moura, Kastenholz e Pereira (2018)	<i>Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events</i>	Turismo e <i>stress-coping</i>
<i>A geographic approach to measuring and organising affordable medical and therapeutic tourism for people with dementia</i>	Semenova, Chistobaev e Dildina (2020)	<i>Quaestiones Geographicae</i>	Turismo médico e terapêutico acessível
<i>The hidden side of travel: Epilepsy and tourism</i>	McIntosh (2020)	<i>Annals of Tourism Research</i>	Condição neurológica nas experiências turísticas

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Packer, McKercher e Yau (2007) investigaram sobre a complexidade entre turismo, deficiência e contextos ambientais em Hong Kong. Os autores apontaram que essa complexa interação para a participação ativa da pessoa com deficiência no turismo depende de seis fatores divididos em três etapas: Etapas pessoais: 1. Viagem de aceitação: viagem como uma impossibilidade; 2. Reintegração e exploração: a viagem como uma ideia abstrata, 3. Avaliação: risco e recompensa; Etapas públicas: 4. Ação: planejar a viagem; 5. Compensação e compromisso: administrar a viagem; Viagem restante ativa: 6. Reflexão: experiência pós-viagem. O estudo aponta que os setores relacionados à saúde, turismo e deficiência têm um papel a desempenhar no desenvolvimento de um turismo acessível. Importante destacar que esse estudo não aponta o turismo como um propiciador de melhora na saúde da pessoa com deficiência, entretanto aponta que a área da saúde deve agir em conjunto com a de turismo para uma participação ativa desse indivíduo na sociedade.

O estudo de Small, Darcy e Packer (2012) faz menção ao corpo da pessoa com deficiência nas atividades turísticas. Os autores (2012) por meio do conceito de "ontologia encarnada" exploraram as experiências corpóreas e socialmente contruídas no turismo com um grupo de 40 pessoas com deficiência visual. Os resultados destacaram o benefício das férias para os participantes e descentralizaram o "olhar visual" na experiência turística.

O estudo de Moura, Kastenzholz e Pereira (2018) objetivou (i) compreender a relação entre turismo e *stress-coping* para indivíduos com deficiência, e (ii) desenvolver uma base empírica para fins terapêuticos e para melhorar novos produtos e políticas de turismo, em uma estrutura biopsicossocial. Foi realizado um estudo empírico com 306 participantes com deficiências que foram avaliados com a Escala de Lazer Adaptada ao contexto do Turismo Acessível. Os resultados sugerem que o turismo acessível deve ser reconhecido como um novo recurso de cobertura de estresse para pessoas deficientes, apoiando o reequilíbrio de seus recursos pessoais e sociais, contribuindo positivamente para sua saúde e bem-estar. Estes resultados fornecem evidências adicionais para o desenvolvimento de novos produtos turísticos destinados a uma população com necessidades especiais, e para políticas precisas de intervenções terapêuticas alternativas no contexto de sua reabilitação.

O estudo de Semenova, Chistobaev e Dildina (2020) apresenta uma abordagem geográfica para medir e organizar o turismo médico e terapêutico acessível para pessoas com demência na Rússia. É levantada a questão que o envolvimento dessas pessoas nas atividades turísticas poderia ajudar a melhorar seu estado de saúde e melhorar o ambiente de vida das sociedades.

Partindo da condição neurológica do indivíduo para a experiência turística, McIntosh (2020) investigou como, e se, a deficiência oculta da epilepsia afeta as experiências de viagem desses turistas. A autora averigou três temas principais relacionados à experiência de viagem dessas pessoas: episódios de convulsões; na visibilidade da condição; e no gerenciamento da ansiedade.

Analisando o QUADRO 15, nota-se que apenas cinco dos 162 artigos analisados trazem uma aproximação do turismo acessível para pessoas com deficiências ao modelo médico da deficiência. Essa pouca expressividade pode estar relacionada a uma evolução conceitual que passa de um ambiente excludente/separado/exclusivo para inclusivo/junto/compartilhado. Parece que os estudos sobre pessoas com deficiências agora visam aprofundar-se na participação social desses indivíduos deixando de lado suas características corpóreas, entendendo que a sociedade deve estar preparada e adaptada à pluralidade de pessoas, necessidades, motivações e corpos.

Também se destaca que três dos cinco locais de publicações dos artigos são *journals* renomados e de alto impacto na área de turismo (*Tourism*

*Management, Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events e Annals of Tourism Research*). Da mesma maneira foi identificado que dois *journals* não são de turismo, *Quaestiones Geographicae* e *Disability and Rehabilitation*, sendo este último específico sobre a temática da deficiência. Evidencia-se que a não delimitação metodológica de *journals* específicos de turismo propiciou verificar como *journals* de outras áreas do conhecimento abordam o turismo acessível para pessoas com deficiências, o que ampliou e enriqueceu a análise proposta.

O QUADRO 14 mostrou a categorização dos estudos e a TABELA 9 apresenta um copilado quantitativo das unidades de registros estipuladas.

TABELA 9 - COPILADO DE INFORMAÇÕES DA CATEGORIZAÇÃO PROPOSTA.

Unidades de registro	Nº de artigos			% de artigos		
	Nacional	Internac.	Total	Nacional	Internac.	Total
<b>TURISMO</b>						
R. Social	21	47	68	38,89%	43,52%	41,98%
R. Estado-Empresarial	31	49	80	57,41%	45,37%	49,38%
Estudos teóricos	02	12	14	3,70%	11,11%	8,64%
Total	54	108	162	100%	100%	100%
<b>ACESSIBILIDADE</b>						
Arquitetônica	29	21	50	53,70%	19,44%	30,86%
Atitudinal	03	06	09	5,56%	5,56%	5,56%
Comunicacional	05	28	33	9,26%	25,93%	20,37%
Instrumental	01	01	02	1,85%	0,93%	1,23%
Metodológica	-	03	03	-	2,78%	1,85%
Natural	-	-	-	-	-	-
Programática	05	04	09	9,26%	3,70%	5,56%
Não especificado	11	37	48	20,37%	34,26%	29,63%
Estudos teóricos	02	12	14	3,70%	11,11%	8,64%
Total <sup>1</sup>	56	112	168	103,7%	103,7%	103,7%
<b>DEFICIÊNCIA</b>						
<b>Quantidade de deficiência</b>						
Em geral	33	79	112	61,11%	73,15%	69,13%
Uma	19	27	46	35,19%	25%	28,40%
Duas	01	01	02	1,85%	0,93%	1,23%
Três	01	-	01	1,85%	-	0,62%
Quatro	-	01	01	-	0,93%	0,62%
Total	54	108	162	100%	100%	100%
<b>Tipo de deficiência</b>						
Em geral	33	79	113	61,11%	73,15%	69,13%
Física	09	13	22	16,67%	12,04%	13,58%
Visual	10	11	21	18,52%	10,19%	12,96%
Intelectual	02	06	08	3,70%	5,56%	4,94%
Auditiva	03	03	06	5,56%	2,78%	3,70%
Total <sup>2</sup>	57	112	170	105,56%	103,72%	104,31%

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021) | Nota: <sup>1</sup> Há artigos que abordam dois distintos tipos de acessibilidade, sendo 02 nacionais e 04 internacionais. Com isso, os totais ultrapassam os valores dos escopos. <sup>2</sup> Como há artigos que abordam mais de um tipo de deficiência, os totais do "Tipo de deficiência" ultrapassam 100%.

A abordagem dos artigos referente à unidade de registro “turismo” é equilibrada. Alguns estudos acentuam a responsabilidade do estado e das empresas em criar políticas públicas adequadas para inclusão das pessoas com deficiências (R. Estado-Empresarial). Outro grupo de artigos enfatiza que tange a sociedade modificar estruturas, comunicações e atitudes para inclusão das pessoas com deficiências no turismo (R. Social).

Já a análise pela unidade de registro “acessibilidade” mostrou expressivo destaque por estudos que tratam de acessibilidade arquitetônica (30,86%), estudos que não especificam um tipo abordado (29,63%) e que tratam de acessibilidade comunicacional (20,37%).

Importante ressaltar que a acessibilidade arquitetônica não está, necessariamente, relacionada às necessidades específicas de pessoas com deficiência física. Questões estruturais fazem parte de um rol de adaptações que beneficiam todas as pessoas com deficiências de alguma maneira. Como exemplo, citam-se os estudos que tratam de acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência visual (DUARTE, SOUSA, 2013; SAKIYMA, SOUZA, 2016; NASCIMENTO, COSTA, 2017; LIMA, CURADO, ARAÚJO, 2020,) auditiva (LIMA, MELO, GIMENES-MINASSE, 2019) e intelectual (SEMENOVA, CHISTOBAEV E DILDINA, 2020).

Interessante ressaltar que os artigos que tratam da acessibilidade comunicacional, em sua maioria, abordam as pessoas com deficiências sensoriais em suas análises. Alguns deles abordam a audiodescrição e a Libras como uma ferramenta comunicacional imprescindível para uma atividade turística acessível, e também elucidam a falta desses instrumentos como uma maneira de exclusão social.

Todos os artigos, nas entrelinhas, mencionam a acessibilidade atitudinal uma vez que apontam seus respectivos estudos como um possibilitador de inclusão das pessoas com deficiências, propiciador de quebra de atitudes estigmatizantes. Contudo, a acessibilidade atitudinal foi, de fato, abordada em apenas 5,56% do escopo analisado, ou seja, em nove artigos.

Todos os artigos sobre acessibilidade programática, isto é, que buscam discutir políticas públicas, leis e normas, abordam as pessoas com deficiências “em

geral”. Há a necessidade de estudos que discutam as políticas criadas para específicos tipos de deficiências.

Lessa et al, (2018) relacionaram questões de turismo e patrimônio para pessoas com deficiências na Escola da Inclusão de Pelotas/RS. Entretanto, artigos sobre acessibilidade e turismo para pessoas com deficiências nos ambientes educacionais são extremamente escassos. A ausência de estudos que tenham a acessibilidade natural como forma de inclusão de pessoas com deficiência no turismo também é notável.

A necessidade de estudos sobre turismo e pessoas com específicos tipos de deficiências é uma questão que vem sendo debatida (LYU, 2017; MCKERCHER, DARCY, 2018) porque se entende que cada pessoa é única, que cada grupo de pessoas com deficiências são distintos e necessitam de estudos e adaptações diferentes.

Em ambas as literaturas há uma expressiva quantidade de artigos “em geral”, isto é, aqueles que não especificam a quantidade de deficiência, tampouco o tipo de deficiência abordada. Conforme mostrado na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, os estudos “em geral” são predominantes (69,13%), o que desperta alguns questionamentos: será que os autores publicam estudos sem levar em conta a heterogeneidade das pessoas com deficiências e de suas necessidades (no turismo)? Por que isso acontece? Superficialidade, generalização ou conveniência?

Tais questões tornam-se instigantes e o presente estudo não tem a pretensão de elucidar o porquê, no entanto, pode ser um tema de pesquisa futuro a fim de se compreender os motivos.

Sobre os tipos específicos de deficiências, foi identificado que 44,45% dos artigos da literatura nacional fazem menção a alguma deficiência enquanto que o mesmo acontece em apenas 30,57% dos artigos internacionais. A partir disso, refuta-se a primeira hipótese (H1): pesquisas sobre pessoas com deficiências específicas (física, cognitiva, sensoriais) são mais publicadas na literatura internacional.

Quanto a cada deficiência abordada separadamente, na literatura nacional, predomina-se: deficiência visual (18,52%), física (16,67%), auditiva (5,56%) e intelectual (3,70%). Já na literatura internacional predomina: deficiência física (12,04%), visual (10,19%), intelectual (5,56%) e auditiva (2,78%).

Já quando analisadas as deficiências específicas como um todo, predomina-se: deficiências sensoriais (12,96% e 3,70%), visual e auditiva, respectivamente; física (13,58%) e intelectual (4,94%). Com base nesses dados, a segunda hipótese (H2) também é refutada: pesquisas sobre deficiência física/motora são mais publicadas que pesquisas sobre deficiências sensoriais e cognitivas. As pesquisas sobre deficiências sensoriais e intelectual representam 21,60% do escopo enquanto que as pesquisas sobre deficiência física/motora representam 13,58% dos 162 artigos analisados.

Como critério para mostrar as lacunas e direcionamentos das pesquisas, foram escolhidos apenas os artigos que tratam de algum tipo específico de deficiência<sup>20</sup>. A seguir são apontados os estudos que tratam de mais de uma quantidade de deficiência e descrevem-se seus principais achados para, posteriormente, apontar as lacunas no conhecimento sobre cada tipo de deficiência.

O único artigo que trata dos quatro tipos de deficiências foi publicado na literatura internacional, no *International Journal of Tourism Research*, com autoria de Figueiredo, Eusébio e Kastenholz (2012) que discutem o quão diversos são os turistas com deficiências, por meio de um estudo piloto sobre as experiências de turismo acessível em Portugal. As autoras analisaram as diversas formas de ser deficiente, com diferentes habilidades e capacidades de participar do turismo e experimentar as atividades de lazer. Foi utilizado um estudo quantitativo com uma amostra de 200 pessoas com deficiências, sendo: pessoas com deficiência física (62,4%), intelectual (15,3%), visual (11,11%) e auditiva (11,11%). As autoras (2012) investigaram: (i) as motivações de viagens do segmento de pessoas com deficiências; (ii) atitudes em relação ao turismo do segmento de pessoas com deficiências, (iii) os fatores relevantes das características do destino para os turistas portugueses com deficiências, (iv) diferenças entre os segmentos relativos à relevância das características do destino, (v) diferenças entre segmentos relativos a atividades turísticas recreativas (realizadas e desejadas), e (vi) diferenças entre os segmentos relativos a comportamentos de viagem anteriores.

---

<sup>20</sup> Algumas pesquisas, ao apresentar os resultados da RIL fazem uma seleção de dos estudos geralmente pelo critério de artigos mais citados. Nessa dissertação, como a ideia é discutir sobre a heterogeneidade das pessoas com deficiências *versus* a homogeneidade dos estudos sobre turismo acessível para este público, escolheu-se descrever a RIL apenas com artigos que tratam de deficiências específicas em seus conteúdos.

O único artigo que aborda três distintos tipos de deficiências foi publicado na literatura nacional, no Caderno Virtual de Turismo, com autoria de Lima, Melo e Gimenes-Minasse (2019), que discorrem sobre a infraestrutura turística do Parque Natural Municipal Victório Siquierolli/MG por meio da percepção de pessoas com deficiência física, auditiva e visual. As autoras (2019) identificaram que o Parque não apresenta todas as estruturas para acessibilidade que a norma NBR 9050 exige e as estruturas existentes não estão totalmente adequadas, tendo em vista auxiliarem apenas as pessoas com deficiência física, especificadamente os cadeirantes. Logo, as autoras concluíram que se fazem necessárias adaptações que possam beneficiar as demais deficiências abordadas, de forma a melhorar a estrutura do Parque e consequentemente aumentar e diversificar a visitação.

Os únicos dois artigos que abordam dois distintos tipos de deficiência foram publicados em ambas as literaturas. Na literatura nacional, foi publicado o artigo de Pereira (2011), no Caderno Virtual de Turismo. Na literatura internacional, foi publicado o artigo de Dinis, Eusébio e Breda (2020), no *International Journal of Event and Festival Management*.

Pereira (2011) avaliou a infraestrutura turística para pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência física dos equipamentos turísticos de Belém/PA identificando que esses ainda precisam se adequar aos padrões arquitetônicos de acessibilidade, mostrando a necessidade de implantação de rampas de acesso ou elevadores; banheiros adaptados a deficientes; placas em braile; vagas de estacionamento reservadas a deficientes; e utilização de intérpretes de libras para o auxílio a portadores de necessidades.

Já Dinis, Eusébio e Breda (2020) analisaram se as informações publicadas nas mídias sociais (Facebook, Instagram, Twitter e Youtube) do Festival *Rock in Rio Lisboa* são acessíveis para pessoas com deficiência sensorial (auditiva e visual). A pesquisa identificou que embora o Festival seja promovido como um festival para todos, as publicações nas mídias sociais não são acessíveis para o público em questão e não atendem à maioria dos parâmetros definidos no quadro de avaliação proposto pelas autoras.

Nos estudos sobre deficiência física, Magalhães e Schueler (2020) pretenderam analisar a estruturação dos principais atrativos turísticos da cidade do Rio de Janeiro para pessoas com deficiência motora, tendo em vista a tendência das medidas estatais para atendimento do mercado. As autoras ressaltaram a

importância do desenvolvimento social pela acessibilidade universal, porém mostraram o quanto o modelo neoliberal influencia no modo como a infraestrutura para pessoas com deficiência é tratada. Foi observado que há necessidade de ajuste da continuidade nas rotas para acessibilidade e investimento na melhoria das alternativas já existentes de acessibilidade universal.

Santana-Santana, Peña-Alonso e Espino (2020) avaliaram as condições de acessibilidade física às atrações turísticas da área urbana de Maspalomas Costa Canaria, Gran Canaria, Espanha. A análise foi baseada em uma avaliação da rede de calçadas em duas áreas turísticas utilizando o Analista da Rede ArcMap, e as regulamentações espanholas sobre acessibilidade em espaços públicos urbanos. Após a aplicação da metodologia, foi obtido um conjunto de rotas potenciais. Os resultados revelam uma deficiente capacidade de caminhada, com quebras na cadeia de acessibilidade em ambas as áreas de estudo.

Leite, Câmara e Silva (2020) analisaram as condições de acessibilidade para cadeirantes em espaços e equipamentos públicos existentes no bairro da Praia Grande em São Luís/MA, tendo a NBR 9050/2015 como princípio de análise. As autoras apontaram que a infraestrutura existente no bairro não é suficientemente adaptada para a realidade da pessoa com deficiência que utiliza cadeiras de rodas, violando, assim, a garantia de autonomia e seguridade a esse público.

Rodrigues e Cheibub (2020) buscaram reconhecer os obstáculos que prejudicam a mobilidade no Centro Histórico (CH) de Paraty e arredores, em especial de pessoas com deficiência (PCD), bem como analisar se há um paradoxo entre tombamento de patrimônio e acessibilidade. Os autores mostraram que há muitos tipos de barreiras naquela cidade, embora não exista impedimento legal para a implementação da acessibilidade em bens imóveis e sítios históricos tombados. Portanto, concluíram que no caso de Paraty, há ausência de ações efetivas do poder público para reduzir ou extinguir os diversos obstáculos que impedem a mobilidade físico-espacial plena das PCD, sobretudo no CH e adjacências.

Hooi e Yaacob (2019) investigaram sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência física em edifícios patrimoniais na Malásia e identificaram que os locais selecionados têm potencial para incluir as necessidades de acessibilidade sem diminuir sua importância patrimonial. A pesquisa concluiu que é possível conciliar a abordagem de ambiente livre de barreiras com o princípio de conservação.

Mendes e Paula (2008) objetivaram analisar, a partir do ponto de vista de 10 cadeirantes, o significado de hospitalidade no contexto da atividade turística. Os principais resultados mostraram que a dificuldade dos cadeirantes em participar no turismo refere-se à inospitalidade dos locais, referente à acessibilidade, sendo essa tanto arquitetônica quanto atitudinal.

Carvalho e Faria (2010) objetivaram identificar os fatores que mais restringem o consumo de serviços de lazer turístico por pessoas cadeirantes. Os resultados indicam sete fatores de restrição ao consumo de serviços de lazer turístico para cadeirantes: tempo, recursos financeiros, questões pessoais, importância da companhia, barreiras atitudinais, barreiras arquitetônicas em transportes e barreiras arquitetônicas nos locais.

Lacerda et al (2016) identificaram as ações de acessibilidade em meios hoteleiros, principalmente no tocante à dimensão atitudinal e programática, assim como verificaram sua implantação na visão dos gestores hoteleiros e das pessoas com deficiência física consumidoras desse serviço. Os autores observaram que os gestores entrevistados sempre atrelam as dimensões de acesso tão somente às questões estruturais do hotel. Já os consumidores com deficiência, na maioria dos discursos, ligam a acessibilidade principalmente ao direito ir e vir.

Caldeira, Silva e Nunes (2017) pesquisaram sobre o turismo acessível em Guimarães/PT. Os autores identificaram (i) problemas de fácil resolução: melhoria das calçadas e colocação de rampas móveis ou fixas; e (ii) problemas de difícil resolução: banheiros adaptados em restaurantes, ruas da cidade muito inclinadas, meios de hospedagens adaptados. Guimarães está no caminho para se tornar uma cidade inclusiva, mas a situação atual ainda é complicada para o público com deficiência.

Linderová e Janeček (2017) mapearam possibilidades de pessoas com deficiência física participarem do turismo na República Tcheca, identificando a maior porcentagem de acomodações acessíveis em Carlsbad e Praga e de restaurações acessíveis em Praga e Zlín. Seguindo essa linha, Linderová e Scholz (2019) analisaram os serviços turísticos acessíveis na cidade de Carlsbad na República Tcheca, identificando 15% de acomodações com pelo menos um quarto acessível e 23% de restaurações acessíveis na cidade.

Com um aprofundamento nas restrições enfrentadas por pessoas com deficiência física, Mahmoudzadeh e Sarjaz (2018) investigaram as barreiras

ambientais que dificultam a participação dessas pessoas no turismo de Teerã, Irã. Os autores identificaram que as barreiras ambientais ao desenvolvimento do turismo para essas pessoas foram classificadas em três áreas principais: transporte, atrações e acomodação, e averiguaram que as barreiras relacionadas ao transporte são as que mais afetam a participação de pessoas com deficiência física. Nesse sentido, Nyman, Westin e Carson (2018) investigaram como as restrições enfrentadas por 13 famílias com crianças usuárias de cadeiras de rodas influenciam na escolha final de um destino turístico. A pesquisa apontou muitos destinos indisponíveis nessa escolha devido aos transportes e acomodações inacessíveis e que as escolhas de destino são compensações entre restrições e desejos da criança deficiente e de outros membros da família. Já Tao et al, (2019) realizaram uma pesquisa sobre as restrições que pessoas com deficiência física sobreviventes do terremoto de Sichuan enfrentam para viajar. As descobertas revelaram que idade, educação, renda e estado civil eram as variáveis sócio-demográficas, e frequência de viagem, despesas, motivos, tempo e companheiros eram os fatores relacionados à viagem que influenciavam a percepção das restrições de viagem das pessoas com deficiência motora.

Mayordomo-Martínez et al, (2019) desenvolveram um aplicativo para verificar praias acessíveis para pessoas com deficiência física na Região de Murcia, Espanha, com o objetivo de fornecer informações de acessibilidade atualizadas, precisas e confiáveis sobre as praias. Como resultado, mais de um terço das praias analisadas apresentava um alto nível de acessibilidade, enquanto quase outro terço era totalmente inacessível. Casais e Castro (2020) analisaram a comunicação *online* das condições de acessibilidade física projetadas para turistas com deficiência física, para discutir a existência ou não de uma lacuna de design-comunicação nos destino turístico de Porto/PT. A pesquisa apontou que o conteúdo *online* dos sites com informações destinadas aos turistas deficientes é genérico e não informa sobre todas as facilidades acessíveis fornecidas pelos pontos turísticos analisados. Baronio et al. (2017) investigaram as experiências das pessoas com deficiência física com base no melhoramento da cadeira de rodas para a prática de esportes de aventura, que é a base do Projeto Gölem. Os autores apresentam um protótipo de cadeira de rodas adaptada para áreas montanhosas e apontam especificidades técnicas, como o ajuste de equilíbrio lateral, por exemplo, que auxiliariam na prática dessas atividades.

Nos estudos sobre deficiência visual, Duarte e Sousa (2013) analisaram a infraestrutura turística do Corredor Cultural de Mossoró (RN) identificando a existência de banheiros adaptados e corrimão para deficientes, além de rampas e pisos táteis que dão acessibilidade aos deficientes visuais, porém com restrições, pois algumas omitem nessas mesmas construções informações necessárias para a independência dos deficientes visuais. Ainda apontaram a falta de guias e intérpretes, como exigidos na Lei de Acessibilidade (NBR 905:2004) como um dos motivos que não permitem a autonomia e equiparidade das pessoas com deficiência visual.

Nascimento e Costa (2017) analisaram o tema de educação ambiental para pessoas com deficiência visual por meio de uma análise das trilhas interpretativas de três Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro. As autoras constataram problemas de falta de manejo adequado e com maior frequência, falta de pessoal técnico-administrativo qualificado a nível qualitativo e quantitativo para poder atuar nessas trilhas. Também destacaram que mesmo que a trilha Rio Grande do Parque Estadual da Pedra Branca seja a única pensada como interpretativa, seu gestor não pretende adaptá-la às pessoas com deficiência visual.

O ecoturismo para pessoas com deficiência visual foi averiguado por Bizinelli, Manosso, Gimenes-Minasse e Souza (2014) na Vinícola Dezem (Toledo, Paraná) identificando que: i) o empreendimento ainda não se encontrava pronto para receber esse público principalmente por causa de barreiras visuais e do atendimento prestado e ii) as barreiras estruturais e comunicacionais (sinalização, textos em braille e atendimento) são as principais necessidades desse grupo e essas adaptações podem ser realizadas sem grandes investimentos financeiros.

A relação entre meios de hospedagens e pessoas com deficiência visual foi abordada por Duarte e Pereira (2017) em uma análise de 30 hotéis nos setores norte e sul de Brasília. As autoras averiguaram que a maioria dos hotéis não era acessível para deficientes visuais, que os funcionários não receberam treinamento para atender esse público e que os hotéis não receberam a visita de um órgão fiscalizador, o que levou as autoras a refletir que a falta de fiscalização pôde acarretar no descumprimento das leis e normas.

O lazer para pessoas com deficiência visual foi abordado por Faria e Motta (2012) que investigaram os fatores que mais restringem o consumo de serviços de lazer turístico por esse público, identificando sete fatores: Tempo, Recursos

Financeiros, Questões Pessoais, Importância da Companhia, Barreiras Atitudinais, Barreiras Arquitetônicas e Atendimento, concluindo que faltam investimentos em treinamentos para que os funcionários de linha de frente estejam capacitados a atender esse público de forma adequada.

Os serviços turísticos para pessoas com deficiência visual foram investigados por Lima, Curado e Araújo (2020) por meio de restaurantes de um shopping de Brasília/DF onde se identificou a insatisfação dos consumidores com deficiência visual com a falta de preparo dos atendentes e a inadequação dos estabelecimentos.

Em sua pesquisa sobre informações por meio de um projeto de audiodescrição para pessoas com deficiência visual, Mercado (2018) apresenta os projetos OPERA e PRA2 que consistem em uma plataforma de agrupamento de informações turísticas acessíveis para pessoas com deficiência sensorial.

Nesse sentido, Fryer (2020) investigou sobre a importância da prestação de informações prévias para pessoas com deficiência visual no setor de eventos, especificamente audiodescrições em eventos ao vivo. A autora averigou que a maioria dos cegos participantes considera esse tipo de informação como primordial, mas que deve ser complementada com outras ferramentas.

Partindo da questão: “os cegos conseguem ‘enxergar’ destinos turísticos na internet?” Melo e Silveira (2013) analisaram os *websites* oficiais de turismo dos estados brasileiros através de dois *softwares* avaliadores de acessibilidade, identificando a precariedade brasileira tendo apenas o *website* oficial de turismo do Paraná como acessível tanto na análise dos *softwares* como na análise dos participantes.

As experiências turísticas de pessoas com deficiência visual foram pesquisadas por Small, Darcy e Packer (2012) por meio do conceito de ontologia incorporada em uma amostra de 40 pessoas com deficiência visual, descentralizando o “olhar visual” na experiência turística e ressaltando a importância de experiências multissensoriais. Já Huang e Lau (2020) a fim de ressonar com o chamado global para o desenvolvimento do turismo sustentável visaram contribuir para compreender as aspirações das pessoas com deficiências visuais em termos de turismo e explorar como destinos turísticos inteligentes poderiam potencialmente melhorar as experiências turísticas que oferecem.

As restrições enfrentadas por pessoas com deficiência visual foram pesquisadas por Mesquita e Carneiro (2016) com foco em museus. Os autores apresentaram um amplo conjunto de estratégias para melhorar a acessibilidade desse grupo em 28 museus espalhados em quatro cidades turísticas europeias (Londres, Paris, Madrid e Lisboa). Devile e Kastenholz (2018) pretenderam analisar as experiências de pessoas com deficiência visual, identificando os fatores que as restringem e os fatores que facilitam sua decisão de viajar, procurando entender como essas pessoas se adaptam, negociam suas restrições percebidas e reais e se tornam viajantes ativos. Já Lam, Chan e Peters (2020) investigaram como as contribuições tecnológicas podem auxiliar na queda de barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência visual a partir de turistas cegos jovens em Hong Kong. Os resultados revelaram que as principais preocupações dos entrevistados com relação às barreiras eram as restrições de conhecimento e o estudo confirma que a acessibilidade tecnológica proporciona melhor conhecimento sobre o turismo a esse público.

Sakiyma e Souza (2016) pesquisaram a relação entre deficiência visual e atrativos turísticos, no Jardim Botânico de Curitiba/PR, apresentando como resultado o esforço dos gestores do Jardim Botânico em manter o local bem preservado, enfatizando que é possível incluir todas as pessoas por meio de um lazer saudável, sustentável e educador. Já Leite e Aragão (2012) investigaram o acesso à cultura e ao turismo por meio de visitas guiadas acessíveis com uso de audiodescrição a pessoas com deficiência visual no Teatro José de Alencar, Fortaleza, Brasil. Os autores identificaram que o recurso da audiodescrição atrai turistas ao museu e apontaram que é necessária complementação com recursos financeiros, capacitação de pessoas e adequação do espaço.

Correa (2012) objetivou propor um esquema metodológico que facilitasse a estruturação do ecoturismo e dos produtos de natureza voltados para a inclusão de pessoas com deficiência visual, identificando a necessidade de adaptação para além da oferta turística, atingindo também o entorno das atividades.

Nos estudos sobre deficiência auditiva, Silva (2013) discute a acessibilidade de 35 pessoas surdas aos serviços turísticos de Goiânia/GO mostrando que há uma demanda turística por parte dessas pessoas, todavia há uma grande dificuldade comunicacional nesse processo.

Zajadacz (2014) pesquisou sobre fontes de informações turísticas utilizadas pela comunidade surda polonesa entre 2004 e 2010. A autora contou com a participação de 292 surdos e 1780 ouvintes, identificando que as principais fontes de informação turística tanto para surdos quanto para pessoas ouvintes são a Internet e as opiniões de pessoas próximas.

Oliveira e Lima (2020) investigaram a empregabilidade de pessoas com deficiência auditiva como uma oportunidade profissional no mercado de eventos em Brasília/DF em que as autoras puderam identificar tanto pela perspectiva de organizadores de eventos quanto dos sete surdos participantes que há grandes oportunidades de aumentar o mercado de trabalho na área de gestão de eventos para esse público em Brasília.

Nos estudos sobre deficiência intelectual, Soares e Luiz (2016) abordaram a construção do conceito de hospitalidade inclusiva por meio de uma percepção vivida nas atividades turísticas realizadas com pessoas com deficiência intelectual em atrativos da cidade do Rio de Janeiro durante os anos de 2014 e 2015 e constataram que em todas as visitas realizadas as pessoas não sabem lidar com pessoas com deficiência intelectual, agindo com atitudes de estranheza.

Augusti e Junqueira (2016) investigaram sobre um passeio ao Congresso Nacional de Brasília/DF realizado por sete pessoas com Síndrome de *Down* em que por meio de entrevistas com os participantes e seus pais ou responsáveis puderam identificar que esse passeio turístico e de lazer aumenta o desenvolvimento educacional e a interação social dessas pessoas com deficiência intelectual.

Klímová (2018) pesquisou a literatura sobre turismo acessível, de 2010 a 2016, com foco nos turistas com demência e seus cuidadores. A autora identificou a incipiência de estudos sobre o tema, mostrando o assunto como uma área jovial, e apontou a Inglaterra e o Canadá como destinos com boas práticas de turismo acessível para pessoas com demência e seus cuidadores.

Usando o Reino Unido como um exemplo de destino para turistas com demência, Connell e Page (2019) examinaram o *website* da Organização de Gestão de Destinos, identificando apenas 2/3 de acessibilidade nas informações. Também realizaram uma pesquisa sobre as atitudes dos gerentes das Organizações de Gestão dos Destinos em relação à criação de destinos favoráveis à demência, identificando uma vontade em se tornar um destino voltado a esse público, todavia com pouca prática para esse fim.

Freund et al. (2019) examinaram a intenção de viajar para acomodações acessíveis por 117 famílias espanholas com crianças com autismo e as restrições (intrínsecas, interativas e ambientais) encontradas. Os resultados indicaram que as restrições intrínsecas e a severidade da deficiência influenciam a intenção de viajar para um alojamento acessível e confirmaram que as famílias com uma criança com autismo são um mercado heterogêneo, mais dispostas a viajar se a hospedagem for acessível.

Semenova, Chistobaev e Dildina (2020) discorreram sobre as características geográficas da organização do turismo médico pessoas com demência, especificamente na Rússia. O estudo apontou algumas dificuldades enfrentadas por esse grupo: que problemas de mobilidade; desorientação causada por ruído em excesso; medo de se perderem quando ocorrem lacunas na memória; distorções na percepção visual ou na consciência espacial. Com isso, os autores discutem a necessidade de criar uma infraestrutura turística acessível para turistas com demência e seus acompanhantes.

McIntosh (2020) investigou como a deficiência invisível da epilepsia afeta as experiências de viagem desses turistas. A autora averigou três temas principais relacionados à experiência de viagem desses indivíduos: episódios de convulsões; na visibilidade da condição; e no gerenciamento da ansiedade.

#### 4.3 IMPLICAÇÕES, DISCUSSÕES E DIRECIONAMENTOS FUTUROS

O turismo é geralmente percebido como uma atividade prazerosa. Contudo, para pessoas com deficiências, pode ser um espaço de desigualdades e frustrações. A base do turismo acessível é tornar a atividade turística mais justa a todas as pessoas por meio de adaptações dos destinos turísticos e todos os elementos que compõem sua oferta turística.

A sociedade é plural e diversificada, isto é, habitada por pessoas com características comuns e ao mesmo tempo singulares. Cada grupo social que compõe a sociedade carrega consigo traços e vivências semelhantes, todavia possuem necessidades diferentes e específicas. Referente ao grupo de pessoas com deficiências é importante e fundamental saber que esses indivíduos carecem de adaptações comuns, principalmente mudanças estruturais, e na mesma medida precisam de ferramentas e adaptações específicas a seus respectivos tipos e graus

de deficiências. As pessoas com deficiências são um grupo heterogêneo e pesquisar sobre elas exige levar em conta essa diversificação.

Atualmente, no turismo, o presente estudo mostrou que não se pesquisa (e publica) sobre pessoas com deficiências no intuito de ressaltar uma cura ou reabilitação dessas pessoas e sim visa-se uma maneira de incluí-las nas atividades sociais de maneira plena e equitativa.

A deficiência de mobilidade (física) restringe um indivíduo de desfrutar de muitos direitos humanos básicos, incluindo viagens, lazer e turismo. A relação da deficiência física com o turismo se dá, principalmente, tendo a pessoa cadeirante como sujeito da atividade. As pesquisas sobre essa relação abordam: infraestrutura turística (PEREIRA, 2011; LIMA, MELO, GIMENES-MINASSE, 2019; MAGALHÃES, SCHUELER, 2020; LEITE, CÂMARA, SILVA, 2020; RODRIGUES, CHEIBUB, 2020), destino turístico (CALDEIRA, SILVA, NUNES, 2017; LINDEROVÁ, JANEČEK, 2017; LINDEROVÁ, SCHOLZ, 2019), restrições (MAHMOUDZADEH, SARJAZ, 2018; NYMAN, WESTIN, CARSON, 2018; TAO et al., 2019), experiências (FIGUEIREDO, EUSÉBIO, KASTENHOLZ, 2012; BARONIO et al., 2017), informações (MAYORDOMO-MARTÍNEZ ET AL., 2019; CASAIS, CASTRO, 2020), meios de hospedagens (MARTÍNEZ, ALBA, 2014; LACERDA et al., 2016), atrativos turísticos (SANTANA-SANTANA, PEÑA-ALONSO, ESPINO, 2020), hospitalidade (MENDES, PAULA, 2008), lazer (CARVALHO, FARIA, 2010), e turismo cultural (Hooi, Yaacob, 2019).

Todos os estudos tratam da infraestrutura física, seja do destino ou de empreendimentos específicos, para a circulação de pessoas com deficiência física. Como mencionado, quase totalidade desses estudos, mesmo que não explicitamente, se referem à pessoa com deficiência física apenas pela pessoa cadeirante. Tao et al (2019) realizaram um estudo com pessoas com mutilações físicas sobreviventes do terremoto de Sichuan. Esse estudo é o único que não aborda a perspectiva do usuário de cadeira de rodas.

As pesquisas, quando referentes a estabelecimentos ou atrativos, avaliam e trazem como contribuição, geralmente: a presença (ou não) de rampas, elevadores, corrimãos, banheiros e UHs (unidades habitacionais) adaptados. E quando referentes ao destino turístico como um todo levantam a infraestrutura urbana, calçadas, acesso e transportes adaptados (ou não). Tais contribuições aparecem nos estudos de uma maneira bem geral, salvaguarda nos que se dedicam a pontos

específicos como paradas de ônibus acessíveis (ROSA, PINTO, ASSUNÇÃO, 2020) e calçadas regulares (SANTANA-SANTANA, PEÑA-ALONSO, ESPINO, 2020).

As experiências turísticas são pesquisadas pela pessoa com deficiência física enquanto turistas, porém não enquanto trabalhadora. Faltam estudos que tratem da percepção da gestão do empreendimento para o atendimento ao deficiente físico. Também faltam pesquisas sobre a pessoa com deficiência física ocupando cargos de linha de frente e suas percepções quanto as atitudes de turistas quando recepcionados por uma pessoa com deficiência física. A atitude é uma lacuna quanto à relação deficiência física e turismo e aparece como direcionamento futuro em alguns estudos. Ampliar o leque de análises, para além das questões estruturais, enriquece as possibilidades de incluir essas pessoas no turismo.

Pessoas com deficiência física sofrem discriminação de atendentes e recepcionistas? Quando trabalhadoras, seus colegas sabem das adaptações necessárias para acolhê-la no ambiente laboral? Gestores fornecem treinamento específico para atendimento a esse público? Há ações de conscientização a importância da diversidade nas organizações? Essas são algumas perguntas que podem nortear futuros estudos relacionados a participação de deficientes físicos no turismo por meio de uma perspectiva atitudinal. Claro que a perspectiva arquitetônica/física deve ser sempre levada em consideração, porém acrescida a outras abordagens tende a ser mais inclusiva no contexto do turismo.

O uso de tecnologias nesse trabalho conjunto de incluir as pessoas com deficiência física é um tema a ser mais e melhor explorado no turismo. Nyman, Westin e Carson (2018) criaram um aplicativo que reúne praias acessíveis. Baronio et al (2017) utilizaram da tecnologia para melhorar cadeiras de rodas utilizadas por deficientes físicos na prática de esportes de aventura. Contudo, a tecnologia pode ajudar também: na criação de aplicativos que reúnam hotéis, restaurantes, ruas, atrativos e museus acessíveis.

Mayordomo-Martínez et al., (2019) utilizaram como sujeitos crianças com deficiência física em sua pesquisa. É de extrema importância evidenciar que esse tipo de abordagem é pouco explorada, todavia possui uma relevância apurada. Pessoas com deficiências viajam e fazem turismo, porém elas não são só homens adultos. É necessário que haja pesquisas que abordem esta interseccionalidade pela perspectiva de mulheres deficientes, crianças e adolescentes deficientes, idosos deficientes, pessoas LGBTQIA+ deficientes e pessoas negras deficientes.

Essa diversificação dentro do mesmo grupo social propiciará a identificação de barreiras atreladas a cada característica da pessoa para além da deficiência.

As pessoas com deficiência visual, principalmente as pessoas cegas, podem acabar perdendo o interesse em viajar e fazer turismo uma vez que as atividades turísticas são repletas de encontros visuais. Buscando a inclusão dessas pessoas no turismo, foram identificadas pesquisas sobre: informações (MELO, SILVEIRA, 2013; MERCADO, 2018; FRYER, 2020; DINIS, EUSÉBIO, BREDÁ, 2020; LAM, CHAN, PETERS, 2020; HUANG, LAU, 2020), infraestrutura turística (PEREIRA, 2011; DUARTE, SOUSA, 2013; LIMA, MELO, GIMENES-MINASSE, 2019), experiências (FIGUEIREDO, EUSÉBIO, KASTENHOLZ, 2012; SMALL, DARCY, PACKER, 2012), restrições (MESQUITA, CARNEIRO, 2016; DEVILE, KASTENHOLZ, 2018), atrativos turísticos (LEITE, ARAGÃO, 2012; SAKIYMA, SOUZA, 2016), ecoturismo (CORREA, 2012), educação ambiental (NASCIMENTO, COSTA, 2017), enoturismo (BIZINELLI et al., 2014), lazer (FARIA, MOTTA, 2012), meios de hospedagens (DUARTE, PEREIRA, 2017), e serviços turísticos (LIMA, CURADO, ARAÚJO, 2020).

Mesmo havendo uma quantidade considerável de abordagens na relação do turismo com a deficiência visual, foi identificado que a acessibilidade arquitetônica e a comunicacional são as que predominam esses estudos.

As pesquisas sobre informações e restrições comumente se completam porque abordam os entraves vivenciados pelas pessoas cegas, principalmente por uma falta de informações e comunicações acessíveis. Os estudos apontam o uso da audiodescrição como uma ferramenta de inclusão, porém não abordam como o setor público e privado pode e deve implementar esse instrumento para um turismo mais acessível.

Da mesma maneira, a falta de outros meios comunicacionais, como elementos em 3D, imagens e mapas em Braille são pouco explorados como formas inclusivas nos atrativos turísticos. Inclusive tais elementos podem ser considerados como novos direcionamentos para inovações tecnológicas que buscam a inclusão de pessoas com deficiência visual no turismo. O uso da tecnologia para melhorar as experiências das dessas pessoas nos destinos turísticos e a não utilização das mídias sociais para informar questões de acessibilidade são lacunas a serem preenchidas nas pesquisas.

Os estudos sobre infraestrutura turística sempre abordam os aspectos físicos dos empreendimentos ou da cidade. Nos empreendimentos, há a

necessidade de aliar pesquisas sobre aspectos físicos a questões de atitudes dos colaboradores frente à pessoa cega. Também evidencia-se a necessidade de direcionar pesquisas a trabalhadores com deficiência visual e como os espaços restritos<sup>21</sup> dos empreendimentos se adaptam para sua circulação no ambiente de trabalho.

No ambiente urbano, foi identificado que as pessoas cegas são percebidas apenas como turistas e as pesquisas tratam única e exclusivamente de espaços turistificados. Mas e a pessoa cega residente? Há uma lacuna por estudos que comparem as necessidades dos moradores e residentes dentro do mesmo destino.

Na relação da pessoa com deficiência auditiva no turismo, as pesquisas abordam: informações turísticas para esses indivíduos (ZAJADACZ, 2014; DINIS, EUSÉBIO, BREDA, 2020), sua participação em serviços turísticos (SILVA, 2013), a infraestrutura de um atrativo turístico para pessoas surdas (LIMA, MELO, GIMENES-MINASSE, 2019), experiências turísticas (FIGUEIREDO, EUSÉBIO, KASTENHOLZ, 2012) e a empregabilidade dessas pessoas no mercado de eventos (OLIVEIRA, LIMA, 2020).

A empregabilidade deve ser pesquisada envolvendo a diversificação de setores relacionados ao campo do turismo e da hospitalidade, tais como: meios de hospedagens, agências de viagens, atrativos turísticos, empreendimentos rurais e relacionados ao turismo de natureza e aventura, entre outros. Um ponto importante, para além da empregabilidade das pessoas surdas, é saber se elas são inseridas dentro das organizações apenas em cargos “escondidos” ou se elas atuam diretamente com o turismo, tendo contato com turistas e podendo exercer suas maneiras singulares de comunicação.

Um aspecto em comum entre todos os estudos é a colocação dos autores quanto a (falta de) acessibilidade comunicacional para essas pessoas, principalmente referente à comunicação em LIBRAS. Essa lacuna se faz presente desde o despreparo de profissionais dos setores turísticos, sites de empreendimentos turísticos, até a falta de conhecimento da LIBRAS pela própria população residente do destino turístico para prestar uma informação na rua para uma pessoa surda.

---

<sup>21</sup> Espaços de circulação específicos a funcionários.

Outros direcionamentos apontam também a necessidade de pesquisar as atividades turísticas na perspectiva dos acompanhantes das pessoas surdas ou de seus intérpretes no intuito de verificar como é a experiência turística de quem viaja com o dever de comunicar o outro a todo o momento.

Da mesma maneira se faz necessário que pesquisas abarquem a relação de turismo e tecnologias para facilitar e melhorar as experiências turísticas de pessoas surdas. Como a oferta turística utiliza das tecnologias para esse fim? Essa é uma questão que pode instigar novos estudos. Há aplicativos que por meio de gravação de voz transmitem as informações em Língua de Sinais. É pertinente investigar se empreendimentos turísticos fazem uso desses instrumentos e, se não fazem, averiguar os motivos.

As pesquisas sobre pessoas com deficiência intelectual no turismo, ainda que em baixa expressividade, tratam da infraestrutura de um destino para essas pessoas (CONNELL, PAGE, 2019), a relação com acomodações (FREUND et al., 2019), com o lazer (AUGUSTI, JUNQUEIRA, 2016) e hospitalidade em atividades turísticas (SOARES, LUIZ, 2016 ).

Foi identificado que tais pesquisas abordam distintos níveis de deficiência intelectual: pessoas com Síndrome de Down, pessoas autistas e pessoas com demência. Isso é interessante porque explicita a diversificação desse grupo. No entanto, tais pesquisas não apontam como se dá a participação dos acompanhantes (familiares, cuidadores, amigos, etc.) dessas pessoas nas atividades turísticas. A depender no nível de deficiência, sabe-se que é de extrema importância o acompanhamento de terceiros a essas pessoas no dia a dia e se faz relevante identificar como eles percebem as atividades turísticas.

De fato é importante a adaptação estrutural, todavia esse grupo de pessoas necessita de uma acessibilidade comunicacional e atitudinal fortes. Seja na relação das cores do empreendimento seja com informações *onlines* em seus *sites*, essas questões se fazem pertinentes e ainda não foram investigadas.

Em termos de aspectos e temas mais amplos, ressalta-se a necessidade de pesquisas que tratem de como a governança entende a importância das atividades turísticas estarem adaptadas a esse público; de como se dá a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho; como as ofertas turísticas capacitam seus colaboradores para atitudinalmente acolherem esses indivíduos.

É importante projetar destinos turísticos acessíveis para turistas com deficiências. Entretanto, para atrair este segmento de mercado, também é importante comunicar de forma eficiente (*online* ou presencial) a acessibilidade oferecida. As informações turísticas devem ser divulgadas usando Língua de Sinais, audiodescrição, Braille, etc. As pessoas com deficiências, principalmente sensoriais, devem participar do processo de criação dos Sistemas de Informações Turísticas. Isso deve se dar tanto em âmbito privado quanto público. Os gerentes de empreendimentos turísticos devem usufruir da vivência dessas pessoas com deficiências para melhorar o atendimento e a comunicação de seus estabelecimentos. O mesmo vale para os gestores de destinos turísticos que necessitam aprimorar seus meios de comunicação, e para isso é fundamental uma equipe diversificada e inclusiva.

Também se destaca a importância de ações e comunicações que alcancem as pessoas com deficiências residentes dos destinos turísticos. Pessoas com deficiências não são apenas turistas, também são (ou devem ser) profissionais, consumidoras e residentes. Essa é uma lacuna evidente em que pouco se discute como o turismo influencia a vida de pessoas com deficiências moradoras da cidade. Há uma carência, ainda, de estudos que abordam políticas públicas relacionadas a pessoas com deficiências no turismo, assim como pesquisas que tracem uma relação de legislações relacionadas ao turismo acessível.

As pessoas com deficiências devem ter liberdade de fazer escolhas e ter controle pessoal sobre suas próprias experiências turísticas. O turismo acessível, nesse sentido, contribui para que essa independência pessoal possa cada vez mais estar presente nas viagens dessas pessoas.

Questões de capacitismo<sup>22</sup> ainda colocam pessoas com deficiências enquanto incapazes de participar da sociedade e conseqüentemente do turismo, entretanto essa realidade deve ser modificada. O processo de inclusão dessas pessoas deve ser acelerado e deve partir de iniciativas públicas, privadas e de ações com a sociedade como um todo. O turismo acessível por sua vez deve contribuir com a adaptação das atividades turísticas nas mais diversas esferas e

---

<sup>22</sup> Na Língua Inglesa o termo utilizado é *ableism*. Capacitismo de acordo com o escritor com deficiência Vitor Di Marco (2020) é a opressão e o preconceito contra pessoas que possuem algum tipo de deficiência e parte da premissa da capacidade, da sujeição dos corpos ditos deficientes em razão dos sem deficiência.

abordagens possíveis. Essa adaptação, por mínima que seja, precisa ser feita em conjunto com os diversos atores da atividade para que se busque uma sociedade e um turismo mais humano e inclusivo a todos.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na questão “qual é o cenário da produção científica nacional e internacional sobre turismo acessível para pessoas com deficiências?” foi identificado um cenário de pesquisa (i) jovem, pois o primeiro artigo sobre o tema foi publicado em 2003; (ii) pouco explorado, porque na literatura nacional, por exemplo, há apenas 0,88% de artigos sobre turismo acessível para pessoas com deficiências; e (iii) pouco diversificado, uma vez que aproximadamente 70% dos artigos analisados tratam das pessoas com deficiências de uma maneira geral, englobando suas necessidades como iguais.

A distribuição temporal dos artigos na literatura nacional iniciou em 2003, com muitos picos e quedas, três anos sem publicações sobre o tema e ainda não se encontra em uma crescente de publicações. Já a literatura internacional sobre o tema iniciou em 2004, também com três anos sem publicações, todavia há uma crescente a partir do ano de 2017. Foi identificado que o Dia Mundial de Turismo da OMT em 2016, assim como as discussões e debates nas mídias e no ambiente acadêmico sobre diversidade e inclusão, pode ter sido um indutor em um aumento de publicações sobre o turismo acessível para pessoas com deficiências. Contudo, concluiu-se que o interesse acadêmico ainda é recente uma vez que mais de 60% de artigos publicados apenas a partir de 2016.

A Lei de Lotka revelou os padrões de produtividade dos autores. Parece não haver um interesse de continuidade em publicar sobre o tema uma vez que a quantidade de autores que publicaram apenas um artigo está entre 67% (contagem completa) e 72% (contagem direta). A pesquisa comprovou a base da Lei demonstrando que há uma expressiva quantidade de autores publicando apenas um artigo em contra partida a um baixo número desses publicando dois ou mais artigos.

Foi identificado um grupo de 17 autores (as), sendo 14 mulheres, mais produtivos sobre turismo acessível para pessoas com deficiências distribuídos em 10 países, entre eles o Brasil. As análises por gênero dos autores (as) mostraram que o tema é mais publicado por mulheres (59,22%), tanto em autoria principal (70,97%) quanto em coautoria (52%).

Com a Lei de Bradford foram identificados os periódicos mais relevantes para o tema estudado, evidenciando 79 revistas científicas que possuem artigos sobre o tema as quais foram divididas em quatro zonas: Núcleo, Zonas 2 e 3. Os

periódicos brasileiros integram, principalmente, o Núcleo e a Zona 1, isto é, estão bem classificados em relação a quantidade de publicação sobre o tema. A Revista Turismo, Visão e Ação (RTVA) e a Revista Turismo e Sociedade (RTS) fazem parte do Núcleo junto a duas revistas internacionais de alto impacto na área do turismo. Foi identificado, e é necessário evidenciar, que a RTVA é a mais relevante, liderando a lista de periódicos sobre o tema. Com isso, é fundamental destacar a evolução e a qualidade dos periódicos brasileiros, tanto quanto os internacionais, referente ao tema em questão. A pesquisa comprovou a base da Lei demonstrando que à medida que o número de artigos sobre turismo acessível para pessoas com deficiências diminui, a quantidade de periódicos aumenta.

Com a Lei de Zipf (adaptada), para análise das palavras-chave, foi identificado uma dispersão de termos na literatura nacional e um grupo de termos mais inter-relacionados ao turismo acessível na literatura internacional.

A incapacidade de reconhecer a complexa, mas sutil interação entre o turismo e diferentes tipos de barreiras e maneiras de inclusão, resulta na tendência de ver as pessoas com deficiência como um grupo homogêneo no qual se aplica uma solução de tamanho único. A pesquisa identificou que a maioria dos estudos abordam as pessoas com deficiências de forma geral não especificando o tipo de deficiência estudado. Essa generalização acadêmica dificulta o processo de inclusão das pessoas com deficiências no turismo e, por consequência, abre brecha para gestores públicos e privados atrelarem apenas questões estruturais como formas acessíveis para incluí-las.

Nesse sentido a hipótese (H0) de que “as pesquisas sobre turismo acessível para pessoas com deficiências são homogêneas e não representam a heterogeneidade desse grupo social” foi confirmada por meio das análises evidenciadas.

Como evidenciado, para que o processo de inclusão das pessoas com deficiências (na sociedade e no turismo) seja acelerado é preciso conhecer suas necessidades específicas. Com isso, foi identificado que os estudos sobre deficiências específicas na literatura nacional representam 44,45% enquanto que na literatura internacional a representatividade atinge apenas 30,47%. Com base nisso, a primeira hipótese (H1) “pesquisas sobre turismo acessível para pessoas com deficiências específicas (física, cognitiva, sensoriais) são mais publicadas na literatura internacional” foi refutada.

No senso comum, as adaptações estruturais são as mais importantes no processo de inclusão, talvez porque são as mais visíveis ou então porque se acredita que agregam a plena participação de todas as pessoas com deficiências. Nesse sentido, levantou-se a segunda hipótese (H2): pesquisas sobre turismo acessível para pessoas com deficiência física/motora são mais publicadas que pesquisas sobre deficiências sensoriais e cognitivas. No entanto, foi identificado que 13,58% das pesquisas abordam a deficiência física em contra partida a 21,60% dos 162 artigos que abordam deficiência sensorial e cognitiva. Com isso, também foi refutada essa hipótese.

É concluído que as pesquisas sobre pessoas com deficiências são escassas e que as que tratam dos específicos tipos de deficiências ainda são menos exploradas. Foi identificada uma superioridade de pesquisas sobre deficiência visual e deficiência física em oposição à baixa expressividade da deficiência auditiva e da deficiência intelectual em ambas as literaturas. A não especificação dificulta o entendimento de como as atividades turísticas podem auxiliar com suas respectivas especificidades. A união de abordagens que concentram mais de uma deficiência em suas análises é ainda menos pesquisada, o que foi claramente evidenciado como uma lacuna no conhecimento científico em turismo.

Considerando que o turismo envolve um deslocamento (que é preciso se movimentar), encontros (habilidade cognitiva para se comunicar), uma série de contemplações de paisagens e atrativos (que é necessário enxergar), e fornecimento e recebimento constantes de informações (capacidade de falar e ouvir) uma parcela da população é lezada nessa participação turística. Quem é desprovido dos sentidos e da mobilidade enfrenta uma série de entraves e estigmas na hora de praticar o turismo. O turismo acessível surge como uma maneira de tornar a prática do turismo mais justa, inclusiva, diversificada, humana e acessível a essas pessoas.

Esta pesquisa apresentou, como contribuição teórica, uma sistematização da abrangência do turismo acessível que não se restringe unicamente às pessoas com deficiências. Também apresentou um panorama atualizado das pesquisas sobre turismo acessível para pessoas com deficiências tanto em nível nacional quanto internacional. Além disso, como contribuição teórico-prático, este estudo apresentou uma agenda da pesquisa em turismo acessível para pessoas com deficiências por meio das discussões realizadas a partir das análises dos artigos. Teoricamente, as lacunas levantadas servem de direcionamentos para futuras

pesquisas nesta temática. De maneira prática, aplicável, as análises auxiliam gestores públicos e privados a terem noção das necessidades específicas a pessoas com distintas deficiências, e isto pode fazer com que tenhamos um turismo cada vez mais inclusivo e acessível.

Sugere-se para novas pesquisas e pesquisadores que utilizem das lacunas e direcionamentos apontados sobre turismo acessível para pessoas com deficiências na seção anterior. Ressalta-se que a ampliação da pesquisa abrangendo artigos em italiano, alemão, francês e chinês pode vir a mostrar um panorama ainda mais atualizado e com distintas abordagens sobre o tema. É possível que a não utilização de *softwares* possa ter sido uma limitação da pesquisa e acredita-se que a utilização de alguns *softwares* estatísticos ou de análise de conteúdo para as análises pode proporcionar novas categorizações, complementações e ampliações em futuros estudos sobre o tema.

O cenário sobre o tema ainda avança em passos lentos na academia. Entretanto, é fundamental lembrar que para termos um turismo mais acessível, humano e inclusivo para as pessoas com deficiências, todos devem colaborar com a luta diária para desconstrução do capacitismo em todas as esferas sociais.

## REFERÊNCIAS

### Artigos nacionais analisados:

ARAÚJO, M. P. F.; CASTRO, C. L. C. Políticas de gestão de pessoas destinadas aos profissionais com deficiência: um estudo em uma organização hoteleira da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Turismo – Visão e Ação**, v. 15, n. 2, p. 262-278, mai./ago. 2013.

AUGUSTI, C.; JUNQUEIRA, L. D. M. Inclusão social para pessoas com Síndrome de Down: Análise de uma visita guiada pelo Congresso Nacional (Brasília, Brasil). **Revista Turismo e Sociedade**, v. 9, n. 3, 31 dez. 2016.  
DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/tes.v9i3.48489>

BIZINELLI, C. et al. Enoturismo e Turismo de Experiência: novas possibilidades para a inclusão de pessoas com deficiência visual – Vinícola Dezem (Toledo, Paraná, Brasil). **Turismo e Sociedade**, v. 7, n. 3, 31 jul. 2014. DOI: 10.5380/tes.v7i3.38860

BORDA, G. Z.; DUARTE, D. C.; SERPA, A. B. B. Tourism for all: acessibility and social inclusion in Brazil – the case of Socorro (São Paulo State) tourism destination. **Revista Cenário**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 30-44, dezembro. 2013.

CARDOSO, S. M. A.; CASTRO, C. L. DE C.; CARVALHO, C. A. DE. Hospitalidade: inclusão de profissionais com deficiência na hotelaria. **Revista Turismo – Visão e Ação**, v. 18, n. 3, p. 528, 31 ago. 2016. DOI: 10.14210/rtva.v18n3.p528-556

CARVALHO, J. L. F.; FARIA, M. D. Serviços de lazer turístico e inclusão social: restrições ao consumo para pessoas com deficiência motora. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. V, n. 3, setembro. 2010.

CARVALHO, S. M. S. Acessibilidade do turismo no Parque Nacional Serra da Capivara – PI. **Revista Turismo em Análise**, v. 23, n. 2, agosto. 2012.

CORREIA, L. M. S.; SANTOS, R. A. Tem acessibilidade hoteleira aqui? Um estudo exploratório na zona sul do Rio de Janeiro. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, volume 17, n. 02, p. 136-159, 2020.  
Doi: <https://doi.org/10.21714/2179-9164.2020.v17n2.00>

DUARTE, D. C.; BORDA, G. Z. Acessibilidade e sustentabilidade: a experiência da hotelaria de Brasília. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 7, n. 3, p. 365–383, 12 dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v7i3.635>

DUARTE, E. E.; SOUSA, M. Deficiência e equiparidade: um panorama da acessibilidade aos deficientes visuais no Corredor Cultural de Mossoró (RN). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.3, p. 612-629, ago./out. 2013.

DUARTE, D. C. et al. Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 9, n. 3, p. 537–553, 8 dez. 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v9i3.863>

DUARTE, D. C.; DA CUNHA, P. D. Mercado de trabalho e mulheres deficientes : um estudo exploratório sobre a empregabilidade no setor hoteleiro de Brasília – DF = Job market and disabled women : an exploratory study on employability in the hotel sector of Brasília – DF. **Revista Cenário**, v. 3, n. 5, 28 jan. 2016.

DOI: <https://doi.org/10.26512/revistacenario.v3i5.15219>

DUARTE, D. C.; PEREIRA, J. C. R. Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Visual: um Levantamento Preliminar nos Setores Hoteleiros Sul e Norte de Brasília. **Revista Cenário**, v. 5, n. 9, p. 62-82, 20 nov. 2018.

DOI: <https://doi.org/10.26512/revistacenario.v5i9.19434>

DUARTE, D. C.; OLIVEIRA, G. A. DE. Potencialidades para o Turismo Rural Acessível: Um Levantamento na Região de Planaltina – Distrito Federal. **Revista Hospitalidade**, v. 15, n. 1, p. 1–25, 1 ago. 2018.

DOI: <https://doi.org/10.21714/2179-9164.2018v15n1.796>

DUARTE, D. C.; HONORATO, T. S. Turismo cultural acessível: a percepção dos gestores dos principais teatros de Brasília. **Revista Turismo – Visão e Ação**, v. 22, n. 3, p. 575–596, 9 nov. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v22n3.p575-596>

FARIA, M. D.; FERREIRA, D. A.; CARVALHO, J. L. F. O portador de deficiência como consumidor de serviços de lazer extradoméstico. **Revista Turismo – Visão e Ação**, v. 12, n. 2, p. 184-203, mai./ago. 2010.

FARIA, M. D.; SOUTO, S. W.; ROCHA, A. M. C.; Posicionamento estratégico de serviços turísticos para pessoas com deficiência: o caso da cidade de Socorro, SP. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 308-324, dez. 2011.

FARIA, M. D.; MOTTA, P. C. Pessoas com deficiência visual: barreiras para o lazer turístico. **Revista Turismo em Análise**, v. 23, n. 3, dezembro. 2012.

FERST, M. DA C. et al. Electronic Word of Mouth (e-WOM) e escolha do destino turístico por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (PcDMr). **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 9, n. 3, p. 435–461, 17 nov. 2020.

DOI: <https://doi.org/10.5585/podium.v9i3.16015>

FERST, M. DA C.; SOUZA, J. I. S. DE; COUTINHO, H. R. M. Acessibilidade em meios de hospedagem: O uso de processos inovadores no atendimento das necessidades do turista com deficiência. **Revista Turismo – Visão e Ação**, v. 22, n. 3, p. 446-462, 9 nov. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v22n3.p446-462>

FRANZEN, L. I.; REIS, T. B. O. Turismo e Hospitalidade: um estudo sobre o atendimento ao turista deficiente e com mobilidade reduzida em hotéis de Santa Maria/RS, Brasil. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. X, n. 2, p. 249-274, dez. 2013.

GUIZI, A. A.; SANTOS, A. F. L.; SANTOS, M. F. Análise sobre as condições de acessibilidade na prática do turismo de aventura na cidade de Santos (SP), Brasil.

**Caderno de Estudos e Pesquisas em Turismo**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 183-203, jan./dez. 2014.

KUSHANO, E. S.; ALMEIDA, W. G. Inclusão social, cidadania e turismo – uma investigação sobre a existência de serviços adaptados às pessoas com necessidades especiais nos meios de hospedagem da Região Metropolitana de Curitiba. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 2, n. 4, p. 88-101, dez. 2008.

LEITE, Â. R. L.; CÂMARA, R. B.; SILVA, Y. A. L. DA. Acessibilidade e Turismo no Centro Histórico de São Luís (Maranhão, Brasil). **Revista Turismo e Sociedade**, v. 13, n. 3, 1 mar. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ts.v13i3.72910>

LÉLIS, E. C.; BARROS, I. T.; COSTA, R. Y. A. D. Estudo da acessibilidade no Museu da Língua Portuguesa. **Marketing & Tourism Review**, v. 3, n. 2, 14 set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.29149/mtr.v3i2.4404>

LESSA, R. M. et al. PROJETO DE EXTENSÃO LUDOTECA DO TURISMO: A ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE JOGOS LÚDICO-Pedagógicos Junto a Escola da Inclusão da UFPel. **Applied Tourism**, v. 3, n. 1, p. 170, 30 abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.14210/at.v3n1.p170-185>

LIMA, A. B. L. DE; DE MELO, I. B. N.; GIMENES-MINASSE, M. H. S. G. Acessibilidade do Parque Natural Municipal Victório Siquierolli (Uberlândia/MG) para visitação de pessoas com deficiências física, auditiva e visual. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 3, 21 fev. 2020. DOI: <https://doi.org/10.18472/cvt.19n3.2019.1574>

LIMA, L.; CURADO, R. R. G.; ARAÚJO, A. L. M. Sou consumidor: percepção de consumidores cegos em restaurantes de um shopping de Brasília (DF). **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, v. 8, n. 15, p. 64-77, 27 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/revistacenario.v8i15.28979>

MAGALHÃES, B. D. S.; SCHUELER, A. S. DE. Turismo na cidade do Rio de Janeiro e a motivação neoliberal no desenvolvimento da acessibilidade universal. **Revista Turismo e Sociedade**, v. 13, n. 2, 15 dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ts.v13i2.69515>

MEDEIROS, M. M. DE; SANTANA, S. P. DE; SILVA, L. A. R. DA. Reflexões Sobre o Turismo Inclusivo. **Revista Hospitalidade**, v. 16, n. 1, p. 93-108, 1 jan. 2019. DOI: <https://doi.org/10.21714/2179-9164.2019.v16n1.005>

MEIRA, C. M. et al. Acessibilidade em meios de hospedagem: o retrato da rede hoteleira de Barra do Garças-MT. **Revista Hospitalidade**, v. 17, n. 2, 30 jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.21714/2179-9164.2020.v17n2.003>

MELO, F. V. S.; SILVEIRA, D. S. DA. Os Cegos Conseguem ‘Enxergar’ Destinos Turísticos na Internet? Uma Análise da Acessibilidade dos Websites Oficiais dos Estados Brasileiros. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 7, n. 2, p. 281–295, 20 ago. 2013. DOI: 10.7784/rbtur.v7i2.586

MENDES, B. C.; PAULA, N. M. A hospitalidade, o turismo e a inclusão social para cadeirantes. **Revista Turismo em Análise**, v. 19, n. 2, agosto. 2008.

MOTA, A. M. G. DA et al. Turismo de Aventura Acessível. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 3, n. 1, p. 61–73, 1 jun. 2014. DOI: 10.5585/podium.v3i1.78

NASCIMENTO, S. R.; COSTA, V. C. DA. Avaliação da Educação Ambiental em trilhas interpretativas inclusivas no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 10, n. 1, 28 fev. 2017.

DOI: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2017.v10.6602>

OLIVIERA, A. P. DE; BOARIA, F. ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA: um estudo no Parque Nacional do Iguaçu e Hotel das Cataratas. **Applied Tourism**, v. 1, n. 3, p. 105, 20 dez. 2016. DOI: 10.14210/at.v1n3.p105-123

OLIVEIRA, J. P. DE; FRANZEN, L. I.; VARELLA, B. G. Acessibilidade como critério de qualidade do espaço turístico: estudo de caso da área central de Balneário Camboriú-SC. **Revista Turismo – Visão e Ação**, v. 18, n. 3, p. 660-689, 31 ago. 2016. DOI: 10.14210/rtva.v18n3.p660-689

OLIVEIRA, L. C. P.; OPPLIGER, E. A. Turismo de inclusão social: as condições de acessibilidade no Parque das Nações Indígenas, Campo Grande – MS (Brasil). **Revista Turismo e Sociedade**, v. 10, n. 3, 11 jan. 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/tes.v10i3.54281>

OLIVEIRA, E. P. DA S.; LIMA, L. B. B. DE M. Deaf disability and employment in Brasilia: professional opportunity in event market. **Applied Tourism**, v. 5, n. 1, p. 45-53, 12 maio 2020. DOI: <https://doi.org/10.14210/at.v5n1.p45-53>

PEREIRA, M. Turismo e inclusão social: uma avaliação acerca da acessibilidade aos portadores de necessidades físicas e visuais nos equipamentos turísticos de Belém, PA. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 253-266, ago. 2011.

RODRIGUES, L.; CHEIBUB, B. L. Acessível ou não? Eis a questão! Analisando a acessibilidade do centro histórico da cidade turística de Paraty (RJ). **Revista Turismo em Análise**, v. 31, n. 2, p. 358–380, 18 dez. 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v31i2p358-380>

SAKIYMA, W. F.; SOUZA, S. R. DE. Jardim Botânico de Curitiba-PR, Brasil: possibilidade de inclusão dos deficientes visuais. **CULTUR – Revista de Cultura e Turismo**, v. 10, n. 1, fevereiro. 2016.

SANSIVIEIRO, S.; DIAS, C. M. M. Hotelaria e acessibilidade. **Revista Turismo – Visão e Ação**, v. 7, n. 3, p. 439-453, set./dez. 2005.

SANTOS, A. S. D. et al. Análise das medidas de acessibilidade no Terminal Rodoviário de Porto Seguro – Bahia. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 10, n. 1, p. 1–12, 8 nov. 2016.

DOI: <https://doi.org/10.17648/raoit.v10n1.4118>

SELLARÉS, M. A.; CRIADO, M. DEL C. A.; SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, M. D. Las catedrales : ¿recursos preparados para un turismo accesible? 102eporto de los casos de Palma de Mallorca y Barcelona = As catedrais : recursos preparados para o turismo acessível? Estudo de casos de Palma de Mallorca e Barcelona. **Revista Cenário**, v. 3, n. 4, 18 ago. 2015.

DOI: <https://doi.org/10.26512/revistacenario.v3i4.16522>

SILVA, Y. F.; BOIA, Y. I. Turismo e responsabilidade social – uma reflexão sobre os direitos das pessoas com necessidades especiais. **Revista Turismo – Visão e Ação**, v. 5, n. 1, jan./abr. 2003.

SILVA, Y. F.; GONÇALVES, P. S. A estrutura hoteleira de Balneário Camboriú para turistas portadores de necessidades especiais. **Revista Turismo – Visão e Ação**, v. 8, n. 1, p. 9-29, jan./abr. 2006.

SILVA, I. C.; LEAL, S. R. Acessibilidade: visita técnica a três dos melhores restaurantes de Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. **Revista Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 343-362, outubro. 2011.

SILVA, M. Acessibilidade em turismo: a acessibilidade dos surdos aos serviços turísticos de Goiânia – GO. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 2, agosto. 2013.

SILVA, G. G. L.; TELES, R. M. S. Acessibilidade no Ecoturismo e Turismo de Aventura: atuação do poder público e privado. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 7, n. 2, 28 maio 2014. DOI: 10.34024/rbecotur.2014.v7.6256

SILVA-LACERDA, J. O. DA et al. “O Respeito fez Check In!”: Entendendo a Dimensão Atitudinal e Programática nos Hotéis Sob a Visão dos Gestores Hoteleiros e dos Consumidores com Deficiência Física. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 5, n. 2, p. 86–98, 1 ago. 2016.

DOI: <https://doi.org/10.5585/podium.v5i2.148>

SOARES, C. A. L.; LUIZ, J. S. Hospitalidade inclusiva: construção de um novo conceito por meio de uma percepção da inclusão de pessoas com deficiência intelectual. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 10, n. 1, p. 74–88, 8 nov. 2016. DOI: <https://doi.org/10.17648/raoit.v10n1.4121>

SOARES, J. R. R.; GABRIEL, L. P. M. C.; FERNÁNDEZ, M. D. S. Análise da App Turística Tenerife Acessível. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 6, n. 1, p. 109-123, 1 abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5585/podium.v6i1.193>

TRONCA, B.; CÉSAR, P. A. B. Turismo e acessibilidade: um estudo bibliométrico. **Revista Ateliê do Turismo**, v. 4, n. 2, p. 129-149, 16 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/12154>

### **Artigos internacionais analisados:**

ADAM, I. Accommodators or non-accommodators? A typology of hotel frontline employees' 103eporto towards guests with disabilities. **International Journal of Hospitality Management**, v. 82, p. 22–31, set. 2019.  
DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2019.03.010>

AGOVINO, M. et al. Tourism and disability in Italy. Limits and opportunities. **Tourism Management Perspectives**, v. 23, p. 58–67, jul. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2017.05.001>

ALLAN, M. Accessible tourism in Jordan: travel constrains and motivations. **European Journal of Tourism Research**, [S. l.], v. 10, p. 109–119, 2015.  
Disponível em: <https://ejtr.vumk.eu/index.php/about/article/view/182>.

ALLES, M. T. F. Los museos accesibles en España: el caso Guggenheim. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 11, n. 2, p. 399-415, 2013.

ALMONTE, J. M. J. El turismo accesible en Andalucía y Portugal. **Cuadernos de Turismo**, n. 33, p. 121-150, 2014. Disponível em: <https://revistas.um.es/turismo/article/view/195681>

ALTINAY, Z., SANER, T.; BAHCELERLI, N. M.; ALTINAY, F. The Role of Social Media Tools: Accessible Tourism for Disabled Citizens. **Educational Technology & Society**, v. 19, n.1, p. 89–99, 2016.

ALVES, J. P. et al. “Quero ir, mas tenho que ficar”: constrangimentos às práticas turísticas do mercado de turismo acessível em Portugal. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, p. 81-97, 19 nov. 2020.  
DOI: <https://doi.org/10.34624/rtd.v0i34.22348>

BARONIO, G. et al. Gölem 103eporto: Concept and design of a trekking/hiking wheelchair. **Advances in Mechanical Engineering**, v. 9, n. 11, p. 168781401773054, nov. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177%2F1687814017730541>

BIANCHI, P. et al. Accessible Tourism in Natural Park Areas: A Social Network Analysis to Discard Barriers and Provide Information for People with Disabilities. **Sustainability**, v. 12, n. 23, p. 9915, 27 nov. 2020.  
DOI: 10.3390/su12239915

BOWTELL, J. Assessing the value and market attractiveness of the accessible tourism industry in Europe: a focus on major travel and leisure companies. **Journal of Tourism Futures**, v. 1, n. 3, p. 203–222, 14 set. 2015.  
DOI: <https://doi.org/10.1108/JTF-03-2015-0012>

BOXALL, K.; NYANJOM, J.; SLAVEN, J. Disability, hospitality and the new sharing economy. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 30, n. 1, p. 539–556, 8 jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJCHM-09-2016-0491>

BUHALIS, D.; MICHPOULOU, E. Information-enabled tourism destination marketing: addressing the accessibility market. **Current Issues in Tourism**, v. 14, n. 2, p. 145–168, mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/13683501003653361>

CALDAS, M. I.; et al. O papel da tecnologia na monitorização de boas práticas para o Turismo Acessível na cidade de Braga ( Portugal ). **Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, v. E34, p. 309-320, 2020.

CALDEIRA, C. B. M.; SILVA, N. C.; NUNES, F. P. J. Turismo acessível em Guimarães. Oportunidade e desafio para uma cidade inclusiva. **HOLOS**, v. 4, p. 341, 19 set. 2017. DOI: 10.15628/holos.2017.5274

CAPITAINE, V. Inciting tourist accommodation managers to make their establishments accessible to people with disabilities. **Journal of Tourism Futures**, v. 2, n. 2, p. 196–205, 12 set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1108/JTF-03-2015-0010>

CASAI, B.; CASTRO, C. Online communication of accessibility conditions in touristic spots: the design–communication gap in Porto destination. **Journal of Hospitality and Tourism Technology**, v. 12, n. 2, p. 196–209, 15 jul. 2021. DOI: 10.1108/jhtt-07-2019-0096

CHUNG, J. Y.; LEE, H. Desired recreation companionship and travel behaviour of people with disabilities. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**, v. 24, n. 4, p. 314–324, 3 abr. 2019. DOI: 10.1080/10941665.2018.1564343

CLOQUET, I. et al. Disability, social inclusion and the marketing of tourist attractions. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 26, n. 2, p. 221–237, 1 fev. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/09669582.2017.1339710>

COCKBURN-WOOTTEN, C.; MCINTOSH, A. Improving the Accessibility of the Tourism Industry in New Zealand. **Sustainability**, v. 12, n. 24, p. 10478, 15 dez. 2020. DOI: 10.3390/su122410478

CONNELL, J.; PAGE, S. J. Case study: Destination readiness for dementia-friendly visitor experiences: A scoping study. **Tourism Management**, v. 70, p. 29–41, fev. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2018.05.013>

CORONEL, J. J. I.; NETTO, A. P. Artículos científicos sobre turismo para personas con discapacidad en revistas Iberoamericanas de turismo. Una propuesta de categorización. **PASOS Revista de turismo y 104eporto n104 cultural**, v. 14, n. 1, p. 4-58, 2016. DOI: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2016.14.003>

CORREA, J. F. Turismo y condición de discapacidad visual, ¿un 104eporto hacia la inclusión? **Turismo y Sociedad**, v. 13, p. 251-264, 2012.

DARCY, S. Inherent complexity: Disability, accessible tourism and accommodation information preferences. **Tourism Management**, v. 31, n. 6, p. 816–826, 2010. DOI: 10.1016/j.tourman.2009.08.010

DARCY, S. Developing Sustainable Approaches to Accessible Accommodation Information Provision: A Foundation for Strategic Knowledge Management. **Tourism Recreation Research**, v. 36, n. 2, p. 141–157, jan. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/02508281.2011.11081315>

DARCY, S.; CAMERON, B.; PEGG, S. Accessible tourism and sustainability: a discussion and case study. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 18, n. 4, p. 515–537, 17 maio 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669581003690668>

DARCY, S.; DICKSON, T. J. A Whole-of-Life Approach to Tourism: The Case for Accessible Tourism Experiences. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v. 16, n. 1, p. 32–44, jan. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1375/jhtm.16.1.32>

DEVILE, E.; KASTENHOLZ, E. Accessible tourism experiences: the voice of people with visual disabilities. **Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events**, v. 10, n. 3, p. 265–285, 2 set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/19407963.2018.1470183>

DICKSON, T. J. et al. Inclusive by design: transformative services and sport-event accessibility. **The Service Industries Journal**, v. 36, n. 11–12, p. 532–555, 9 set. 2016. DOI: 10.1080/02642069.2016.1255728

DICKSON, T.; MISENER, L.; DARCY, S. Enhancing destination competitiveness through disability sport event legacies: Developing an 105eporto n105plinar typology. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 29, n. 3, p. 924–946, 2017. DOI: 10.1108/IJCHM-10-2015-0530

DINIS, M. G.; EUSÉBIO, C.; BREDÁ, Z. Assessing social media accessibility: the case of the Rock in Rio Lisboa music festival. **International Journal of Event and Festival Management**, v. 11, n. 1, p. 26–46, 6 fev. 2020. DOI: 10.1108/IJEFM-02-2019-0012

DOMÍNGUEZ VILA, T.; DARCY, S.; GONZÁLEZ, E. A. Competing for the disability tourism market – A comparative exploration of the factors of accessible tourism competitiveness in Spain and Australia. **Tourism Management**, v. 47, p. 261–272, abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.10.008>

DOMÍNGUEZ, T.; FRAIZ, J. A.; GONZÁLEZ, E. A. Economic Profitability of Accessible Tourism for the Tourism Sector in Spain. **Tourism Economics**, v. 19, n. 6, p. 1385–1399, dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.5367/2Fte.2013.0246>

EUSÉBIO, C.; SILVEIRO, A.; TEIXEIRA, L. Website accessibility of travel 105eporto: An evaluation using web diagnostic tools. **Journal of Accessibility and Design for All**, v. 10, n. 2, p. 180–208, 30 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17411/jacces.v10i2.277>

FIGUEIREDO, E.; EUSÉBIO, C.; KASTENHOLZ, E. How Diverse are Tourists with Disabilities? A Pilot Study on Accessible Leisure Tourism Experiences in Portugal. **International Journal of Tourism Research**, v. 14, n. 6, p. 531–550, nov. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1002/jtr.1913>

FREUND, D. et al. Enhancing the hospitality customer experience of families with children on the 106eporto spectrum disorder. **International Journal of Tourism Research**, v. 21, n. 5, p. 606–614, set. 2019. DOI: 10.1002/jtr.2284

FRYER, L. Accessing access: the importance of pre-visit information to the attendance of people with sight loss at live 106epor described events. **Universal Access in the Information Society**, 27 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10209-020-00737-4>

GARCÍA, J. J. C.; PLAZA, A. G.; JIMÉNEZ, C. R. Metodología para el análisis de la continuidad del espacio público para el turista con movilidad reducida. **Gran Tour: Revista de Investigaciones Turísticas**, n. 13, p. 132-148, Enero-Junio, 2016.

GASSIOT MELIAN, A.; PRATS, L.; COROMINA, L. The perceived value of accessibility in religious sites – do disabled and non-disabled travellers behave differently? **Tourism Review**, v. 71, n. 2, p. 105–117, 20 jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1108/TR-11-2015-0057>

GASSIOT, A.; PRATS, L.; COROMINA, L. Tourism constraints for Spanish tourists with disabilities: Scale development and validation. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, v. 64, n. 1, p. 49, 31 jan. 2018. DOI: 10.5565/rev/dag.364

GILLOVIC, B. et al. Enabling the language of accessible tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 26, n. 4, p. 615–630, 3 abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2017.1377209>

GILLOVIC, B.; MCINTOSH, A. Stakeholder perspectives of the future of accessible tourism in New Zealand. **Journal of Tourism Futures**, v. 1, n. 3, p. 223–239, 14 set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1108/JTF-04-2015-0013>

GONDOS, B.; WIRTH, G. The Role Of Nádasy Castle In Tourism Of Sárvár – The Appearance Of Disabled People In Cultural Tourism. **Annales : Anali za istrske in mediteranske študije = Annali di Studi istriani e mediterranee = Annals for Istrian and Mediterranean studies. Series historia et sociologia**, n. 30–2, 2020. DOI: 10.19233/ASHS.2020.18

HERNÁNDEZ, A. M. C. et al. Percepción del turismo accesible para personas con discapacidad, el caso del Centro Ecoturístico El Arcotete, Chiapas, México. **El Periplo Sustentable**. n. 37, p. 100-133 Julio-Diciembre, 2019.

HENRIQUES, M. H. et al. Accessible Geoparks in Iberia: a Challenge to Promote Geotourism and Education for Sustainable Development. **Geoheritage**, v. 11, n. 2, p. 471–484, jun. 2019. DOI: 10.1007/s12371-018-0300-5

HUANG, L.; LAU, N. Enhancing the Smart Tourism Experience for People with Visual Impairments by Gamified Application Approach through Needs Analysis in Hong Kong. **Sustainability**, v. 12, n. 15, p. 6213, 2 ago. 2020. DOI: 10.3390/su12156213

HOOI, P. M.; YAACOB, N. M. Accessibility for Physically Challenged Persons in Heritage Buildings. **Journal of Design and Built Environment**, v. 19, n. 1, p. 24-39, 30 abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22452/jdbe.vol19no1.3>

KLÍMOVÁ, B. Tourists with Dementia – A Unique Challenge for the Tourism Industry. **Pertanika Journal Social Sciences & Humanities**, v. 26, n. 1, p. 583-588, 2018.

KOŁODZIEJCZAK, A. Information as a Factor of the Development of Accessible Tourism for People with Disabilities. **Quaestiones Geographicae**, v. 38, n. 2, p. 67–73, 1 jun. 2019. DOI: 10.2478/quageo-2019-0014

LAM, K. L.; CHAN, C.-S.; PETERS, M. Understanding technological contributions to accessible tourism from the perspective of destination design for visually impaired visitors in Hong Kong. **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 17, p. 100434, set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2020.100434>

LEAL, N.; EUSÉBIO, C.; ROSA, M. J. DA. Atitudes em Relação às Pessoas com Deficiência: uma Revisão Sistemática da Literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 4, p. 689–710, out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0062>

LEITE, S. X.; ARAGÃO, A. R. F. Visitas Guiadas Accesibles En El Teatro José De Alencar En Fortaleza, Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 21, n. 4, p. 856-875, 2012.

LIM, J.-E. Understanding the Discrimination Experienced by Customers with Disabilities in the Tourism and Hospitality Industry: The Case of Seoul in South Korea. **Sustainability**, v. 12, n. 18, p. 7328, 7 set. 2020. DOI: 10.3390/SU12187328

LINDEROVÁ, I.; JANEČEK, P. Accessible tourism for all – current state in the czech business and non-business environment. **E+M Ekonomie a Management**, v. 20, n. 4, p. 168–186, 14 dez. 2017. DOI: 10.15240/tul/001/2017-4-012

LINDEROVÁ, I.; SCHOLZ, P. Tourism Facilities Accessibility in 107eporto n107 Social Tourism Support: Evidence From the Czech Republic. **Ad Alta-Journal of Interdisciplinary Research**, v. 9, n. 1, p. 279-283, 2019.

MACEDO, C. F.; SOUSA, B. M. A acessibilidade no etourism: um estudo na ótica das pessoas portadoras de necessidades especiais. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 17, n. 4, p. 709–723, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2019.17.050>

MAHMOUDZADEH, S.; KOURDI SARJAZ, N. ENVIRONMENTAL BARRIERS TO TOURISM DEVELOPMENT FOR PEOPLE WITH DISABILITIES. **Acta 107eporto n**, v. 30, n. 1, p. 87–114, jun. 2018. DOI: 10.22598/at/2018.30.1.87

MANGANI, A.; BASSI, L. Web information, accessibility and museum ownership. **International Journal of Tourism Policy**, v. 9, n. 4, p. 265, 2019. DOI: <https://dx.doi.org/10.1504/IJTP.2019.105486>

MARTÍNEZ, R. S.; ALBA, J. Y. E. ¿Integración, turismo y discapacidad: son accesibles los hoteles para las personas con discapacidad física?. **PASOS Revista de turismo y 108eporto n108 cultural**, v. 12, n. 1, p. 209-218, 2014.

MAYORDOMO-MARTÍNEZ, D. et al. Design and Development of a Mobile App for Accessible Beach Tourism Information for People with Disabilities. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 16, n. 12, p. 2131, 16 jun. 2019. DOI: [10.3390/ijerph16122131](https://doi.org/10.3390/ijerph16122131)

MAZZA, M. C. Um marco regulatorio para el desarrollo del turismo accesible em la Republica Argentina. **Gran Tour: Revista de Investigaciones Turísticas**, n. 18, p. 3-18, Julio-Diciembre, 2018.

MAZZA, M. C. Indicadores de la gestión pública municipal en turismo sobre temas de accesibilidad y discapacidad. **Revista Española de Discapacidad**, v. 7, n. 1, p. 173–197, 11 jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5569/2340-5104.07.01.09>

MCINTOSH, A. J. The hidden side of travel: Epilepsy and tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 81, p. 102856, mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2019.102856>

MCKERCHER, B.; DARCY, S. Re-conceptualizing barriers to travel by people with disabilities. **Tourism Management Perspectives**, v. 26, p. 59–66, abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2018.01.003>

MERCADO, C. Á. M. Turismo accesible y evaluación de 108eporto con 108eporto n108p funcional visual. Los proyectos OPERA y PRA2. **Revista Española de Discapacidad**, v. 6, n. 1, p. 305–316, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5569/2340-5104.06.01.16>

MESKELE, A. S.; WORETA, S. L.; WELDESENBET, E. G. Accessible Tourism Challenges and Attraction Sites of the Amhara Region World Development Issues in Tourist Facilities and Heritage Sites, Ethiopia. **International Journal of Hospitality and Tourism Systems**, v. 11, n. 1, p. 26-37, 2020.

MESQUITA, S.; CARNEIRO, M. J. Accessibility of European museums to visitors with visual impairments. **Disability & Society**, v. 31, n. 3, p. 373–388, 15 mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/09687599.2016.1167671>

MICHOPOULOU, E.; BUHALIS, D. Information provision for challenging markets: The case of the accessibility requiring market in the 108eporto of tourism. **Information & Management**, v. 50, n. 5, p. 229–239, jul. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.im.2013.04.001>

MICHOPOULOU, E. et al. Accessible tourism futures: the world we dream to live in and the opportunities we hope to have. **Journal of Tourism Futures**, v. 1, n. 3, p. 179-188, 14 set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1108/JTF-08-2015-0043>

MIGLIACIO, G. Accessible museums in Italy: an overview. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 7, n. 6, 2018.

MIGLIACIO, G. Tourism for people with disabilities in Italy: an overview. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 8, n. 5, 2019.

MORAD, T. Tourism and disability. A review of cost-effectiveness. **International Journal on Disability and Human Development**, v. 6, n. 3, jan. 2007.  
DOI: <https://doi.org/10.1515/IJDHD.2007.6.3.279>

MOURA, A. F. A.; KASTENHOLZ, E.; PEREIRA, A. M. S. Accessible tourism and its benefits for coping with stress. **Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events**, v. 10, n. 3, p. 241–264, 2 set. 2018.  
DOI: <https://doi.org/10.1080/19407963.2017.1409750>

NADAL, G. F.; MAYOL, J. J. Importancia y situación actual de la accesibilidad web para el turismo accesible. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 9, n. 2, p. 317-326, 2011.

NANIOPOULOS, A. et al. Accessibility improvement interventions realised in Byzantine monuments of Thessaloniki, Greece. **Journal of Tourism Futures**, v. 1, n. 3, p. 254–268, 14 set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1108/JTF-03-2015-0008>

NANIOPOULOS, A.; TSALIS, P. A methodology for facing the accessibility of monuments developed and realised in Thessaloniki, Greece. **Journal of Tourism Futures**, v. 1, n. 3, p. 240–253, 14 set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1108/JTF-03-2015-0007>

NANIOPOULOS, A.; TSALIS, P.; NALMPANTIS, D. An effort to develop accessible tourism in Greece and Turkey: the MEDRA 109eporto approach. **Journal of Tourism Futures**, v. 2, n. 1, p. 56–70, 14 mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1108/JTF-03-2015-0009>

NICOLAISEN, J.; BLICHFELDT, B. S.; SONNENSCHNEIN, F. Medical and social models of disability: a tourism providers' perspective. **World Leisure Journal**, v. 54, n. 3, p. 201-214, set. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/04419057.2012.702451>

NYMAN, E.; WESTIN, K.; CARSON, D. Tourism destination choice sets for families with wheelchair-bound children. **Tourism Recreation Research**, v. 43, n. 1, p. 26–38, 2 jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/02508281.2017.1362172>

ÖZOGUL, G.; BARAN, G. G. Accessible tourism: the 109eport key in the future for the specialized travel agencies. **Journal of Tourism Futures**, v. 2, n. 1, p. 79–87, 14 mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1108/JTF-03-2015-0005>

PACKER, T. L. et al. Understanding the complex interplay between tourism, disability and environmental contexts. **Disability and Rehabilitation**, v. 29, n. 4, p. 281–292, jan. 2007. DOI: 10.1080/09638280600756331

PATTERSON, I.; DARCY, S.; MÖNNINGHOFF, M. Attitudes and experiences of tourism operators in Northern Australia towards people with disabilities. **World Leisure Journal**, v. 54, n. 3, p. 215–229, set. 2012.

DOI: <https://doi.org/10.1080/04419057.2012.702452>

PINTO, D. C.; SONAGLIO, K. E. TURISMO ACCESIBLE EN LA ESTRUCTURA URBANA DE LAS CIUDADES TURÍSTICAS El caso de Santa Cruz, RN – BRASIL. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 22, n. 6, p. 1045-1073, 2013.

PIRAMANAYAGAM, S.; PRITAM, P.; MORE, B. A. Inclusive hotel design in India : A User Perspective. **Journal of Accessibility and Design for All**, v. 9, n. 1, 31 maio 2019. DOI: <https://doi.org/10.17411/jacces.v9i1.185>

PORTO, N.; RUCCI, A. C. ACCESIBILIDAD EN TURISMO Diagnóstico, voluntad política y acciones. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 28, n. 4, p. 1032–1062, 2019.

PORTO, N. et al. Critical elements in accessible tourism for destination competitiveness and comparison: Principal 110eporto n110 analysis from Oceania and South America. **Tourism Management**, v. 75, p. 169–185, dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2019.04.012>

RIBEIRO, F. R. et al. Mobile applications for accessible tourism: overview, challenges and a proposed platform. **Information Technology & Tourism**, v. 19, n. 1–4, p. 29–59, jun. 2018. DOI: 10.1007/s40558-018-0110-2

ROSA, M. P.; PINTO, P. C.; ASSUNÇÃO, H. An Evaluation of the Universal Accessibility of Bus Stop Environments by Senior Tourists. **International Journal of Sustainable Development and Planning**, v. 15, n. 6, p. 835-840, 1 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.18280/ijstdp.150606>

SAKALAUSKAITE, G. et al. Accessible tourism development in the post-soviet country 110eporto : a case of Klaipėda City, Lithuania. **Scientific Papers of the University of Pardubice, Series D: Faculty of Economics and Administration**. v. 28, n. 1, 2020. Disponível em: <https://editorial.upce.cz/1804-8048/28/1/1021>

SANTANA-SANTANA, S. B.; PEÑA-ALONSO, C.; PÉREZ-CHACÓN ESPINO, E. Assessing physical accessibility conditions to tourist attractions. The case of Maspalomas Costa Canaria urban 110epo (Gran Canaria, Spain). **Applied Geography**, v. 125, p. 102327, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2020.102327>

SARAIVA, L.; EUSÉBIO, C. Estarão as empresas de animação turística preparadas para trabalhar com pessoas com incapacidade? O caso de Portugal. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, p. 121-135, 1 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34624/rtd.v0i33.20414>

SEMENOVA, Z. A.; CHISTOBAEV, A. I.; DILDINA, V. P. A Geographic Approach to Measuring and Organising Affordable Medical and Therapeutic Tourism for People with Dementia. **Quaestiones Geographicae**, v. 39, n. 4, p. 65–71, 1 dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.2478/quageo-2020-0035>

SEN, L.; MAYFIELD, S. Accessible Tourism: Transportation to and Accessibility of Historic Buildings and Other Recreational Areas in the City of Galveston, Texas. **Public Works Management & Policy**, v. 8, n. 4, p. 223-234, abr. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1177%2F1087724X03262829>

SILVEIRO, A.; EUSÉBIO, C.; TEIXEIRA, L. Estarão as agências de viagens portuguesas preparadas para satisfazer o mercado do turismo acessível? **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n. 33, p. 151-168, 1 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34624/rtd.v0i33.20420>

SINGH, R. et al. Compliance of accessibility in tourism websites: a pledge towards disability. **Journal of Hospitality and Tourism Insights**, v. 4, n. 3, p. 263–281, 19 jul. 2021. DOI: 10.1108/jhti-05-2020-0092

SMALL, J.; DARCY, S.; PACKER, T. The embodied tourist experiences of people with vision impairment: Management implications beyond the visual gaze. **Tourism Management**, v. 33, n. 4, p. 941–950, ago. 2012. DOI: 10.1016/j.tourman.2011.09.015

SOLER, J. A. C.; DÍAS, M. B.; VERA, P. S. El desarrollo normativo de la accesibilidad y su impacto en el turismo accesible en la Región de Murcia. **Gran Tour: Revista de Investigaciones Turísticas**, n. 18, p. 77-97, Julio-Diciembre, 2018.

SOLER, J. A. C. et al. MANAGER'S KNOWLEDGE AND AWARENESS TOWARDS ACCESSIBLE TOURISM IN THE REGION OF MURCIA. **Gran Tour: Revista de Investigaciones Turísticas**, n. 20, p. 109-126, Julio-Diciembre, 2019.

SOMNUXPONG, S.; WIWATWONGWANA, R. The ability to support accessible tourism in Chiang Mai, Thailand. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, 2020.

SWANEPOEL, L., SPENCER, J.P. & DRAPER, D. Education and Training for Disability Awareness of Front Line Hospitality Staff in Selected Hotels in the Cape Winelands. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 9, n. 4, p. 402-417, 2020. DOI: <https://doi.org/10.46222/ajhtl.19770720-27>

SY, M.; CHANG, S. Filipino employees' 111eporto toward tourists with disabilities. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**, v. 24, n. 7, p. 696–709, 3 jul. 2019. DOI: 10.1080/10941665.2019.1624378

TAO, B. C. et al. Travel constraint perceptions of people with mobility disability: a study of Sichuan earthquake survivors. **Tourism Recreation Research**, v. 44, n. 2, p. 203–216, 3 abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/02508281.2019.1589085>

VILA, T. D. et al. Discapacidad y alojamientos turísticos en España. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 4, p. 771–787, 2015. DOI: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2015.13.054>

VILA, T. D.; GONZÁLEZ, E. A.; DARCY, S. Website accessibility in the tourism industry: an analysis of 112 national tourism organization websites around the world. **Disability and Rehabilitation**, v. 40, n. 24, p. 2895–2906, 20 nov. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/09638288.2017.1362709>

VILA, T. D.; GONZÁLEZ, E. A.; DARCY, S. Accessible tourism online resources: a Northern European perspective. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, v. 19, n. 2, p. 140–156, 15 mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/15022250.2018.1478325>

WAN, Y. K. P. Equal Access to Integrated Resort Amenities for People With Disabilities. **International Journal of Hospitality & Tourism Administration**, v. 16, n. 3, p. 251–274, 3 jul. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/15256480.2015.1054755>

WU, Y. J.; CHANG, C.; HSIEH, Y. Enhancing learning experience of the disabled: na accessible tourism platform. **Journal of Universal Computer Science**, v. 20, n. 15, 2014.

ZAJADACZ, A. Sources of tourist information used by Deaf people. Case study: the Polish Deaf community. **Current Issues in Tourism**, v. 17, n. 5, p. 434–454, 28 maio 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/13683500.2012.725713>

ZAJADACZ, A. Evolution of models of disability as a basis for further policy changes in accessible tourism. **Journal of Tourism Futures**, v. 1, n. 3, p. 189–202, 14 set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1108/JTF-04-2015-0015>

### **Outras referências**

AGOVINO, M. et al. Tourism and disability in Italy. Limits and opportunities. **Tourism Management Perspectives**, v. 23, p. 58–67, jul. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2017.05.001>

AHMAD, M. Independent-Mobility Rights and the State of Public Transport Accessibility for Disabled People: Evidence From Southern Punjab in Pakistan. **Administration & Society**, v. 47, n. 2, p. 197–213, mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177%2F0095399713490691>

ALVARADO, R. U. A Lei de Lotka na bibliometria brasileira. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 14–20, ago, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000200002>

ALVARADO, E. Turismo universal y accessible: El geoparque de las Villuercas-Ibores Jara. **Papeles de Geografía**, v. 57-58, p. 17-34, 2013. Recuperado de: <https://revistas.um.es/geografia/article/view/191221>

AMBROSE, I. **Best practice in accessible tourism: Inclusion, disability, aging population and tourism**. UK: Channel View Publications, 2012.

ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, 2006.

AREHEART, B. A. When disability isn't "just right": The entrenchment of the medical model of disability and the Goldilocks dilemma. **Indiana Law Journal**, v. 83, n.1, p. 181-232, 2008.

ARQUITETURISMO. *Expediente*. s/d. Recuperado de:  
<https://www.vitruvius.com.br/revistas/expedient/arquiteturismo>

BARNES, C. **Disabled people in Britain and discrimination**. London, Hurst, 1991.

BARNES, C.; OLIVER, M. **Disability: A sociological phenomenon ignored by sociologists**. Leeds: University of Leeds, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. 1994. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. 2015. Recuperado de  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Revista Eletrônica Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, mai/ago, 2011.

BURCHARDT \*, T. Capabilities and disability: the capabilities framework and the social model of disability. **Disability & Society**, v. 19, n. 7, p. 735–751, dez. 2004. DOI: 10.1080/0968759042000284213

BUSALIM, A. H.; HUSSIN, A. R. C. Understanding social commerce: A systematic literature review and directions for further research. **International Journal of Information Management**, v. 36, n. 6, p. 1075-1088, 2016. DOI:10.1016/j.ijinfomgt.2016.06.005

CANTARELLI, E., M., B. **Barreiras sócio-culturais e lazer das pessoas portadoras de deficiência física: um estudo do grupo Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência de Campinas, SP**, 1998. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas, Campinas, SP). Recuperado de:  
<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/274874>

CHARLTON, J. **Nothing about us without us: disability, oppression and empowerment**. Berkeley, University of California Press, 1998.

CHINA DISABLE PERSON'S FEDERATION. **The total number of people with disabilities and details at the end of 2010**. 2012. Retirado de  
[http://www.cdpc.org.cn/sjzx/cjrgk/201206/t20120626\\_387581.shtml](http://www.cdpc.org.cn/sjzx/cjrgk/201206/t20120626_387581.shtml)

COCKBURN-WOOTEN, C. et al. Communicating across tourism silos for inclusive sustainable partnerships. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 26, n. 9, p. 1483–1498, 2 set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2018.1476519>

DARCY, S. Marginalised participation: Physical disability, high support needs and tourism. **Journal of Hospitality and Tourism**, v. 9, n.1, p. 61-72, 2002.

DARCY, S. Inherent complexity: Disability, accessible tourism and accommodation information preferences. **Tourism Management**, v. 31, n. 6, p. 816–826, 2010. DOI: [10.1016/j.tourman.2009.08.010](https://doi.org/10.1016/j.tourman.2009.08.010)

DARCY, S.; DICKSON, T. J. A Whole-of-Life Approach to Tourism: The Case for Accessible Tourism Experiences. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v. 16, n. 1, p. 32–44, jan. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1375/jhtm.16.1.32>

DARCY, S.; Buhalis, D. **Conceptualising disability**. In D. Buhalis; S. Darcy (Eds.), *Accessible tourism: Concepts and issues*. Bristol: Channel View Publications, p. 21-42, 2011.

DARCY, S.; CAMERON, B.; SCHWEINSBERG, S. Accessible tourism in Australia. In D. BUHALIS, D.; DARCY, S.; AMBROSE, I. (Eds.). **Best practice in accessible tourism: Inclusion, disability, aging population and tourism**. Bristol, UK: Channel View Publications, 2012, p. 79-113.

DARCY, S.; MCKERCHER, B.; SCHWEINSBERG, S. From tourism and disability to accessible tourism: a perspective article. **Tourism Review**, v. 75, n. 1, p. 140–144, 1 jan. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1108/TR-07-2019-0323>

DEVILE, E.; KASTENHOLZ, E. Accessible tourism experiences: the voice of people with visual disabilities. **Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events**, v. 10, n. 3, p. 265–285, 2 set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/19407963.2018.1470183>

DICKSON, T.; MISENER, L.; DARCY, S. Enhancing destination competitiveness through disability sport event legacies: Developing an international typology. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 29, n. 3, p. 924-946, 2017. DOI: [10.1108/IJCHM-10-2015-0530](https://doi.org/10.1108/IJCHM-10-2015-0530)

DI MARCO, V. **Capacitismo: o mito da capacidade**. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2020.

DRIEDGER, D. **The last civil rights movement**. London, Hurst, 1989.

DUARTE, D. C.; BORDA, G. Z. Acessibilidade e sustentabilidade: a experiência da hotelaria de Brasília. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 7, n. 3, p. 365–383, 12 dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v7i3.635>

DUARTE, D. C. et al. Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 9, n. 3, p. 537–553, 8 dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v9i3.863>

DUARTE, D. C.; PEREIRA, J. C. R.; LIMA, K. S. C. A hospitalidade para deficientes visuais: um estudo nos setores hoteleiros sul e norte de Brasília – DF. In: **Anais XIII SEMINÁRIO DA ANPTUR**, 2016.

FINKELSTEIN, V. **Attitudes and disabled people: Issues for discussion**. New York: World Rehabilitation Fund, 1980.

FITZGERALD, H. Still feeling like a spare piece of luggage? Embodied experiences of (dis)ability in physical education and school sport. **Physical Education & Sport Pedagogy**, v. 10, n. 1, p. 41–59, fev. 2005. DOI: 10.1080/1740898042000334908

FONTES, A.; MONTEIRO, I. O Projeto “Lousã, destino de turismo acessível”: um estudo de caso da aplicação de uma abordagem sistêmica ao Turismo Acessível. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, v. 11, p. 61-72, 2009. Recuperado de: <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/10258>

FORSYTH, R et al. Participation of 115 severely disabled children is influenced by their intrinsic impairments and environment. **Developmental Medicine and Child Neurology**, v. 49, p. 345-349, 2007. DOI:10.1111/j.1469-8749.2007.00345.x PMID:17489807

FRANZEN, L. I. et al. A acessibilidade no Turismo: uma análise da produção de conhecimento em artigos científicos de revistas brasileiras da área do Turismo e da Hospitalidade (1990-2018). In: **Anais XI SEMINÁRIO DA ANPTUR**, 2019.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: Passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 23, n.1, p. 183-184, 2014. DOI: 10.5123/S1679-49742014000100018

GILLOVIC, B. et al. Enabling the language of accessible tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 26, n. 4, p. 615–630, 3 abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2017.1377209>

GILLOVIC, B.; MCINTOSH, A. Stakeholder perspectives of the future of accessible tourism in New Zealand. **Journal of Tourism Futures**, v. 1, n. 3, p. 223–239, 14 set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1108/JTF-04-2015-0013>

GILLOVIC, B.; MCINTOSH, A. Accessibility and Inclusive Tourism Development: Current State and Future Agenda. **Sustainability**, v. 12, n. 22, p. 9722, 21 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12229722>

IDEA. **Individuals with disabilities education act**. 2004. Retirado de: <https://sites.ed.gov/idea/statuteregulations>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. 2010. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS – INDEC. Encuesta Nacional de Personas con Discapacidad 2002-2003. Retirado de: <https://www.indec.gov.ar/indec/web/Nivel4-Tema-4-32-70>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE. **Quadros população**. 2011. Retirado de: [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros\\_populacao](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao)

INSTITUTO SOBRE DEFICIÊNCIA. **Disability statistics annual report. Rehabilitation Research and Training Center on Disability Statistics and Demographics**, University of New Hampshire, 2016.

ITALIAN INSTITUTE OF STATISTICS – ISTAT. **Nota sulla legge “Dopo di noi”**, con allegato statistico. 2017, Roma, Italia, 31 maggio, 2017. Retirado de: [www.istat.it](http://www.istat.it)

JENKINS, R. Enhancing quality of life for people with learning disabilities. **Learning Disability Practice**, v. 5, n. 9, p. 29–35, nov. 2002. DOI: 10.7748/ldp2002.11.5.9.29.c1502

LLEWELLYN, A.; HOGAN, K. The use and abuse of models of disability. **Disability and Society**, v. 15, n.1, 157-165, 2000.

LOPES, K., H., C. **Turismo: o surdo e a viagem**. 2017. (Trabalho de conclusão de curso, Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília/DF). Recuperado de: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18052/1/2017\\_KleberHenriqueLopes\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18052/1/2017_KleberHenriqueLopes_tcc.pdf)

LUIZA, S.M. Accessible tourism—the ignored opportunity. **Ann. Fac. Econ.** V. 1, p. 1154–1157, 2010.

LYU, S. Which accessible travel products are people with disabilities willing to pay more? A choice experiment. **Tourism Management**, v. 59, p. 404-412, 2017.

MANUAL DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA INTEGRATIVA, 2014. Retirado de: [http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/manual\\_revisao\\_bibliografica-sistemica-integrativa.pdf](http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/manual_revisao_bibliografica-sistemica-integrativa.pdf)

MAZZOLI, M. et al. Recommendations for the Description of Genetic and Audiological Data for Families with Nonsyndromic Hereditary Hearing Impairment. **Audiological Medicine**, v. 1, n. 2, p. 148–150, jan. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1080/16513860301713>

MCCONACHIE, H. et al. Participation of disabled children: how should it be characterised and measured? **Disability and Rehabilitation**, v. 28, n. 18, p. 1157–1164, jan. 2006. DOI: 10.1080/09638280500534507 PMID:16966237

MCINTOSH, A. J. The hidden side of travel: Epilepsy and tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 81, p. 102856, mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2019.102856>

MICHOPOULOU, E. et al. Accessible tourism futures: the world we dream to live in and the opportunities we hope to have. **Journal of Tourism Futures**, v. 1, n. 3, p. 179-188, 14 set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1108/JTF-08-2015-0043>

MINASI, S. M.; CENSON, D. **Mulheres na academia do turismo no Brasil**. [Boletim. Estudos Acadêmicos]. Curitiba, PR: OBSTUR/PR, 2020.

MINASI, S. M.; SANTOS, G. Participação da mulher no turismo no Brasil: mercado e academia. In: **Anais XVII SEMINÁRIO DA ANPTUR**, 2020. Recuperado de: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/17/1734.pdf>

NASCIMENTO, E., D. **Análise da produção teórica brasileira sobre turismo e acessibilidade de 1987 a 2016**. (Dissertação de Mestrado em Ciências, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, SP). 2018. Doi:10.11606/D.100.2018.tde-17052018-132627

NICOLAISEN, J.; BLICHFELDT, B. S.; SONNENSCHNEIN, F. Medical and social models of disability: a tourism providers' perspective. **World Leisure Journal**, v. 54, n. 3, p. 201-214, set. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/04419057.2012.702451>

NUNKOO, R. **The state of research methods in tourism and hospitality**. In R. NUNKOO (Ed.), *Handbook of Research Methods for Tourism and Hospitality Management* (p. 3-23). Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2018.

OLIVER, M. **The politics of disablement**. Basingstoke, Macmillan and St Martin's Press, 1990.

OLIVER, M. **Understanding disability: From theory to practice** (2nd ed.). Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1996a.

OLIVER, M. **Defining impairment and disability: Issues at stake**. In C. Barnes & G. Mercer (Eds.), *Exploring the divide* (p. 29-54). Leeds: Disability Press, 1996b.

OTLET, P. O livro e a medida: Bibliometria. In E. N. da Fonseca (Ed.), **Bibliometria: Teoria e prática** (9 ed). São Paulo: Editora Cultrix, 1986, p. 20-34.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências e Protocolo Facultativo**. Nova York: ONU, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODSs]**. 2015. Retirado de: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World 117eporto n disability 2011**. Malta: World Health Organization, 2011. Disponível em: [http://www.who.int/disabilities/world\\_report/2011/report/en/](http://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report/en/)

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)**. 2014. Recuperado de [http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF\\_port\\_%202004.pdf](http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Relatório Mundial sobre a Visão**. 2019. Recuperado de: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241516570>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Disability and health**. 2020. Recuperado de <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/disability-and-health>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Deafness and hearing loss**. 2021. Recuperado de: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/deafness-and-hearing-loss>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **Declaração de Manila**. Madrid: OMT, 1980.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **Recommendations on Accessible Tourism, UNWTO**, Madrid. 2013. Recuperado de: <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284415984>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **UNWTO Tourism Highlights, 2016 Edition**. UNWTO e-library, 2016<sup>a</sup>. Recuperado de <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284418145>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **Manual on Accessible Tourism for All: Principles, Tools and Best Practices**. UNWTO: Madrid, 2016b.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **World Tourism Day 2016: Tourism Leaders Commit To Advance Universal Accessibility**. 2016c. Recuperado de: <https://www.unwto.org/archive/global/press-release/2016-09-28/world-tourism-day-2016-tourism-leaders-commit-advance-universal-accessibili>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT (ED.). UNWTO. **Inclusive Recovery Guide – Sociocultural Impacts of Covid-19, Issue I: Persons with Disabilities**. [s.l.] World Tourism Organization (UNWTO), 2020. DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284422296>

PITA, M. P. S. Una aproximación a la accesibilidad turística: por um turismo para todos. **ROTUR – Revista de Ocio y Turismo**, Coruña, v. 2, n. 1, p.157-173, 2009. DOI: <https://doi.org/10.17979/rotur.2009.2.1.1239>

QUEVEDO-SILVA, F. et al. Estudo Bibliométrico: orientações sobre sua aplicação. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 15, n. 2, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5585/remark.v15i2.3274>

REJOWSKI, M. Produção científica em Turismo: análise de estudos referenciais no exterior e no Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 21, n. 2, p. 224, 1 ago. 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v21i2p224-246>

RIBAS, J., B., C. **O que são pessoas deficientes?**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.

RILEY, R. W.; LOVE, L. L. The state of qualitative tourism research. **Annals of Tourism Research**, v. 27, n. 1, p. 164-187, 2000.

RODRIGUES, I. M.; VALDUGA, V. Turismo acessível para pessoas com deficiências: a produção científica dos periódicos de turismo do Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 32, n. 1, p. 59-78, 2021.

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v32i1p59-78>

SANTOS, G. E. D. O. et al. O uso de métodos estatísticos na pesquisa científica em turismo no Brasil. **Turismo - Visão e Ação**, v. 23, n. 1, p. 110–131, 25 fev. 2021.

DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v23n1.p110-131>

SANTOS, R. N. M. dos, KOBASHI, N. Y. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 5, n. 1, 2012. Recuperado de

<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/11992>

SHAKESPEARE T. **Disability rights and wrongs**. London, Routledge, 2006.

SHELTON, E. J.; TUCKER, H. TOURISM AND DISABILITY: ISSUES BEYOND ACCESS. **Tourism Review International**, v. 8, n. 3, p. 211–219, 1 jan. 2005. DOI: 10.3727/154427205774791528

SMALL, J.; DARCY, S.; PACKER, T. The embodied tourist experiences of people with vision impairment: Management implications beyond the visual gaze. **Tourism Management**, v. 33, n. 4, p. 941–950, ago. 2012.

DOI: 10.1016/j.tourman.2011.09.015

SMITH, R.W.; AUSTIN, D.R.; KENNEDY, D.W.; LEE, Y.; HUTCHISON, P. **Inclusive and Special Recreation: Opportunities for Persons with Disabilities**, 5th ed.; McGraw Hill Higher Education: New York, NY, USA, 2005.

THOMAS, C. **Female forms: experiencing and understanding disability**. Buckingham, Open University Press, 1999.

THOMPSON, D. F.; WALKER, C. K. A Descriptive and Historical Review of Bibliometrics with Applications to Medical Sciences. **Pharmacotherapy: The Journal of Human Pharmacology and Drug Therapy**, v. 35, n. 6, p. 551–559, jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1002/phar.1586>

TRIBE, J. (2010). Tribes, territories and networks in the Tourism Academy. **Annals of Tourism Research**, v. 37, n.1, p.7-33. DOI: 10.1016/j.annals.2009.05.001.

TRONCA, B.; CÉSAR, P. A. B. Turismo inclusivo: revisão de literatura nos Anais do Seminário da ANPTUR e do SEMINTUR sobre binômios considerados afins. In: **Anais IX SEMINÁRIO DA ANPTUR**, 2017.

TRONCA, B.; CÉSAR, P. A. B. Turismo e acessibilidade: um estudo bibliométrico. **Revista Ateliê do Turismo**, v. 4, n. 2, p. 129-149, 16 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/12154>

UPIAS. **Fundamental principles of disability**. London: Union of Physically Impaired Against Segregation and the Disability Alliance, 1976.

URBIZAGASTEGUI, R. A produtividade dos autores sobre a Lei de Lotka. **Ciência da Informação**, v. 37, n. 2, p. 87–102, ago. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652008000200007>

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ci. Inf.**, v. 31, n. 2, p. 152-162, 2002.

VILA, T. D.; DARCY, S.; GONZÁLEZ, E. A. Competing for the disability tourism market – A comparative exploration of the factors of accessible tourism competitiveness in Spain and Australia. **Tourism Management**, v. 47, p. 261–272, abr. 2015. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.10.008>

WALLE, A. H. Quantitative versus qualitative tourism research. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n. 3, p. 524-536, 1997.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, dez. 2005.

ZAJADACZ, A. Evolution of models of disability as a basis for further policy changes in accessible tourism. **Journal of Tourism Futures**, v. 1, n. 3, p. 189–202, 14 set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1108/JTF-04-2015-0015>

## APÊNDICE 1 – LISTAGEM PERIÓDICOS BRASILEIROS ANALISADOS.

Periódicos	Nº de edições	Artigos publicados	Artigos sobre o tema	Qualis 2013-2016
Revista Turismo Visão e Ação	65	495	09	B1
Revista Turismo e Sociedade	36	281	06	B4
Revista Hospitalidade	37	314	05	B3
Revista Cenário	15	123	05	B4
Revista Turismo em Análise	77	677	05	B1
Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	42	320	04	A2
Podium Sport, Leisure and Tourism Review	27	212	04	B3
Caderno Virtual de Turismo	66	545	03	B1
Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo	45	234	03	B2
Revista Brasileira de Ecoturismo	54	441	03	B3
Applied Tourism	15	109	03	B5
Caderno de Estudos e Pesquisas do Turismo	9	88	01	B4
Revista de Cultura e Turismo	34	269	01	B5
Marketing & Tourism Review	11	106	01	B5
Atelie do Turismo	1	42	01	Não consta
Revista Eletrônica Ciências da Administração e Turismo	12	51	00	B4
Revista Eletrônica de Administração e Turismo	17	125	00	B3
Revista de Economia, Administração e Turismo	87	471	00	B3
Revista Iberoamericana de Turismo	28	281	00	B3
Revista Latino-americana de Turismologia	10	68	00	B4
Revista Turismo Contemporâneo	18	135	00	B3
Revista Turismo & Cidades	5	37	00	Não consta
Revista Turismo e Desenvolvimento	19	135	00	B4
Revista Turismo Estudos e Práticas	19	125	00	B4
Rosa dos Ventos	43	421	00	B1
<b>Total</b>	<b>798</b>	<b>6105</b>	<b>54</b>	

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

**APÊNDICE 2 – LISTAGEM PERIÓDICOS COM ARTIGOS SOBRE O TEMA E SUAS RESPECTIVAS ZONAS DE PRODUTIVIDADE.**

Journals	Nº de artigos	Zona de produtividade
<b>Revista Turismo, Visão e Ação</b>	9	<b>NÚCLEO</b>
Journal of Tourism Futures	8	
PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural	6	
<b>Revista Turismo e Sociedade</b>	6	
Tourism Management	5	<b>Zona 2</b>
<b>Revista Cenário</b>	5	
<b>Revista Hospitalidade</b>	5	
<b>Revista Turismo em Análise</b>	5	
Sustainability (Switzerland)	5	
African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure	4	
Gran Tour	4	
<b>Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo</b>	4	
<b>Podium Sport, Leisure and Tourism Review</b>	4	<b>Zona 3</b>
<b>Caderno Virtual de Turismo</b>	3	
Estudios y Perspectivas em Turismo	3	
Journal of Tourism and Development	3	
Journal of Sustainable Tourism	3	
<b>Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo</b>	3	
<b>Revista Brasileira de Ecoturismo</b>	3	
<b>Applied Tourism</b>	3	
Tourism Recreation Research	3	
Asia Pacific Journal of Tourism Research	2	
Current Issues in Tourism	2	
Disability and Rehabilitation	2	
International Journal of Tourism Research	2	
Journal of Accessibility and Design for All	2	
Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events	2	
Quaestiones Geographicae	2	
Revista Espanola de Discapacidad-Redis	2	
Tourism Management Perspectives	2	
World Leisure Journal	2	
Acta Turistica	1	<b>Zona 4</b>
Ad Alta-Journal of Interdisciplinary Research	1	
<b>Ateliê do Turismo</b>	1	
Advances In Mechanical Engineering	1	
Annales-Anali Za Istrske In Mediteranske Studije-Series Historia Et Sociologia	1	
Annals of Tourism Research	1	
Applied Geography	1	
<b>Caderno de Estudos e Pesquisas do Turismo</b>	1	
Cuadernos de Turismo	1	
Disability and Society	1	
Documents d'Analisi Geografica	1	
E a M: Ekonomie a Management	1	
Educational Technology and Society	1	
El Periplo Sustentable	1	
European Journal of Tourism Research	1	
Geoheritage	1	
Holos	1	
Information and Management	1	
Information Technology and Tourism	1	

International Journal of Contemporary Hospitality Management	1	
International Journal of Environmental Research And Public Health	1	
International Journal of Event and Festival Management	1	
International Journal of Hospitality and Tourism Administration	1	
International Journal of Hospitality and Tourism Systems	1	
International Journal of Hospitality Management	1	
International Journal of Sustainable Development and Planning	1	
International Journal of Tourism Policy	1	
International Journal on Disability and Human Development	1	
Journal of Design and Built Environment	1	
Journal of Destination Marketing and Management	1	
Journal of Hospitality and Tourism Insights	1	
Journal of Hospitality and Tourism Management	1	
Journal of Hospitality and Tourism Technology	1	
Journal Of Universal Computer Science	1	
<b>Marketing &amp; Tourism Review</b>	1	
Pertanika Journal of Social Sciences and Humanities	1	
Public Works Management & Policy	1	
Revista Brasileira de Educacao Especial	1	
<b>Revista de Cultura e Turismo</b>	1	
Revista Iberica de Sistemas e Tecnologias de Informaçao - RISTI	1	
Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism	1	
Scientific Papers of the University of Pardubice, Series D: Faculty of Economics and Administration	1	
Service Industries Journal	1	
The Eletronic Library	1	
Tourism Economics	1	
Tourism Review	1	
Turismo y Sociedad	1	
Universal Access in the Information Society	1	
<b>Total</b>	<b>79</b>	

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

### APÊNDICE 3 – LISTAGEM AUTORES PRINCIPAIS.

Autor	Nº Artigos	Autor	Nº Artigos	Autor	Nº Artigos
Donária Coelho Duarte	6	Cheryl Cockburn-Wootten	1	Liliana Saraiva	1
Trinidad Domínguez	5	Cristina A. de M. Mercado	1	Lizinda Swanepoel	1
Simon Darcy	4	Dalyane Costa Pinto	1	Lorena C. Pinheiro Oliveira	1
Aristotelis Naniopoulos	3	Daniela Freund	1	Louise Fryer	1
Marina Dias de Faria	3	Diego Mayordomo-Martinez	1	Luciana Rodrigues	1
Alina Zajadacz	2	Dimitrios Buhalis	1	Lusha Huang	1
Ariadna Gassiot Melian		Eider Elias Duarte	1	Mamoon Allan	1
Brielle Gillovic	2	Elane P. da Silva Oliveira	1	Manuela P. Rosa	1
Eleni Michopoulou	2	Eliacy Cavalcanti Lélis	1	Márcia Maria De Medeiros	1
Guido Migliaccio	2	Elisabete Figueiredo	1	Maria Abril Sellarés	1
Ivica Linderova	2	Elizabete Sayuri Kushano	1	Maria Gorete Dinis	1
Juan A. Clemente Soler	2	Emma Nyman	1	Maria Helena Henriques	1
Maria Claudia Mazza	2	Eugenia Devile	1	Maria Idalina Caldas	1
Marklea da Cunha Ferst	2	Fernando Reinaldo Ribeiro	1	Maria João Caldeira	1
Natalia Porto	2	Francisco V. Sales Melo	1	Maria T. Fernández Alles	1
Tracey J. Dickson	2	Gabriel Fontanet Nadal	1	Marta Pereira Forte Araújo	1
Yolanda Flores e Silva	2	Gabriele Baronio	1	Massimiliano Agovino	1
Alan Aparecido Guizi	1	Gamze Özogul	1	Mawiah Sy	1
Alison J. McIntosh	1	Gilson Zehetmeyer Borda	1	Maxmillian Silva	1
Amanda Soares Dos Santos	1	Goda Sakalauskaitė	1	Mayra Pereira	1
Ana Beatriz Leça De Lima	1	Grislayne G. L. da Silva	1	Nuno Leal	1
Ana Maria Cruz Hernandez	1	Ian Patterson	1	Phan Meng Hooi	1
Ana Maria G. da Mota	1	Isabelle Cloquet	1	Piervito Bianchi	1
André Silveiro	1	Issahaku Adam	1	Ranjit Singh	1
Andrea Mangani	1	Jakson Renner R. Soares	1	Raquel Suriá Martínez	1
Andreia F. Antunes Moura	1	James Bowtell	1	Roberta Mattos Lessa	1
Andrielle Pereira De Oliveira	1	Jaqueline Nicolaisen	1	Samya Xavier Leite	1
Angela Roberta Lucas Leite	1	Jee-Eun Lim	1	Sara B. Santana-Santana	1
Anna Kołodziejczak	1	Jefferson O. Da Silva Lacerda	1	Senthilkumaran Piramanayagam	1
Ashenafi Tafesse Meskele	1	Jennie Small	1	Syedmojtaba Mahmoudzadeh	1
Beatriz Casais	1	Jin Young Chung	1	Simone Sansiviero	1
Bianca dos S. Magalhães	1	Joana Pimentel Alves	1	Stella M. Sousa Carvalho	1
Blanka Klímová	1	Joanne Connel	1	Sthefani Rosa Nascimento	1
Bob Mckercher	1	José J. Ibarra Coronel	1	Sueli M. Abreu Cardoso	1
Borbala Condos	1	José Luis Felicio Carvalho	1	Suprapa Somnuxpong	1
Bruce Changjiang Tao	1	José M. Jurado Almonte	1	Susana Mesquita	1
Bruna C. Mendes	1	Josildete P. de Oliveira	1	Tagrid Morad	1
Bruna Troncai	1	Juan Felipe Correa	1	Tanya L. Packer	1
Camila Bizinelli	1	Juan J. Carmona Garcia	1	Virginie Capitaine	1
Carliane Ileicy Da Silva	1	Kathy Boxall	1	Wendy F. Sakiyma	1
Carlos A. Lidizia Soares	1	Kit Ling Lam	1	Yen-Chun Jim Wu	1
Carolina Augusti	1	Lalita Sen	1	Yim King Penny Wan	1
Cátia Filipa Macedo	1	Larissa M. da Silva Correia	1	Zehra Altinay	1
Celeste EUSÉBIO	1	Letícia B. B. de M. Lima	1	Zoya A. Semenova	1
Celso Maciel Meira	1	Letícia Indart Franzen	1		

FONTE: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).